

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

Eleuza Ferreira Lima

A contribuição do Ensino Superior ofertado pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul no Desenvolvimento Regional do Estado no período de 1996 – 2007

Porto Alegre

2012

ELEUZA FERREIRA LIMA

A contribuição do Ensino Superior ofertado pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul no Desenvolvimento Regional do Estado no período de 1996 – 2007

Tese submetida ao Programa de Doutorado Interinstitucional PGE / UFRGS / UEMS – Área de concentração: Economia do Desenvolvimento, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Economia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Alice Oliveira da Cunha Lahorgue.

Porto Alegre

2012

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis Wiebelling do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

L732c	<p>Lima, Eleuza Ferreira. A contribuição do ensino superior ofertado pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul no desenvolvimento regional do estado no período de 1996-2007 / Eleuza Ferreira Lima. – Porto Alegre, 2012. 157 f.: il.</p> <p>Orientador: Maria Alice Oliveira da Cunha Lahorgue.</p> <p>Ênfase em Economia do Desenvolvimento.</p> <p>Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2012.</p> <p>1. Desenvolvimento regional. 2. Ensino superior : Brasil. 3. Capital humano. I. Lahorgue, Maria Alice Oliveira da Cunha. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU 378(81)</p>
-------	---

ELEUZA FERREIRA LIMA

A contribuição do Ensino Superior ofertado pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul no Desenvolvimento Regional do Estado no período de 1996 – 2007

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Economia, com ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Aprovada em: Porto Alegre, 24 de abril de 2012.

Prof. Maria Alice Oliveira da Cunha Lahorgue – orientadora
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Rogério Luis Reolon Anése
Instituto Federal de Farroupilha / RS

Prof. Marcilene Aparecida Martins
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Valmíria Carolina Piccini
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

*Aos meus filhos Fernando, Patrícia e Bianca,
pelo incentivo e força, que me possibilitaram
chegar até aqui.*

AGRADECIMENTOS

A realização desta tese só foi possível graças à colaboração de muitas pessoas. Expresso minha gratidão a todas elas, com especial atenção:

À Prof^ª. Dra. Maria Alice Oliveira da Cunha Lahorgue, pela orientação dispensada no desenvolvimento deste trabalho, por ter me ajudado com as suas precisas e incisivas pontuações e, muito mais, pelo carinho e incentivo em todas as horas;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Economia - Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

À Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pela oportunidade de realizar um Doutorado Interinstitucional;

Às Gerências, Coordenações de Curso e Técnicos-Administrativos das Unidades Universitárias da UEMS pela contribuição no recolhimento dos questionários;

Às pessoas envolvidas na pesquisa que, com generosidade, me forneceram as informações necessárias para o desenvolvimento da pesquisa;

À Regina Farias de Souza que, muito além da correção do texto, oportunizou momentos de discussão com os conhecimentos do qual dispõe sobre a UEMS e Ensino Superior, pelo rigor da revisão, formatação final e compreensão com minhas “idas e vindas”;

Aos colegas Daniel Massen Frainer, Adriana Rochas de Carvalho Fruguli Moreira, e Otilia Aparecida Tupan Schoenherr que me forneceram bons momentos de discussão, tirando as dúvidas que me inquietavam;

Aos meus pais Arlindo e Gercina, por investirem em minha formação inicial, profissional e pessoal, pois sem a colaboração dos mesmos não chegaria a tal formação;

À minha filha Patrícia, que durante o período que residi em Porto Alegre, assumiu o papel de “dona-da-casa”, para que eu pudesse me dedicar a esta pesquisa;

Ao Fernando, Patrícia e Bianca, meus filhos; à Naiara, minha nora e Gabrielle, minha neta, pela compreensão das horas que não pude dedicar a eles da forma como gostaria;

A todos os meus familiares, pelo incentivo e por acreditarem que chegaria aonde cheguei;

Aos funcionários técnico-administrativos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela acolhida e colaboração sempre que necessário;

Aos colegas do curso de Doutorado em Economia do Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que proporcionaram momentos de troca, de reflexão, de estudo, descontração e tudo o mais que a vida acadêmica oferece.

A revolução da informação representa uma nítida transferência de poder de quem detém o capital para quem detém o conhecimento.

Peter Drucker

RESUMO

LIMA, Eleuza Ferreira. **A contribuição do Ensino Superior ofertado pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul no Desenvolvimento Regional do Estado no período de 1996 – 2007.** 157f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, UFRGS, Porto Alegre, 2012.

Este estudo teve como objetivo principal verificar a contribuição do ensino ofertado pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) no Desenvolvimento Regional do Estado de Mato Grosso do Sul no período de 1996 – 2007. Para tanto, investigou-se as possíveis mudanças no cenário econômico e social nos municípios a partir da implantação da UEMS, tomando-se como base os seguintes indicadores: evolução do Produto Interno Bruto Municipal, Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* e Índice de Desenvolvimento Humano – IDH; o número de ingressantes e concluintes no Ensino Superior, evolução da qualificação do corpo docente do Ensino Médio e Fundamental, salário médio e escolaridade dos empregos formais. A metodologia utilizada caracteriza-se como um estudo histórico-documental com uso dos seguintes procedimentos para a obtenção dos objetivos propostos: Pesquisa de referencial bibliográfico, visando subsidiar o tema em estudo, com citações de autores estudiosos do tema proposto; levantamento de dados estatísticos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), População em Idade Ativa (PIA), Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e os arquivos institucionais da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Neste estudo foi feito uso do método *shift-share*, para a análise das variações estrutural e diferencial. Foi aplicado questionário aos prefeitos municipais, secretários municipais e egressos da UEMS nos municípios estudados, utilizando-se o método Sphinx. De acordo com os dados levantados, conclui-se que houve aumento no PIB Municipal, PIB *Per capita* e no Índice de Desenvolvimento Humano. Das pessoas que atuavam na educação básica no período estudado, a maioria já possui o Ensino Superior, formação exigida para o cargo. Destaca-se aumento do número de pessoas com Ensino Superior em todas as faixas de salários estudados, o que evidencia a necessidade de busca por Ensino Superior para inclusão no mercado de trabalho atual. A participação da UEMS no que se refere ao desenvolvimento dos municípios quanto à formação de mão-de-obra fica evidente no discurso dos entrevistados – prefeitos, secretários municipais e egressos. No que se refere aos egressos, a maioria está trabalhando na área de formação e atuando nos municípios onde concluíram o Ensino Superior e dos respondentes, pouco mais de 6% está residindo fora do Estado de MS.

Palavras-chave: Capital humano. Desenvolvimento regional. Ensino superior. UEMS.

ABSTRACT

LIMA, Eleuza Ferreira. **The Contribution of Superior Teaching offered by the Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul in the Regional Development of the State in the period of 1996 – 2007.** 157f. Thesis (Doutorado in Economy) - Program of Post-Graduation in Economy, UFRGS, Porto Alegre, 2012.

The main purpose of this study was to verify the contribution of the education provided by Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) in the regional development of Mato Grosso do Sul in the period of 1996-2007. It was investigated the possible changes in the social and economic scenery in those cities where UEMS was settled, considering the following aspects: evolution of Municipal Gross Domestic Product, Gross Domestic Product (PIB) *per capita* and Human Development Index (HDI); the number of beginners and graduates of the higher education, evolution of Elementary and Secondary schools teachers qualification, the average salary and education of the formal jobs. The adopted methodology is characterized as a documentary historic study and the following procedures were used to get the proposed purposes: bibliographic reference research supporting the theme studied with quotations from renowned authors of the subject; statistical data collected from the Brazilian Institute of Geography and Statistic (IBGE), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), População em Idade Ativa (PIA), Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - IFDM; and Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) and the institutional documents of Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). The method shift-share was used to analyze the structural and differential variations. The municipal mayors and secretaries as well as the egresses of UEMS answered a questionnaire which was applied using the Sphinx method. Concerning the collected data, it was concluded that the Municipal PIB, the Per capita PIB and the Index of Human Development increased. Most of the people, who worked in the Basic Education, during the studied period, already have the higher Education, required level to their job. It was pointed out the increased number of graduated people among all studied level of wages denoting the necessity of higher education for labor market inclusion. The role performed by UEMS, in respect to the municipal development in the formation to the labor is clearly seen in the speech of the interviewers – mayors, municipal secretaries and UEMS egresses. Concerning the egresses, most of them are working in the area of formation and in the city where they graduated. Besides that, only a little more than 6% of the interviewed are living out of the Mato Grosso do Sul State.

Keywords: Human capital. Regional development. Higher education. UEMS.

LISTA DE FIGURAS E QUADRO

Figura 1 - Localização das Unidades Universitárias UEMS no Estado	75
Figura 2 - Número de IES no Estado de MS – 1993	80
Figura 3 - Cursos e ofertas UEMS – 1994 - licenciatura.....	81
Figura 4 - Cursos e ofertas UEMS – 1994 - bacharelado.....	81
Figura 5 - Ofertas de cursos de graduação UEMS – 1994 a 2007.....	85
Figura 6 - Localização geográfica do Estado de MS e suas fronteiras.....	90
Figura 7 - Divisão Político-Administrativa e Microrregional – MS	92
Figura 8 - Número de Cidades de MS, segundo seus habitantes – 2007.....	93
Figura 9 - População residente no MS por sexo - MS - 1980 a 2007.....	96
Figura 10 - População residente no MS por zona.....	96
Figura 11 - População residente no MS por faixa etária e sexo	97
Figura 12 - Participação dos setores econômicos na composição do PIB/MS – 2002 a 2007 ...	99
Figura 13 - IDHM - Educação – Municípios onde a UEMS está instalada - 1991 e 2000	102
Figura 14 - Representação Gráfica do IDHM municipal – localidades UEMS no Estado	103
Figura 15 - IDH Municipal do Estado de MS – 1991 e 2000.....	103
Figura 16 – Faixa de rendimento médio / escolaridade – Estado de Mato Grosso do Sul.....	117
Figura 17 – Faixa de rendimento médio / escolaridade – Municípios.....	118
Figura 18 - Comparativo da Proporção de Professores do Ensino Fundamental - Anos Finais, com Formação Superior, segundo a Área de Formação, Brasil - Mato Grosso do Sul.....	119
Figura 19 - Comparativo da proporção de professores do Ensino Médio, com formação Superior, segundo a disciplina que lecionam	120
Figura 20 - Impacto da UEMS no município, na visão dos prefeitos municipais.....	121
Figura 21 - Mudanças no município após a implantação da UEMS	122
Figura 22 - Principal papel da UEMS no município	122
Figura 23 - Principais anseios da comunidade local.....	123
Figura 24 - Impacto da UEMS no município na visão dos Secretários de Educação	124
Figura 25 - O que a UEMS representa para a comunidade	124
Figura 26 - Evolução da qualificação dos professores nos municípios.....	125
Figura 27 - Professor sem Ensino Superior na Educação Básica	125
Figura 28 - Egressos licenciatura x melhoria na qualidade do ensino.....	126
Figura 29 - Conhece egresso UEMS ocupando cargo de gerenciamento ou direção?.....	126
Figura 30 - Trabalha na área de formação?	130
Figura 31 - A UEMS contribuiu com sua formação profissional?.....	130
Figura 32 - Quanto o curso contribuiu com sua formação profissional?	130
Figura 33 - Você faria outro curso na UEMS?.....	131
Figura 34 - Vida profissional – antes e depois da UEMS	131
Figura 35 - Você reside no mesmo Estado/ local onde concluiu o curso?	133
Figura 36 - Local em que está trabalhando atualmente	133
Quadro 01 - Atividade econômica principal – Municípios	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Remuneração média em reais, em valores de dezembro/2008 – Brasil	28
Tabela 2 - Evolução do Número de IES por Dependência Administrativa - Brasil 1993 a 2007	41
Tabela 3 - Crescimento total e comparativo das matrículas no Ensino Superior com dados gerais entre estabelecimentos públicos e privados – 1960 a 1974	51
Tabela 4 - Número de Instituições, segundo a categoria administrativa – Brasil 2002 a 2007..	54
Tabela 5 - Número de Instituições, segundo a Organização Acadêmica – Brasil – 2002 a 2007	54
Tabela 6 - Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, segundo a organização acadêmica – Brasil – 2002 a 2007	55
Tabela 7 - Número de cursos de graduação presencial, segundo a organização acadêmica – Brasil – 2002 a 2007	55
Tabela 8 - Percentual do número de concluintes em relação ao número de ingressantes - Graduação Presencial – 2002 a 2007	56
Tabela 9 - Número de concluintes IES no Brasil – 2002 a 2007	56
Tabela 10 - Expansão no Ensino Superior no Mato Grosso do Sul – anos 90	69
Tabela 11 - Número de Instituições de Ensino no Estado de Mato Grosso do Sul – 1996	70
Tabela 12 - Evolução IES no Estado de Mato Grosso do Sul – 1997 a 2007	70
Tabela 13 - Número de IES – MS – 1993 a 2007	71
Tabela 14 - Número de IES – MS por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior) e Categoria Administrativa - 2007	71
Tabela 15 - Número de matrículas – Estado de Mato Grosso do Sul – 1998 a 2007	72
Tabela 16 - Número de IES em Mato Grosso do Sul por Categoria Administrativa – 2007	72
Tabela 17 - Número de alunos matriculados por turno de funcionamento UEMS - 1994	82
Tabela 18 - Número de alunos formandos UEMS - 1998	82
Tabela 19 - Número de alunos formandos UEMS - 2007	83
Tabela 20 - Número de Concluintes – MS, Outras IES e UEMS – 2007	84
Tabela 21 - Número de Concluintes por localização – MS - 2007	84
Tabela 22 - Número de alunos concluintes por categoria administrativa – MS – 2007	84
Tabela 23 - Número de alunos concluintes por organização acadêmica – MS – 2007	85
Tabela 24 - População em idade ativa e economicamente ativa – 2007 – MS	93
Tabela 25 - População residente por lugar de nascimento – MS – 2007(mil pessoas)	94
Tabela 26 - Evolução da população de Mato Grosso do Sul – 1970 a 2007	94
Tabela 27 - População residente por cor e raça – Brasil, Centro-Oeste e MS - 2000	95
Tabela 28 - PIB <i>per capita</i> , PIB e População Municipal – 1996 e 2007	100
Tabela 29 – IDHM municipal – localidades UEMS no Estado – 1991 e 2000	102
Tabela 30 - Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal no Estado MS - 2000 e 2007	104
Tabela 31 - Índice de analfabetismo - Mato Grosso do Sul –1991 e 2000	106
Tabela 32 - População municípios com Universidades/ <i>Campi</i> -IES Públicas-2000	106
Tabela 33 - Número de IES por localização – MS – 2007	107
Tabela 35 - Número de empregos formais em 31/12/1996 –Por municípios e setores	108
Tabela 36 - Número de empregos formais em 31/12/2007 – por municípios e setores	108
Tabela 34 - População em idade ativa e economicamente ativa – MS - 2006 e 2007	110
Tabela 37 - Número de Empregos Formais – 1996 – Municípios e MS	111
Tabela 38 - Número de Empregos Formais – 2007 – Municípios e MS	111
Tabela 39 - Faixa de Rendimento Médio e escolaridade - Estado de MS – 1996 a 2007	112
Tabela 40 - Faixa de rendimento médio dos municípios selecionados para as pessoas com grau de instrução menos que Ensino Médio – 1996 a 2007	113
Tabela 41 - Faixa de rendimento médio dos municípios selecionados para as pessoas com grau de instrução Ensino Médio completo – 1996 a 2007	115

Tabela 42 - Faixa de Rendimento Médio dos Municípios Selecionados para as pessoas com grau de instrução Ensino Superior completo – 1996 a 2007	116
Tabela 43 - Cursos dos participantes da pesquisa	128
Tabela 44 - Ano de formação dos participantes da pesquisa.....	128
Tabela 45 - Atividades exercidas pelos participantes da pesquisa	129

LISTA DE SIGLAS

UNAES - Associação de Educação Sul-Mato-grossense
CESUP - Centro de Ensino Superior Professor Plínio Mendes dos Santos
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica
CPD - Centro Pedagógico de Dourados
UNIGRAN - Centro Universitário da Grande Dourados
CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CEE - Conselho Estadual de Educação
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNE - Conselho Nacional de Educação
COUNI - Conselho Universitário
FEA - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
FUCMAT - Faculdades Unidas Católicas do Mato Grosso
FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio Janeiro
UFMS - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IFDM - Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
IFDRenda - Índice Firjan de Emprego e Renda
IFDS - Índice Firjan de Saúde
IES - Instituição de Ensino Superior
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBMEC - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IFET - Instituto Federal de Educação Tecnológica
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB - Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional
MEC - Ministério da Educação
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
PIA - Pessoas em Idade Ativa
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE - Plano Nacional de Educação
PEA - População Economicamente Ativa

PIA - População em Idade Ativa

PIB - Produto Interno Bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PAE - Programa de Assistência Estudantil

PIBIC - Programa Institucional de Iniciação Científica

PROUNI - Programa Universidade para Todos

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

SEMAC - Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia

SETASS - Secretaria de Trabalho e Assistência Social

SOCIGRAN - Sociedade Civil da Grande Dourados

UAB - Universidade Aberta do Brasil

UCDB - Universidade Católica Dom Bosco

USP - Universidade de São Paulo

UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UEMT - Universidade Estadual do Mato Grosso

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UNIDERP - Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 CAPITAL HUMANO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: TEORIAS E CONCEITOS	24
2.1 CAPITAL HUMANO: TEORIAS E CONCEITOS	24
2.2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ABORDAGENS TEÓRICAS	31
2.3 CONTRIBUIÇÃO DO CAPITAL HUMANO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	36
2.4 UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	38
3 ENSINO SUPERIOR: SURGIMENTO E EVOLUÇÃO	43
3.1 O ENSINO SUPERIOR: SURGIMENTO E EVOLUÇÃO HISTÓRICA	43
3.2 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	46
3.2.1 Estrutura do Ensino Superior no Brasil	58
3.2.2 Classificação e categorias das instituições de educação superior	59
3.3 O PAPEL DO ENSINO SUPERIOR NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	60
3.4 O ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	67
4 A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL	74
4.1 A IMPLANTAÇÃO DA UEMS: CRIAÇÃO, HISTÓRIA, MISSÃO E OBJETIVOS.....	74
4.2 PARTICIPAÇÃO DA UEMS NO ESTADO: MUNICÍPIOS, CURSOS OFERTADOS, MATRÍCULAS E CONCLUINTES	79
5 O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL: CRIAÇÃO E EVOLUÇÃO.....	87
5.1 MATO GROSSO DO SUL: ASPECTOS HISTÓRICOS E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS.....	87
5.1.1 Aspectos históricos.....	87
5.1.2 Aspectos socioeconômicos.....	90
6 IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL.....	98
6.1 EVOLUÇÃO DO PIB ESTADUAL E MUNICIPAL, PIB <i>PER CAPITA</i> E IDH NO ESTADO E MUNICÍPIOS: PARTICIPAÇÃO DOS SETORES NA ECONOMIA.....	98
6.1.2 PIB, PIB <i>Per capita</i> por município e do Estado de Mato Grosso do Sul e População - evolução no período 1996 a 2007	99
6.1.3 IDH Estadual e Municipal	101
6.2 EMPREGO FORMAL MUNICIPAL POR SETORES – 1996 e 2007	107
6.3 TRABALHO FORMAL: EVOLUÇÃO DOS EMPREGOS COM CARTEIRA ASSINADA.....	110
6.3.1 Escolaridade e emprego formal-MS e municípios onde a UEMS está instalada ...	110
6.4 ESCOLARIDADE E FAIXA DE RENDIMENTO MÉDIO – 1996 A 2007	112
6.5 EVOLUÇÃO DA QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO NAS CIDADES ONDE A UEMS ESTÁ INSTALADA.....	118
6.6 A CONTRIBUIÇÃO DA UEMS NA VISÃO DOS PREFEITOS MUNICIPAIS, SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E EGRESSOS.....	121
6.6.1 Dos Prefeitos	121
6.6.2 Dos secretários municipais de educação	123
6.6.3 Dos Egressos	127

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
REFERÊNCIAS	141
ANEXOS	148
Anexo 1. Tabelas - Taxa Total de crescimento do PIB per capita dos Municípios 1996 e 2007.....	149
Anexo 2. Tabelas - Índice Firjan Municipal – 2000 – 2007.....	150
Anexo 3. Tabelas - Faixa de Rendimento Médio – 1996 e 2007 – Estado de MS e Municípios.....	151
Anexo 4. Tabelas - Faixa de Rendimento Médio – 1996 e 2007 – Estado de MS e Municípios.....	152
Anexo 5. Tabelas - Faixa de Rendimento Médio – 1996 e 2007 – Estado de MS e Municípios.....	153
Anexo 6. Questionário para Prefeito.....	154
Anexo 7. Questionário para Secretário de Educação	155
Anexo 8. Questionário para egresso	156

1 INTRODUÇÃO

“Quem define um problema, já o resolveu pela metade.”

Julian Huxley

A educação sempre se fez necessária em vários contextos, abordando desde a educação familiar, chegando até os meios escolares – a dita educação formal. Na escola, essa educação tem uma trajetória gradativa, passando desde séries iniciais até a pós-graduação. No entanto, sabe-se que é no Ensino Superior que os indivíduos buscam a sua tão esperada formação e autonomia pela qualificação profissional, almejando a busca por habilidades e competências para sobreviver em um mercado de trabalho competitivo e exigente pelo qual perpassa a nova sociedade.

É notório que no Brasil as ofertas pelo Ensino Superior têm tido elevação constante nos últimos anos, e em decorrência deste e de outros fatores, tal como a agilidade pela qual tudo muda atualmente e as crescentes exigências do mercado de trabalho. Nesse contexto, ressalta-se que mudou também o perfil de trabalhador exigido pelas empresas atualmente, que é de um funcionário multifuncional, flexível e que tenha vontade de adquirir novos conhecimentos, agregando valor à empresa, o que equivale dizer que a busca por qualificação se torna uma constante, pois quem melhor se qualificar terá maior chance de sobreviver no mercado. Dessa forma, se torna cada vez mais necessário proporcionar às pessoas condições de se inserirem nos meios escolares em busca de qualificação. O Ensino Superior é um dos meios que facultarão a essas pessoas uma melhoria dos seus conhecimentos e, conseqüentemente, de um desempenho profissional que atenda às novas exigências postas pelo mercado de trabalho atual.

Por outro lado, espera-se que com a implantação do Ensino Superior num município, esse contribua para que haja evolução socioeconômica da região com mudanças significativas para o desenvolvimento regional, especialmente no que se refere à elevação do nível de escolaridade da população, Produto Interno Bruto - PIB *per capita*, PIB municipal, salário médio das pessoas, dentre outros.

Sabe-se que qualquer país, estado ou região que almejar ser desenvolvido precisa ter políticas voltadas para uma educação de qualidade. A educação - e em especial o Ensino Superior - vem recebendo uma atenção crescente nos últimos anos como fator fundamental no desenvolvimento de uma região com vistas a contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, diminuindo as desigualdades existentes entre os indivíduos, facultando-lhes participação na vida social e política da região onde reside.

Vale ressaltar que, analisando a literatura referente ao tema, observa-se que nas décadas de 1950 e 1960 a educação já era reconhecida como uma variável a mais a ser considerada como essencial à política desenvolvimentista de modernização do país. Nessa época, defendia-se a escolarização extensiva a parcelas maiores da população, uma vez que as reformas educacionais das décadas de 1950/60 direcionam-se à consecução de capacitar e formar cidadãos que viessem a compor uma massa de mão-de-obra pronta a dar sua contribuição à retomada do crescimento e do desenvolvimento (MENDONÇA *et al.* 2006).

No entanto, varias décadas se passaram e questionamentos são levantados no sentido de verificar se, atualmente, com a expansão do oferecimento do Ensino Superior, esse tão sonhando desenvolvimento vem ocorrendo.

Dessa forma, procurar-se-á encontrar algumas respostas para essas perguntas através de estudo histórico-documental e dados estatísticos junto a órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, analisando o caso da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

Na perspectiva de avançar este debate, a pesquisa se apoiou nas seguintes indagações: tendo em vista que a UEMS foi instalada em 1993 em 15 municípios do Estado de Mato Grosso do Sul e está em pleno funcionamento desde sua instalação, esta conseguiu contribuir para o desenvolvimento econômico regional durante o período de 1996 a 2007? De que forma esse desenvolvimento pode ser percebido?

Com base nas indagações acima, a seguinte hipótese foi elaborada: os municípios dotados de uma IES têm maior possibilidade de desenvolvimento econômico e social com melhoria na qualidade de vida das pessoas e, conseqüentemente, de ter evolução do PIB municipal, Índice de Desenvolvimento Humano - IHD, PIB *per capita*, aumento de número de pessoas com Ensino Superior no mercado de trabalho e maior faixa de salário médio.

O objetivo geral desta tese é, então, o de analisar a contribuição do Ensino Superior ofertado pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul no desenvolvimento regional do estado de Mato Grosso do Sul no período de 1996 a 2007. Seus objetivos específicos são os seguintes:

- a) verificar a contribuição evolutiva do número de egressos da Instituição, comparando-se com o total de acadêmicos concluintes de cursos de graduação no Estado;

- b) verificar os índices de desenvolvimento econômico (PIB municipal, PIB *per capita* e IDH), tomando como parâmetro o crescimento no período de 1996 a 2007, nas cidades onde a UEMS encontra-se instalada;
- c) verificar a evolução do emprego formal por setores e escolaridade no período de 1996 a 2007;
- d) verificar a faixa de rendimento médio e escolaridade dos empregos formais no período compreendido entre 1996 a 2007 nos municípios onde a UEMS está instalada, em comparação com Brasil e Mato Grosso do Sul;
- e) verificar dados estatísticos da evolução da qualificação do corpo docente do Ensino Fundamental e Médio nas cidades onde a UEMS está instalada;
- f) investigar, por meio de questionários, a contribuição da UEMS na visão dos prefeitos, secretários municipais e seus egressos.

Este trabalho justifica-se, de um lado, pela importância da UEMS no contexto regional e a ausência de análise sobre seus impactos, e, por outro lado, pela extensão das políticas públicas implementadas no país pelos diferentes níveis de governo buscando a expansão do ensino superior, que poderão beneficiar-se desta investigação.

Verifica-se um expressivo crescimento no número de instituições de Ensino Superior no Brasil no período compreendido entre 1996 e 2007. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2006, p. 14), “o crescimento verificado deu-se principalmente no campo das instituições privadas, uma vez que a política em vigor criou as condições legais, políticas e ideológicas para que se estabelecesse no Brasil um mercado educacional *stricto sensu*”.

No entanto, pode-se inferir, no que se refere à universidade, que o percentual de crescimento é bem inferior ao número total de Instituições de Ensino Superior, o que demonstra que o crescimento maior se deu nas Faculdades, em Centros e em Faculdades Isoladas. Em 1995, as universidades representavam 15,10% em relação ao total das Instituições. Em 2006, essa representação foi reduzida para 8,87%.

Outro destaque que se pode observar é a interiorização do Ensino Superior, possibilitando que um grande número de pessoas tenha acesso a esse nível de ensino, sendo este um dos fatores importantes para a inclusão social, possibilitando que os estudantes

tenham alcance ao Ensino Superior nas cidades onde residem, o que os desobriga de se locomoverem para outros centros de ensino.

Com relação ao número de matrículas, verifica-se que de 1996 a 2007, apesar de o número de outras IES ser superior, há predominância pela matrícula em universidades, tanto no Brasil quanto na região Centro-Oeste e em Mato Grosso do Sul.

Em Mato Grosso do Sul, para cada 100 jovens de 18 a 24 anos de idade, apenas 14 frequentavam o Ensino Superior em 2005, no entanto, está acima da frequência observada nos demais estados brasileiros, onde apenas 11 em cada 100 jovens de 18 a 24 anos estão no Ensino Superior (RICARDO e BONILAURO, 2007, p.17).

Segundo Pochmann,

Destaca-se ainda o surpreendente crescimento observado na frequência de jovens no Ensino Superior entre 1998 e 2005. Nesse período, praticamente dobrou o número de sul-mato-grossenses com 18 a 24 anos de idade frequentando o Ensino Superior. Em 1995 eram cerca de 10 mil, passou para 18 mil em 1998 e chegou a cerca de 40 mil em 2005 (POCHMANN, 2006, p.85).

Verifica-se que a expansão da educação superior no Estado de Mato Grosso do Sul, no setor público, ocorreu mediante a estratégia de criação de *campi*. Atualmente, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com sede em Campo Grande, possui sete *campus* distribuídos pelo interior. A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS constitui-se de sede e uma Unidade Universitária em Dourados, além de outras 14 Unidades. Além das duas IES *multicampi*, a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), desmembrada da UFMS, transformou-se em outra Instituição de Ensino Superior a partir do ano de 2006, atendendo a região da Grande Dourados.

É nesse cenário que, tendo em vista as dificuldades de acesso ao Ensino Superior, nem sempre possível por motivos diversos, como distância geográfica, falta de investimento no seu financiamento, reduzido número de ofertas ao acesso do ensino público, dentre outros, o Governo Estadual de Mato Grosso do Sul, tomando como fundamento a Lei Estadual nº 1.461, de 22 de dezembro de 1993, com base no Parecer do Conselho Estadual de Educação nº 08, de fevereiro de 1994, implantou no ano de 1993 a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Com sede na cidade de Dourados, foi constituída como uma fundação pública com autonomia didático-científica, administrativa, financeira e disciplinar, com o intuito de atender a uma demanda reprimida no Estado de Mato Grosso do Sul, tendo sua vocação voltada à interiorização do Ensino Superior no Estado, para atender a uma população que,

principalmente por dificuldades geográficas e sociais, dificilmente teria acesso ao Ensino Superior.

Propôs-se, portanto, a reduzir as disparidades do saber e as desigualdades sociais e, principalmente, a mudar o cenário da qualidade da Educação Básica do Estado, estabelecendo como missão: “gerar e disseminar o conhecimento, voltada para a interiorização, e com compromisso em relação aos outros níveis de ensino” (UEMS 2002-2007, p.09).

Com esta finalidade, a UEMS foi implantada, além da sede, em outros 14 municípios, funcionando atualmente nas seguintes cidades: Amambai, Aquidauana, Campo Grande, Cassilândia, Coxim, Glória de Dourados, Ivinhema, Jardim, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba e Ponta Porã.

Tomando como base as explicações postas, justifica-se a relevância desse estudo no sentido de tornar possível evidenciar os itens postos nos objetivos, além do fato de não haver registro de trabalhos acadêmicos disponíveis que tratem do tema dentro do Estado e mesmo no âmbito institucional da UEMS, o que passa a ser relevante também para aquela Instituição.

Outro fator que pesou na escolha da UEMS como objeto deste estudo foi o fato de ser a mais pulverizada das Instituições de Ensino Superior no Estado, distribuída em 15 cidades estratégicas que atendem às demais cidades de seu entorno, e por conhecermos de perto a história desta IES, da qual integramos o quadro docente desde sua implantação.

Importa ressaltar que, apesar da UEMS ter sido implantada no ano de 1993, o período que terá destaque neste estudo, no que tange aos resultados da contribuição da Instituição quanto à formação dos seus egressos no Estado, será do ano de 1996 até o ano de 2007.

Metodologicamente, esta pesquisa se caracteriza como um estudo histórico-documental e fez uso dos seguintes procedimentos para a obtenção dos objetivos propostos:

- a) pesquisa de referencial bibliográfico, visando subsidiar o tema em estudo, com citações de autores estudiosos das questões postas;
- b) levantamento de dados estatísticos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), Prefeituras Municipais e Secretarias Municipais de Educação, além dos arquivos institucionais da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

Visando subsidiar os fatos postos, foram levantados:

- a) dados que se referem à evolução do PIB municipal, PIB *per capita* e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no estado e municípios;
- b) Evolução dos empregos com carteira assinada, escolaridade e salário médio: MS e municípios onde a UEMS está instalada;
- c) Evolução da qualificação do corpo docente do Ensino Fundamental e Médio nas cidades onde a UEMS está instalada.

Para análise destes dados, foi utilizado o método *Shift-Share* com as variações estrutural e diferencial. A aplicação do método estrutural-diferencial (*Shift-share*) neste estudo consiste em identificar, dentro da perspectiva regional, o Estado do Mato Grosso do Sul, se nos Municípios, que possuem Unidade Universitária da UEMS, os setores crescem (ou decrescem) mais rapidamente em comparação a outras unidades. Assim, determinado município poderá apresentar um crescimento econômico maior do que outros devido à existência de uma estrutura produtiva mais eficiente em razão da presença de setores mais dinâmicos e qualificação da mão-de-obra. Portanto, a composição do emprego em um determinado setor da economia apresentará variações de acordo com a região na qual está inserida.

Para verificar a variação e diferença entre os Municípios em estudo, no período de 1996 a 2007, o método foi aplicado para a análise do PIB per capita do Estado e Municípios em análise; Índice de Desenvolvimento Municipal no Estado (FIRJAN); composição do emprego formal dos Municípios por setores; variação do emprego formal por Municípios de acordo com a escolaridade e a faixa de rendimento médio de acordo com a escolaridade por município.

Também foi levantada a contribuição da UEMS na visão dos prefeitos municipais, secretários municipais de Educação e egressos, por meio de questionário, cuja tabulação foi feita utilizando o Programa *Sphinx*.

Esta tese está dividida em sete capítulos. O primeiro capítulo é dedicado à introdução da tese. No segundo capítulo são abordadas as teorias e o conceito do capital humano, sua contribuição para o desenvolvimento regional e o papel da Universidade neste contexto.

O terceiro capítulo apresenta o surgimento e evolução histórica do Ensino Superior no mundo e no Brasil, sua estrutura, classificação e categorias das Instituições de Educação

Superior. Em seguida, faz-se um levantamento do Ensino Superior no Estado de Mato Grosso do Sul e analisa-se o papel do Ensino Superior no Desenvolvimento Regional.

O quarto capítulo é dedicado à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, objeto de estudo deste trabalho, onde faz-se um enfoque abordando a sua criação, implantação, história, missão e objetivos, estrutura organizacional e instâncias de decisão, destacando a sua participação no estado por meio dos municípios atendidos, referenciando os cursos ofertados, matrículas e concluintes.

O quinto capítulo faz referência ao Estado de Mato Grosso do Sul, abordando a criação, história, crescimento populacional e migração, com destaque para os aspectos socioeconômicos.

O sexto capítulo estabelece a análise de dados, fazendo um levantamento da evolução do PIB municipal, PIB *per capita* e IDH no Estado e municípios. Posteriormente, enfatiza-se o trabalho formal e a evolução dos empregos com carteira assinada. Por fim, faz-se um levantamento da escolaridade e faixa de rendimento médio no Brasil, Mato Grosso do Sul e municípios onde a UEMS está instalada, bem como a evolução da qualificação do corpo docente do ensino fundamental e médio nas cidades onde a UEMS está instalada e analisa-se os questionários aplicados aos prefeitos, secretários municipais e egressos.

Finalmente, no capítulo sete, estabelecemos nossas considerações finais sobre a pesquisa desenvolvida, com as sugestões de trabalhos futuros.

2 CAPITAL HUMANO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: TEORIAS E CONCEITOS

2.1 CAPITAL HUMANO: TEORIAS E CONCEITOS

"O futuro das organizações - e nações - dependerá cada vez mais de sua capacidade de aprender coletivamente."

Peter Senge

Reconhecer que o capital humano responde em grande parte pela riqueza de qualquer organização já não é mais um assunto novo. Schultz (1973), quando na década de 50 criou o conceito de capital humano, tentava explicar teoricamente as causas da enorme riqueza produzida para explicar o crescimento econômico da economia norte-americana daquela época. Este conceito surgiu em face da perplexidade ante os fatos de que os conceitos por ele utilizados para avaliar capital e trabalho estavam se revelando inadequados para explicar os acréscimos que vinham ocorrendo na produção.

Por essas razões, começou a investigar o que gerava o desenvolvimento e a mobilidade social. Ele observou que os países que investiam na saúde do trabalhador e tinham alto nível de escolaridade eram mais desenvolvidos e sua população tinha maior mobilidade social. Schultz percebia que muitas pessoas nos Estados Unidos estavam investindo fortemente em si mesmas e que estes investimentos tinham significativa influência sobre o crescimento econômico; que o investimento básico em si mesmo resultava em capital humano e ainda, aquilo que constituía basicamente este capital era o investimento em educação.

Nesse sentido, partindo do pressuposto de que o componente da produção que decorre da instrução é um investimento em habilidades e conhecimentos que aumenta as rendas futuras, semelhante a qualquer outro investimento em bens de produção, Schultz define o capital humano como “o montante de investimento que uma nação ou indivíduos fazem na expectativa de retornos adicionais futuros” (BRASIL, 2008).

Dessa forma, Schultz pretendeu decifrar o enigma que não conseguia explicar o agravamento da desigualdade entre nações e entre indivíduos e grupos sociais. Estava oferecendo, pois, aos intelectuais pesquisadores e à classe burguesa no seu conjunto, um novo fator que, somado aos demais, representaria a solução do problema do maior ou menor desenvolvimento entre nações e maior ou menor mobilidade social entre indivíduos.

Desse modo, o fator capital humano passou a compor a função de produção da teoria econômica para explicar os diferenciais de desenvolvimento entre países e entre indivíduos.

Assim, a variação de desenvolvimento - maior ou menor entre países ou a mobilidade social dos indivíduos - que antes era explicada por nível de tecnologia, insumos de capital e insumos de mão-de-obra, agora recebia um novo fator como potencializador do fator insumos de mão-de-obra. Assim, podia-se inferir que os países que investissem mais no fator capital humano teriam a chave para sair de sua condição de subdesenvolvidos para desenvolvidos e os indivíduos teriam maiores rendimentos futuros e ascensão social.

Assim, constata-se que o capital humano é considerado um dos principais ativos geradores de uma organização, onde o valor de cada indivíduo contribui para o crescimento desta. Com a mudança constante do contexto econômico, em que a formação de valor no mercado cada vez mais depende da qualidade de serviços e conhecimentos prestados, onde bens tangíveis são facilmente copiáveis, as pessoas se tornaram definitivamente um diferencial competitivo e, sendo assim, torna-se cada vez mais evidente a demanda das organizações por pessoal com aptidão para trabalhar em equipe, para adaptar-se a mudanças, exercer liderança e, por conseguinte, que detenha maior qualificação.

Com base na defesa de que o capital humano é fator primordial no sucesso de toda organização e que o termo capital humano vem sendo constantemente empregado em diferentes áreas do conhecimento científico, nos discursos políticos e no cotidiano dos indivíduos dos diversos segmentos da sociedade, faz-se necessária uma busca dos conceitos abordados sobre capital humano. No entanto, é preciso que anteriormente se busque por definir o que é capital.

O termo capital, em um primeiro momento, traz à tona a associação a valores, recursos financeiros. A palavra capital, na empresa, é representada pelo conjunto de elementos que o proprietário possui para iniciar suas atividades, sendo que este pode ser representado por: dinheiro, bens móveis e imóveis, contas a receber etc.

No Dicionário Aurélio, a palavra capital é definida como “principal, fundamental”; “cidade que aloja a alta administração dum país ou estado, província, etc. “riqueza, bens ou valores acumulados”; “cabedal”; “dinheiro aplicado numa empresa por seus proprietários”; “conjunto de bens produzidos pelo homem e que participam da produção de outros bens”.

Segundo Schultz (1973), a expressão capital humano pertence seguramente à década de 1950. No entanto, quando se começa a examinar a questão do elemento humano, verifica-se um crescimento de estudos sobre a produção industrial, que se diversifica a partir da perspectiva das ciências sociais, no período de 1913 a 1920. É nesse momento que se observa a emergência da discussão sobre a importância do comportamento humano no trabalho.

Expressões tais como: engenharia humana, elemento humano na indústria, gerência de seres humanos, datam dessa época.

Conforme Saul (2004, p. 8), “o primeiro passo significativo nessa direção foi o uso da teoria da gerência científica, desenvolvida por Frederick Taylor”. As experiências de Taylor começaram a ser conhecidas em fins do século 19. Em 1903, ele divulgou uma memória sobre a organização científica nas oficinas e, em 1911, publicou seus Princípios de Administração Científica, proporcionando a mudança de direção decisiva e definitiva no comportamento do empresariado americano e, ao que tudo indica, abriu o caminho para a penetração das ciências sociais na estratégia empresarial.

O segundo passo foi dado por Henry Ford que, em 1912, em meio a um período de turbulência da economia do país, se deu conta do valor dos homens. A famosa “jornada de cinco dólares” causou sensação no meio industrial e foi justificada por Ford como uma participação do trabalhador nos lucros da empresa. Essa decisão mais do que duplicou o salário da maioria dos seus trabalhadores. O movimento foi considerado extremamente rentável, pois no lugar da constante rotatividade de empregados, os melhores mecânicos convergiram para a Ford, trazendo seu capital humano e sua habilidade, aumentando a produtividade e reduzindo os custos de treinamento. Seguiu-se a isso a criação de um departamento sociológico cujos integrantes se dedicavam a investigar a vida que os empregados levavam em casa, observando se seu comportamento era adequado e se sua vida íntima era sadia. O grande sucesso de Ford não sobreviveu à crise que se instalou durante a Primeira Guerra e à depressão no pós-guerra, mas, sem dúvida, teria comprovado seu ponto de vista, segundo o qual se o empresário dedicasse maior atenção ao elemento humano de seu negócio, veria aumentar a produção e o lucro em maior proporção do que se o fizesse através da introdução de novas máquinas (GIEDION, 1978, p. 65, tradução nossa).

Observa-se nesse processo elementos de uma perspectiva importante para elucidar a origem da teoria do capital humano em seus desdobramentos posteriores, tanto no campo da teoria da organização empresarial, com a difusão da produção em massa através da articulação “taylorismo-fordismo” quanto na conformação do determinismo tecnológico que tenderá a dominar a concepção de sociedade do conhecimento e que impressionará definitivamente tanto o campo da teoria sociológica quanto o da teoria econômica.

De acordo com as afirmativas postas, observa-se que o capital humano sempre teve significativa influência no sucesso de qualquer organização, pois é a mola-mestra para fazer com que tudo o mais funcione e tenha os resultados esperados.

Neste trabalho, a ênfase é dada no capital humano com vistas à busca da formação para a melhoria da qualidade de vida do indivíduo e, conseqüentemente, da contribuição para a melhoria do meio social em que a pessoa vive, trazendo retornos positivos para o desenvolvimento regional.

O conceito de capital humano vem sendo abordado em diversos trabalhos científicos, fato que demonstra a sua real importância num mundo tão competitivo com o qual convive a sociedade nos dias atuais.

Vale destacar que diversas abordagens foram adotadas por estudiosos como forma de evidenciar a importância do capital humano como diferencial competitivo nas organizações. Dentre os conceitos abordados, destacam-se: recursos humanos, capital intelectual, recursos intangíveis, gestão do conhecimento.

No entanto, o capital humano defendido neste trabalho é baseado no capital humano defendido por Schultz que, partindo da constatação de que o fator trabalho não pode ser tomado como um fator de produção invariável, foi pioneiro na exploração das repercussões e implicações do investimento em capital humano para o crescimento econômico e para as questões econômicas relacionadas. Destaca-se, assim, a observação de Schultz de que os países que investiam na saúde do trabalhador e tinham alto nível de escolaridade eram mais desenvolvidos e sua população tinha maior mobilidade social.

Nesse sentido, Schultz (1967, tradução nossa) afirma que o que explica a dinâmica das relações econômicas é o capital menos constante, ou seja, o capital humano. Perturbado pela omissão desta forma de capital nos modelos explicativos do crescimento econômico que dominavam a literatura econômica, considera que o conceito tradicional de capital tem que ser ampliado. A educação é tratada como meio para formar capacidade produtora e passa a atuar na relação capital-trabalho, como elemento paradoxalmente agregado ao trabalhador na sua força de trabalho, pertencendo, entretanto, à esfera do capital como propriedade dos meios de produção.

Dessa maneira, o conhecimento, fator de produção, é um bem de capital agregado ao trabalhador. Sendo este também possuidor de capital, o antagonismo e a luta de classes perdem a razão de ser, pobreza e fracassos pessoais são decorrentes da falta de mérito do indivíduo, da ausência de senso de oportunidade familiar e pessoal nas escolhas vocacionais. Já no plano macroeconômico, são decorrentes da ausência de investimentos corretos no sistema educacional. Essa relação causal entre escolaridade e renda, para cuja determinação, segundo o tecnicismo de mercado, não são considerados fatores políticos condicionantes da

distribuição de riquezas, ignora o caráter reprodutor da educação, considerando apenas sua face produtora.

Os trabalhadores transformaram-se em capitalistas, não pela difusão da propriedade das ações da empresa, como o folclore colocaria a questão, mas pela aquisição de conhecimentos e de capacidades que possuem valor econômico (SCHULTZ, 1973, p.35).

Desse modo, pode-se inferir que uma sociedade democrática deve buscar conciliar o desenvolvimento econômico com o desenvolvimento humano e social.

Zabot e Silva corroboram com a afirmação acima quando destacam que:

... somente a educação pode garantir o desenvolvimento, que nada mais é do que a capacidade de mudar e aproveitar as oportunidades. A educação, em seu aspecto profissional, deve garantir ao trabalhador tanto sua empregabilidade quanto sua cidadania (2002, p.92).

Nesse sentido, a importância da educação destaca-se em uma nova concepção, ou seja, deve superar o instrucionismo e harmonizar a capacitação e a formação humana no sentido de desenvolver no indivíduo um ser integrado capaz de compartilhar um espaço de convivência com seus semelhantes.

Sob este prisma, Zabot e Silva destacam a importância da gestão do conhecimento numa visão de que “a educação é o único caminho que vai permitir a criação e a difusão do conhecimento por toda a sociedade” (2002, p. 94). Na visão desses autores, a relação entre trabalho e a formação humana, deve constituir-se em via de mão dupla e destaca que o maior desafio de uma organização deve ser o de criar cultura voltada para o aprender a aprender.

É nesta visão que busca-se defender que o capital humano atual precisa estar constantemente buscando formas de atualização profissional e a educação formal tem agido como protagonista neste sentido. Cada vez mais se verifica que indivíduos melhor qualificados estão adentrando com maior facilidade no mercado de trabalho e conseqüentemente alcançando remunerações maiores. De acordo com a Rais 2008, o salário médio do trabalhador brasileiro com Ensino Superior mais que triplicou em relação ao salário do indivíduo com escolaridade Ensino Médio completo, conforme tabela 1:

Tabela 1 - Remuneração média em reais, em valores de dezembro/2008 – Brasil

Grau de instrução	2008
Analfabeto	649,05
Ensino Médio Completo	1.198,23
Ensino Superior	3.609,73

Fonte: RAIS - Dec. 76.900/75 - CGET/DES/SPPE/MTE – BRASIL (2010)

Isto nos remete a Melo e Hansen, que afirmam:

Trabalhadores mais qualificados (em termos educacionais) aprendem tarefas mais rapidamente e as realizam com maior proficiência; trabalham com mais precisão e concluem suas tarefas em tempos inferiores aos de trabalhadores menos qualificados. Além disso, sua formação os qualifica para o treinamento em atividades/empregos mais complexos e exigentes, tornando-os trabalhadores com maiores possibilidades de flexibilidade (2007, p.374).

Na visão desses autores, maiores graus de educação dotam os trabalhadores de uma maior capacidade para dominar e entender seu papel no processo produtivo, fazerem ajustes tácitos e tomarem decisões para mudanças imprevistas. Dessa forma, o nível educacional atua sobre suas capacidades para processar informação, localizar fatos relevantes, adquirir informações necessárias, determinar critérios para a tomada de decisões e fazer seleções ou escolhas.

No entanto, apesar do investimento em pessoas e em conhecimento representar um fator decisivo para assegurar o bem-estar humano, os investimentos em capital humano são frequentemente omitidos dos estudos econômicos. “Diversos fatores, desde a dificuldade em se estimar precisamente o capital humano, até fatores éticos e sociais fazem com que muitas vezes economistas evitem tratar do capital humano em seus estudos” (SCHULTZ, 1967, p.12, tradução nossa).

Neste sentido, acredita-se que falta nesses estudos o reconhecimento de que a aquisição e a manutenção de capital humano envolvem um custo econômico e a promessa de um retorno futuro, que pode ser obtido em um período de vários anos, desejo este que representa a principal motivação para o investimento em capital humano.

Dessa forma, os investimentos na formação de capital devem ser entendidos como o emprego de recursos para aumentar os estoques de capital, não só físico, mas também humano. É preciso reconhecer que de nada adianta uma sociedade dotada de grande capital físico se o capital humano à sua disposição não for capaz de transformar esses recursos físicos na promoção de melhorias nos níveis socioeconômicos da região, proporcionando um retorno em termos de qualidade de vida da população.

Os investimentos não incluem apenas as melhorias na terra, as construções de prédios e instalações, ou a aquisição de equipamentos duráveis, mas também os gastos de uma sociedade com saúde pública, educação, pesquisa, dentre outros. Isto nos reporta a Mafra que, reportando-se a SCHULTZ (1973), destaca:

O capital humano pode ter grande impacto sobre o desenvolvimento econômico, não simplesmente por levar a aumentos no produto interno do país, mas por poder oferecer melhores condições de vidas e bem-estar para os indivíduos. Os indivíduos com maior quantidade de capital humano acumulada são mais produtivos, podendo receber maiores salários. Uma força de trabalho mais produtiva pode afetar positivamente a renda nacional de um país (MAFRA, s/d, p. 36).

Dessa forma, pode-se inferir que investimento em capital humano pode representar uma poderosa ferramenta para melhoria da distribuição de renda entre os indivíduos.

Schultz aborda esse assunto afirmando que:

Embora a educação seja, em certa medida, uma atividade de consumo que oferece satisfações às pessoas no momento em que obtém um tipo de educação, é predominantemente uma atividade de investimento realizado para o fim de aquisição de capacitações que oferece satisfações futuras ou que incrementa rendimentos futuros da pessoa como um agente produtivo (SCHULTZ, 1973, p.79).

De acordo com este autor, há vários indicativos de que alguns e talvez uma parte substancial dos aumentos inexplicados na renda nacional nos Estados Unidos são atribuíveis à formação de capital humano.

No Brasil, França (2005), tomando como base a década de 90 e levando em consideração que, ao final daquela década, não se verificaram melhorias na renda dos salários, apesar da evolução de alguns dos indicadores como educação, esperança de vida, acesso a infraestrutura básica, dentre outros - fez um pesquisa para ver se estariam então presentes fatores de outra natureza impedindo a comprovação da teoria do capital humano, que associa renda salarial e nível educacional como, por exemplo, a questão da qualidade do ensino no Brasil. Constatou que a qualidade da escolaridade deve ser buscada com pelo menos dois objetivos: primeiro, o de que ela é importante por si só, portanto um fim em si mesma; e segundo, o de que a qualidade da educação tem fundamental importância no sentido de prover o indivíduo de condições para assegurar-lhe renda, o que é afinal seu objetivo conforme a teoria do capital humano.

França (2005) alerta ainda que sem a preocupação com a qualidade da educação e com o objetivo de somente aumentar as estatísticas da escolaridade, todo o esforço empreendido para alcançar e aumentar o capital humano e, através dele, o crescimento econômico do país pode ser perdido. Conclui afirmando que a escolaridade é necessária para o desenvolvimento de uma nação e que esta nação precisa antes prover meios para a educação

de sua população, se expandindo a fim de mais tarde lhe trazer o retorno por meio do desenvolvimento do seu capital humano.

Nesse sentido, considerando que diversos fatores precisam ser levados em conta para que o desenvolvimento regional ocorra, o item a seguir busca verificar as abordagens teóricas que tratam da questão do desenvolvimento regional.

2.2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ABORDAGENS TEÓRICAS

O processo de desenvolvimento econômico não ocorre de maneira análoga e simultânea em toda a parte. Cada país, região ou localidade conta com processos de dinâmica econômica específicos. Dessa maneira, o desenvolvimento envolve fatores econômicos sociais, culturais, políticos e ecológicos.

Nesse sentido, verificando-se a literatura sobre desenvolvimento regional, constata-se que diversos teóricos propuseram-se a estudar a dinâmica econômica regional, especialmente no período iniciado após a Segunda Guerra Mundial, com o intuito de esclarecer sua problemática, indicando, inclusive, as possíveis soluções para a superação do subdesenvolvimento.

Segundo Lima e Simões (2009), entre os vários estudiosos desta área pode-se destacar François Perroux, que elaborou, em 1955, a teoria dos pólos de crescimento. Perroux foi um dos primeiros teóricos a contestar, em uma série de trabalhos desenvolvidos no decorrer da década de 50, a noção vulgar e inexata de espaço utilizada nas análises econômicas realizadas até então, que resultavam na coincidência entre espaços econômicos e humanos e, conseqüentemente, em recomendações imprecisas de políticas econômicas.

Para este autor, a noção de espaço descarta o conceito de espaço euclidiano e utiliza o conceito matemático de espaço abstrato, mais adequado para analisar as inter-relações econômicas. Desta forma, existiriam tantos espaços econômicos quantos fossem os fenômenos econômicos estudados.

Para Perroux (1967, p. 158), a determinação dos espaços econômicos é bastante complexa, pois “o espaço da economia nacional não é o território da nação, mas o domínio abrangido pelos planos econômicos do governo e dos indivíduos”.

O espaço econômico, na abordagem de Perroux, pode ser classificado em: espaço econômico definido por um plano ou programa; espaço econômico definido como espaço polarizado, um campo de forças ou de relações funcionais; espaço econômico definido como

um espaço ou agregado homogêneo. Para Perroux, o espaço polarizado consiste naqueles centros, pólos ou focos, dos quais emanam forças centrífugas e para os quais forças centrípetas são atraídas. “Cada centro atuando como um centro de atração e repulsão tem um campo próprio, o qual é embutido nos campos de outros centros” (PERROUX, 1967, p. 358).

Fundado o conceito de espaço econômico, Perroux passa à análise do processo de crescimento, que seria irregular: “o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia” (PERROUX, 1967, p. 164).

Para este autor, um dos principais aspectos das variações da estrutura econômica nacional consiste no aparecimento e desaparecimento de indústrias e em taxas de crescimento diferenciadas para as diversas indústrias no decorrer do tempo. Outro aspecto evidente das variações de estrutura é o aparecimento de uma indústria nova ou o crescimento de uma indústria existente que possui efeitos de propagação na economia através de preços, fluxos e antecipações. Assim, para analisar essa modalidade de crescimento é preciso considerar o papel desempenhado pela indústria motriz, pelo complexo de indústrias e pelo crescimento dos pólos de desenvolvimento.

Dessa forma, afirma que os pólos industriais de crescimento podem surgir em torno de uma aglomeração urbana importante ou ao longo das grandes fontes de matérias-primas, assim como nos locais de passagem e fluxos comerciais significativos ou ainda em torno de uma grande área agrícola independente.

Assim sendo, Perroux (1967) afirma que um pólo de crescimento se firma numa forte identificação geográfica, porque é produto das economias de aglomeração geradas pelos complexos industriais, liderados pelas indústrias motrizes. Segundo ele, um pólo de crescimento poderia vir a tornar-se um pólo de desenvolvimento quando provocasse transformações estruturais e contribuísse para a expansão da produção e do emprego no meio em que está inserido.

Assim, nos países subdesenvolvidos, que se caracterizam por serem economias desarticuladas e duais e nas quais grande parte da população não tem acesso às condições mínimas de conhecimento, saúde, moradia, dentre outros, é essencial realizar estas transformações para estimular a propensão a poupar, o investimento, o trabalho, a inovação e a elaboração e a execução de planos de desenvolvimento. O papel das instituições é fundamental neste sentido, alterando estruturas nacionais e taxas de crescimento, o que repercute inclusive no desenvolvimento cultural.

Nesse contexto, Perroux evidencia a necessidade de políticas econômicas, cujo objetivo deve ser o desenvolvimento técnico e humano e a cooperação entre regiões ricas e pobres. Defende, portanto, que a produção do pólo é tecnicamente necessária ao desenvolvimento nacional, uma vez que do seu desempenho depende a vida da região, pois através de seus efeitos de complementaridade e concentração são estimuladas zonas de desenvolvimento. É preciso conceber eixos de desenvolvimento entre os pólos situados em pontos diferentes do território, o que implica em orientações determinadas e duradouras de desenvolvimento territorial.

A análise de Perroux não leva a uma conclusão imediata e simples de política econômica, mas orienta algumas decisões práticas e evidencia a importância não apenas dos grandes empresários privados neste processo, mas também dos poderes públicos e suas iniciativas, bem como das pequenas inovações.

Jacques-R Boudeville trabalhou as noções de espaço, com o intuito de conceder-lhes um caráter onde o espaço seria uma realidade concreta, ao mesmo tempo, material e humana. Assim como Perroux, Boudeville distingue três noções de espaço: i) do ponto de vista econômico o espaço pode se caracterizar de acordo com sua maior ou menor uniformidade, ou seja, o espaço é homogêneo; ii) do ponto de vista das interdependências e hierarquias de suas partes o espaço é polarizado; e iii) do ponto de vista do centro de decisão e do objetivo estabelecido o espaço é um programa/plano (LIMA e SIMÕES, 2009, p.7).

Ao contrário de Perroux, Boudeville conceitua região, que difere do espaço devido à contiguidade da superfície, o que facilita a ação coletiva e o estabelecimento de um plano de ação para alcançar objetivos comuns. Assim sendo, a região é homogênea quando corresponde a um espaço contínuo onde cada uma de suas partes apresenta características semelhantes e é polarizada quando se considera a interdependência das aglomerações urbanas.

Ainda segundo Lima e Simões (2009), Boudeville define região como um espaço heterogêneo onde suas diversas partes são complementares, em um sistema hierarquizado de acordo com os bens produzidos (local, regional e/ou nacional) e, em geral, são regiões industriais ou comerciais. A região é uma região-plano quando considerada como um espaço contínuo onde as diversas partes estão sob uma mesma decisão. É um instrumento de ação das autoridades econômicas, com o objetivo de atingir um objetivo proposto. A definição de regiões-plano deve maximizar os efeitos de um programa de desenvolvimento do território e, por este motivo, devem existir tantas regiões-plano quantos problemas nacionais. Estas três noções de espaço e região são distintas e complementares e passíveis de observação estatística, o que é essencial para a concepção de uma política regional. Todavia, apesar destes

conceitos serem mais concretos do que aqueles definidos por Perroux, o estabelecimento de suas fronteiras continua complexo, pois nem sempre as mesmas coincidem com suas unidades administrativas (e as próprias regiões programadas não necessariamente coincidem com as regiões polarizadas ou homogêneas). Boudeville define então alguns métodos para estabelecer estas fronteiras.

No caso de regiões homogêneas, deve-se reunir no espaço as pequenas unidades locais que apresentam as mesmas características através da observação de alguns indicadores, como renda *per capita*, nível de industrialização e alfabetização, etc. No caso de regiões polarizadas, o critério utilizado é funcional e deve considerar as interdependências em torno de um pólo, determinando sua esfera de influência e sua hierarquia através de índices indiretos, como a densidade populacional e os custos de transporte. No caso de regiões-plano, deve-se considerar as duas primeiras noções de região e os efeitos de aglomeração ou polarização de acordo com os problemas analisados.

Assim, Boudeville (1970) destaca a importância dos instrumentos de política regional como meio de orientação dos pólos de desenvolvimento urbano. A integração do território nacional é um objetivo indiscutível de política e reflete a compatibilidade de planos dos diferentes centros de decisão do espaço econômico considerado. Coesão, complementaridade e cooperação são fundamentais para o crescimento harmonizado, o que evidencia a necessidade de políticas de colaboração entre as regiões, com vistas a reduzir as disparidades. Estas não devem ser consideradas entidades independentes no território nacional, mas como partes do todo, ligadas às demais unidades regionais e subordinadas à concepção nacional do bem comum (problemas locais e nacionais devem ser resolvidos), o que estimula a cooperação.

Dessa maneira, Boudeville refere-se à necessidade de políticas econômicas para harmonizar o crescimento, enquanto Perroux considerava o plano de ação como sendo de unidades produtoras, apenas referindo-se à possibilidade dessa unidade ser estatal. Pode-se inferir que Boudeville esforça-se em conceder caráter pragmático à análise espacial, enfatizando os aspectos passíveis de utilização em planejamento.

Para Brandão (2007, p. 8-9), duas grandes correntes se consolidaram: a “escola americana” (Walter Isard) e a “escola francesa” (Perroux e Boudeville). Caberia lembrar ainda as contribuições de Albert Hirschman (1958), sobre o processo de desenvolvimento como uma cadeia de desequilíbrios, e de Gunnar Myrdal (1957), sobre os processos de causação circular acumulativa. Ambos combatendo a visão conservadora sobre etapas do desenvolvimento de Rostow (1959).

Apesar da estreiteza metodológica, importantes perguntas são formuladas acerca da dimensão espacial dos processos de desenvolvimento por aqueles e outros autores clássicos, em certo sentido de forma marginal, ou seja, se constituindo em uma agenda ampla, mas periférica ao *mainstream* das ciências sociais, que em sua maioria é a-espacial. Analisaram variadas questões, muitas com origem nas questões da proximidade e da aglomeração de pessoas e atividades. O papel do agrupamento e da concentração e sua distribuição geográfica. A distribuição espacializada das estruturas econômicas se dá a partir de pontos ordenados de produção e zonas de mercado de consumo. Quanto à questão especificamente urbana, caberia lembrar a concepção funcionalista de cidade como “organismo social” da escola da ecologia urbana de Chicago (Gottdiener, 1993), que acabou seguindo uma via de diálogo com as teorias mais conservadoras do debate territorial.

Somente a partir dos anos 1970 é que se estruturou um pensamento alternativo a esta corrente hegemônica. A concepção teórica e metodológica que preside todas as formulações não conservadoras, a partir daí, é a de que o território é uma produção social, procurando analisar os conflitos que se estruturam e das lutas que se travam em torno deste ambiente construído socialmente.

Nenhum recorte espacial poderá ser mais visto como passivo, mero receptáculo e sem contexto institucional e moldura histórica. Conhecendo grande desenvolvimento a partir dos anos 70, a investigação acerca da produção e reprodução social do espaço e do ambiente construído, inspirada em Marx, colocou a ênfase na relação entre Estado e capital em sua intervenção sobre o espaço. Diversas foram as contribuições aportadas pela geografia radical, crítica e marxista, assim como da sociologia urbana e da economia política. Cabe destacar ainda as formulações, por vezes conflitivas entre si, nessa empreitada, dos seguintes autores: Henri Lefebvre, David Harvey, Manuel Castells, Alain Lipietz, Doreen Massey, Jose Luiz Coraggio, Milton Santos, Neil Smith, Edward Soja, dentre outros.

Já no Brasil, segundo Melo e Hansen (2007, p. 135), após a Segunda Guerra Mundial, à luz da tomada de consciência e da pressão política e social para enfrentar as desigualdades regionais, nasceu um conjunto de modelos de planejamento e de políticas para a promoção do desenvolvimento regional. Estas políticas têm como objetivo estabelecer certa igualdade entre as diversas regiões do país, no que se refere ao ritmo de crescimento econômico. Para isso, apoiam-se na ideia de crescimento exógeno, com correção ou atenuação dos desequilíbrios regionais, redistribuindo e compensando as desigualdades através da transferência de capital e tecnologia e promovendo a mobilidade inter-regional de bens e fatores de produção das regiões mais prósperas para as menos desenvolvidas.

Como observa Jaccoud (2001), a partir dos anos 50, boa parte dos governos nacionais passa a implantar políticas de desenvolvimento regional, baseadas na teoria dos pólos de crescimento. A instalação de grandes plantas industriais em áreas estratégicas (normalmente um número reduzido de centros urbanos) serviria para difundir o desenvolvimento das regiões pólo para as áreas no seu entorno, diversificando a base econômica, atraindo poupança externa e promovendo o crescimento do emprego, do produto e da renda.

A crise econômica internacional, na década de 70, passa a limitar, progressivamente, a capacidade e intervenção dos poderes públicos, redefinindo o papel do Estado na economia. Ao mesmo tempo, observam-se mudanças significativas nos processos produtivos das empresas em escala mundial, ocasionadas por fenômenos como o da globalização e da emergência de um novo paradigma tecnológico, criando restrições à preservação das velhas formas de organização e abrindo espaço para o progresso e o avanço social, em novas bases (BRITO e BONELLI, 1997).

2.3 CONTRIBUIÇÃO DO CAPITAL HUMANO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Conforme Alves (2009), ao fazer-se uma análise das nações desenvolvidas, fica notório, que essas se distinguem pelo estímulo, produção endógena e difusão de tecnologias. Em contrapartida de maneira geral, os países periféricos, importam, consomem e por consequência dependem das inovações produzidas nos centros capitalistas mais desenvolvidos. Não obstante, a globalização provoca uma concorrência crescente, devido à integração dos mercados, seja pela mundialização dos mercados financeiros que faz com que o capital produtivo seja preterido ou pela pluralização das trocas comerciais e dos investimentos diretos.

Nesse sentido, a dimensão global na chamada era da informação e do conhecimento, conforme Albagli e Maciel (2004, p. 14) expressa:

a diferenciação entre realidades culturais e projetos de sociedade, ou seja, entre comunidades territoriais e segmentos sociais diversos; a desigualdade entre sociedades com distintas condições de desenvolvimento, bem como entre segmentos de diferentes níveis socioeconômicos no interior de uma mesma sociedade.

Desse modo, pensar o desenvolvimento regional em uma economia que migra de um paradigma industrial para outro assentado no conhecimento, desenvolvimento e utilização de

novas tecnologias, transcende a dimensão econômica, e apresenta-se como uma área de pesquisa relevante.

Em tempos de economia globalizada, a geração da riqueza baseada anteriormente na produção industrial, migra de maneira crescente para a economia alicerçada no conhecimento, onde, os tradicionais fatores de produção, a terra, o capital e o trabalho, deixam de ser os principais geradores de riqueza, sendo substituídos pelo conhecimento.

Sendo assim, os meios de produção representados pelas fábricas, máquinas e ferramentas, principalmente o capital físico, dão lugar a outro tipo de capital que traduz a nova realidade, o capital humano.

Esta nova economia tem seu fundamento num conceito reverso da economia tradicional, visto que o conhecimento é um recurso que aumenta na proporção de sua utilização. Dessa forma, o capital humano se constitui na variável econômica chave e a utilização do potencial humano passou a ser também objeto de estudo no moderno contexto do desenvolvimento de uma região.

As empresas cada vez mais reconhecem que os seres humanos não são apenas pessoas movimentando ativos, ou seja, eles próprios são ativos que podem ser valorizados, medidos e desenvolvidos como qualquer outro ativo. São ativos dinâmicos que podem ter seu valor aumentado com o tempo, e não ativos inertes que perdem valor e por essa razão, são os mais importantes de todos os ativos.

Uma vez que o capital humano é produzido pelo capital humano, a sua melhoria exige uma melhor educação e cuidados de saúde e o problema do processo de inicialização é resolvido através do investimento em pesquisa científica. Ao contrário de outros tipos de capital, o capital humano não é produzido por mais e melhores máquinas, mas por um número crescente de pesquisadores científicos, isto é, pela prolongada educação e formação. (SPITHOVEN, 1995, p.6, tradução nossa).

Observa-se que o mercado de trabalho vem sofrendo mudanças significativas na composição da força de trabalho, com aumento expressivo dos níveis de qualificação. Pesquisas têm demonstrado que as empresas estão cada vez mais primando por empregar pessoas com escolaridade maior e isso conseqüentemente tem forçado as pessoas na busca de melhor qualificação, em um cenário em que até os governos têm procurado investir em políticas públicas que incentivem o oferecimento de maior número de ofertas na educação superior.

A escolaridade desenvolve competências úteis para todo tipo de trabalho, isto porque indivíduos mais educados têm o raciocínio e a compreensão ampliados, o que os torna mais aptos a aprender novas habilidades (TAVARES, 2007, p.8).

O mercado de trabalho tem demandado cada vez mais trabalhadores com habilidades e qualificações diversas e, conseqüentemente, com maior nível de escolaridade. As novas tecnologias e os processos produtivos justificam a aceleração nas contratações dirigidas a pessoas com maior nível de educação. Segundo a Rais 2008 (Brasil, 2010), constata-se que na faixa de escolaridade Superior Completo, onde o número de contratados era 2,2 milhões em 1990, passou a 3,1 milhões em 2000 e alcançando a marca de 6 milhões de vagas ocupadas em 2008.

Em contrapartida a esse processo de crescimento, encontram-se as faixas educacionais nas quais o nível de emprego cai, como acontece na 8ª série incompleta. Segundo a Rais 2008, o número de empregos nesse segmento caiu de 3,57 milhões em 1990 para 3,5 milhões em 2000, até chegar em 3,4 milhões em 2008. Também houve retração no número de admissões na escolaridade 4ª série completa: 4,2 milhões em 1990; 2,8 milhões em 2000; 2,1 milhões em 2008.

Na conjuntura do novo paradigma da gestão do conhecimento, o capital humano parece assumir, de forma crescente, a função de principal ativo de uma organização. Isto nos remete a Zobot e Silva (2002, p. 91), que afirmam:

O que decide uma contratação não é tanto o conhecimento técnico do trabalhador, pois esse conhecimento está constantemente mudando e pode ser adquirido a qualquer tempo e com certa facilidade. Vale mais hoje a conjugação de sólidas competências pessoais, que são as que demandam todo um processo formativo e permitem ao trabalhador flexibilidade diante do permanente desafio das constantes mudanças tecnológicas e organizacionais.

Desse modo, o capital humano parece constituir o ativo mais valioso também no que tange ao desenvolvimento regional, trazendo em seu bojo as fontes de vantagem competitiva. Sob esse prisma, é inadmissível pensar numa região desenvolvida sem, contudo, não pensar numa formação acadêmica que faculte às pessoas a busca por maiores conhecimentos. É neste sentido que o Ensino Superior se insere neste estudo, assunto a ser trabalhado no próximo capítulo.

2.4 UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Pesquisas diversas vêm demonstrando o crescimento vertiginoso no número de Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil em anos recentes. No entanto, busca-se neste item demonstrar a influência do ensino por elas fornecido, no sentido de contribuir para a formação de pessoas qualificadas, capazes de assumir novos projetos e proporem tomadas de

decisão que venham de encontro com os desafios postos pelo atual paradigma pelo qual passa a sociedade brasileira nas últimas décadas.

A universidade como instituição de conhecimento possui uma história própria e em constante mutação. A valorização do conhecimento apresenta novas características relativas ao surgimento da universidade moderna, e isso vem ocorrendo no âmbito do desenvolvimento histórico. A universidade, embora sendo parte da sociedade, possui, como seu elemento típico, uma atuação de caráter crítico que exige que ela seja capaz de refletir sobre si e sobre a sociedade.

Não seria coerente crer que a universidade pode produzir conhecimento e pesquisa para responder primordialmente a necessidades imediatas de organização social ou de forças que competem no mercado. Todavia, pelo seu papel histórico e pela característica de produtora de conhecimento sistemático, criticamente fundamentado, é indispensável que a instituição universidade trabalhe com o aprimoramento da vida humana em sociedade.

Verifica-se que a mão-de-obra necessária para atendimento às demandas atuais também vem sofrendo constante aperfeiçoamento. Nesse contexto, as universidades têm desempenhado papel de fundamental importância, principalmente nos países em desenvolvimento, onde a absorção por mão-de-obra qualificada tem se intensificado.

Essa crescente demanda foi ainda mais intensificada na Segunda Revolução Industrial, onde a noção de que tanto as contribuições da ciência quanto as necessidades de desenvolvimento tecnológico, trazidos pela demanda de mercado, constituem fatores importantes para o desenvolvimento de um país. Dessa forma, despontam então as universidades e programas governamentais de considerável variedade, que se desenvolveram para dar suporte ao avanço técnico do setor produtivo.

Constata-se, portanto, que a educação superior tem contribuído significativamente para a transformação e indução de mudanças e progressos na sociedade, formando massa crítica de pessoas qualificadas, contribuindo assim para a construção de uma cidadania mais justa e igualitária. Dessa forma, as Universidades estão chamadas a desenvolver um papel cada vez mais ativo no desenvolvimento territorial (GUTIÉRREZ, 1999, p.570).

É sabido que o desenvolvimento de um país, estado ou região perpassa diversos fatores, tais como: suas origens históricas, as características culturais da população, o desenvolvimento econômico, entre outros. Nesse ambiente de constantes mudanças, as IES têm parte fundamental no desenvolvimento dos países e regiões nas quais estão inseridas. Assim sendo, reconhecer que o Ensino Superior pode desempenhar um papel-chave no desenvolvimento econômico local e regional é, no contexto atual, um fator fundamental e

subjacente dentre as estratégias de desenvolvimento. É através da produção de conhecimentos que um país cresce, aumentando sua renda e a qualidade de vida das pessoas.

Sendo assim, espera-se que, uma vez instaladas, as IES contribuam para o desenvolvimento da região, fortalecendo a base de recursos humanos, atraindo e retendo talentos, bem como fornecendo a atualização profissional da força de trabalho e aprendizagem ao longo da vida.

No entanto, para que essa contribuição ocorra, as IES devem engajar-se na busca pelo desenvolvimento, crescimento do número de empregos, diminuição das desigualdades sociais e culturais, garantindo que os estudantes possam empregar-se e utilizar seus conhecimentos.

Estudos recentes apontam que um dos principais problemas do mercado de trabalho no Brasil é o tipo de emprego oferecido pelas empresas, que mudou muito mais rapidamente do que as competências e as habilidades do trabalhador brasileiro. Destaca-se, portanto, o papel da educação como meio de promover melhorias na qualidade de vida da população, bem como o desenvolvimento regional. No entanto, o que se espera é que a formação superior não só prepare profissionais tecnicamente mais habilitados e competitivos, mas também que eleve o nível cultural e político de um povo, com efeitos positivos de caráter social e econômico.

Isto nos remete a Barros e Mendonça, que destacam:

A educação tende a elevar os salários via aumentos de produtividade, a aumentar a expectativa de vida com a eficiência com que os recursos familiares existentes são utilizados, e a reduzir o tamanho da família, com o declínio no número de filhos e aumento na qualidade de vida destes, reduzindo, portanto, o grau de pobreza futuro. No entanto, acreditamos que as externalidades geradas pela educação podem, em geral, superar em grande medida os seus efeitos privados. (1997, p. 6).

Dessa maneira, para cumprir sua finalidade, a universidade necessita ser pensada tomando-se como base o retorno concreto de seu papel frente à sociedade que dela usufrui, proporcionando à região onde está instalada o permanente exercício da crítica, sustentada no tripé ensino, pesquisa e extensão. A disponibilidade local de conhecimentos e competências torna-se cada vez mais importante e as instituições de Ensino Superior estão entre as mais importantes fontes de conhecimento e inovação.

Corroborando a assertiva acima, Melo e Hansen afirmam:

A educação também reduz desigualdades. Entretanto, se por um lado ela é uma grande “niveladora”, por outro lado, sua ausência se constitui como um dos mais fortes índices associados à pobreza. De acordo com Levin (2001),

trabalhadores com mais formação têm mais conhecimento e habilidades, e são esses fatores que se traduzem em maior produtividade. Isso porque trabalhadores mais qualificados (em termos educacionais) aprendem tarefas mais rapidamente e as realizam com maior proficiência; trabalham com mais precisão e concluem suas tarefas em tempos inferiores aos de trabalhadores menos qualificados (2007, p.374).

Constata-se que a contribuição da IES para o desenvolvimento das suas regiões tem sido uma grande preocupação para a ordem pública, particularmente com a expansão do Ensino Superior nas últimas décadas, buscando solucionar as disparidades regionais existentes. No Brasil, houve um aumento no número de IES de aproximadamente 261% entre os anos de 1993 a 2007, conforme tabela 2.

Tabela 2 - Evolução do Número de IES por Dependência Administrativa - Brasil 1993 a 2007

Ano	Total	Pública			Privada
		Federal	Estadual	Municipal	
1993	873	57	77	87	652
2007	2.281	106	82	61	2.032

Fonte: INEP/MEC (2010c)

Observa-se, portanto, que os governos estão em busca de maximizar os benefícios educacionais para o desenvolvimento das competências, não só no nível nacional e estadual, mas também no nível regional, reconhecendo que as instituições de Ensino Superior podem desempenhar múltiplos papéis nas suas respectivas regiões. As IES, mais especificamente, são produtoras de conhecimentos, através da investigação, e na transferência de conhecimentos, através da educação e desenvolvimento dos recursos humanos e culturais e desenvolvimento da comunidade, criando as condições que permitem a inovação (OCDE, 2007).

Na primeira década do século XXI verifica-se uma demanda sem precedentes e uma grande diversificação na educação superior, bem como maior consciência sobre a sua importância vital tanto para o desenvolvimento sociocultural e econômico como para a construção do futuro, diante do qual as novas gerações deverão estar preparadas com novas habilitações, conhecimentos e ideais.

Isto traz reflexões que nos fazem inferir:

Sem uma educação superior e sem instituições de pesquisa adequadas que formem a massa crítica de pessoas qualificadas e cultas, nenhum país pode assegurar um desenvolvimento endógeno genuíno e sustentável e nem reduzir a disparidade que separa os países pobres e em desenvolvimento dos países desenvolvidos (CMES, 1999, p.20).

Dessa forma, o que se espera das universidades é que, além do seu papel primordial de ensinar, tragam elementos positivos tanto para o setor produtivo, que passa a contar com pessoal mais qualificado, quanto para o campo social, na medida em que instrumentaliza os indivíduos para o exercício da cidadania e aumenta suas chances de inclusão social, possibilitando a participação de inserção em um mercado de trabalho cada vez mais exigente do ponto de vista da qualificação.

Sendo assim, a educação combina uma dimensão econômica presente de longa data nas teorias do capital humano e uma dimensão política ao conferir um diferencial em termos de capital social, de alicerce para as políticas de redução das desigualdades, tão gritantes em vários países em desenvolvimento.

No entanto, é preciso analisar se essa expansão tem refletido em mudanças das condições básicas da sociedade, ou seja, se o capital humano qualificado tem provocado melhorias para o desenvolvimento regional e, conseqüentemente, melhoria nas condições de vida das pessoas, assunto a ser tratado no próximo item.

3 ENSINO SUPERIOR: SURGIMENTO E EVOLUÇÃO

3.1 O ENSINO SUPERIOR: SURGIMENTO E EVOLUÇÃO HISTÓRICA

“A educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.”

Paulo Freire

O sistema de Ensino Superior ocupa uma posição estratégica e fundamental no processo de modernização e de desenvolvimento de todo país, e tem como função fornecer quadros profissionais capacitados e pessoal qualificado cientificamente para atender às diversas - e cada vez mais complexas – demandas, tanto do setor público quanto do privado.

A universidade tem enfrentado expressivas transformações sociais, no entanto, continua a desempenhar seu papel de criação de um espaço em constante construção e preservação dos saberes, almejado desde sua criação que remete aos tempos da Idade Média, conforme pode ser verificado em seu processo histórico descrito a seguir.

“Na Antiguidade Clássica, o Ocidente, principalmente na Grécia e em Roma, já dispunha de escolas tidas como de alto nível, para formar especialistas de classificação refinada em Medicina, Filosofia, Retórica, Direito” (Luckesi *et al*, 1985, p.30). Nesse período, os discípulos se reuniam em torno de um mestre, cuja considerável bagagem de conhecimentos era zelosamente transmitida, ou seja, aos discípulos cabia aprender do mestre, considerado espelho e modelo de aperfeiçoamento. Cada mestre conduzia a sua escola, fazia escola. Nesses tempos, “tinha-se, pois, uma comunidade de discípulos gravitando em torno de um mestre, de uma cabeça de escola” (*Idem*, 1985, p. 30). No entanto, as tumultuosas invasões bárbaras, entre os séculos V e X, interromperam esse processo de ensino “superior” (*IBIDEM*, 1985, p. 30).

Ainda conforme Luckesi (1985) é, entretanto, entre o final da Idade Média e a Reforma (entre os séculos XI e XV) que propriamente nasce a universidade, identificando-se logo com sua sociedade e sua cultura, tornando-se efetivamente o órgão de elaboração do pensamento medieval. A Igreja Católica desse tempo é responsável pela unificação do Ensino Superior em um só órgão, a universidade. Isto dá-se como resultante de todo um esforço da Igreja no sentido de fundamentar a sua ação política e religiosa, enquanto preparava seus quadros, especificamente o clero.

Observa-se, portanto, nesse período, por um lado, o forte clima religioso determinado pela Igreja Católica que, naquelas circunstâncias, gerava o dogmatismo, a imposição de verdades e as universidades não conseguiam ficar livres da influência do ambiente dogmático. Por outro lado, é nesses tempos que nasce e se cultiva, nas escolas universitárias, o hábito das discussões abertas, dos debates públicos, das disputas como elementos integrantes do currículo e especificidade de certas disciplinas. Dessa forma, as universidades e outras instituições medievais foram essenciais na construção das nações modernas, pois estas nasceram no interior das grandes transformações do período medieval.

Segundo Brito, “no mundo moderno, a primeira Universidade a ser criada foi a de Paris, organizada a partir da escola catedrática de Notre-Dame, da escola colegiada de Santa Genoveva e da escola de São Vítor” (2004, p. 12). No entanto, há controvérsias quanto ao surgimento das universidades no mundo.

De acordo com Tobias (1988, p. 14),

pela Constituição de 425, Teodósio II criou, em Constantinopla, uma organização de ensino, a Universidade de Constantinopla, verdadeiro monopólio incluído de todo o Ensino Superior da capital, salvo a Escola de Teologia, confiada aos cuidados do patriarca.

Pode ser considerada universidade, uma vez que nela: “1º - existem Filosofia, Ciências e Letras; 2º - existem vários professores e alunos de muitas regiões; 3º é fruto de um decreto imperial; 4º - está voltada para a investigação e a docência” (TOBIAS, 1988, p.14).

No entanto, Tobias (1988) destaca que, conforme o movimento de cultura da humanidade, a primazia da investigação e do Ensino Superior passou do império de Bizâncio para o mundo árabe que, em 1453, acabou apoderando-se de Constantinopla. Porém, o maior centro de cultura do mundo árabe não se localizou na Arábia e nem na Turquia, mas sim no Cairo, herdeiro da antiga cultura egípcia e do brilho do Museu de Alexandria. Criou-se, portanto, a Universidade de Al-Azhar em 998, a pedido do Vizir Yaqub, “que persuadiu ao Califa Aziz para que ministrasse instrução e alimentação a trinta e cinco estudantes da Mesquita de Al-Azhar”. (Tobias, 1988, p.15). Dessa forma, começou a mais antiga universidade que foi crescendo sem cessar, atraindo mestres e alunos de todo o mundo muçulmano. Assim, nasceu a Universidade de Al-Azhar, centralizada, como a Universidade de Paris, na Faculdade de Teologia, uma vez que foi criada especialmente para resolver o problema das relações entre a fé e a ciência.

Também de acordo com Tobias (1988) “Ainda que disputada com a Universidade de Paris, a Universidade de Bolonha, cronologicamente falando, é considerada a primeira da Europa” (Tobias, 1988, p. 15). De acordo com este autor, o fato típico da Universidade de

Bolonha é a corporação, ou melhor, em certa época, as duas *universitates* de estudantes, que governavam a universidade, uma vez que o reitor era um aluno, encarregado, portanto, de pagar os professores e de supervisioná-los, reduzindo-os à servidão para com o corpo discente.

Em 1180, em Paris, surge a maior universidade dos tempos antigos, o modelo seguido pela maioria das universidades européias e do mundo e, por certo, a universidade de maior projeção na História da Civilização. O primeiro reconhecimento da Universidade de Paris data de 1.180 pelo Rei Luís VII e o reconhecimento completo em 1.200. “Formou-se, inicialmente, da Escola de Sain-Victor, de religiosos; de Notre-Dame, escola catedral e de Santa Genoveva, de padres seculares; compunha-se a Faculdade de Teologia e a Faculdade das Artes” (TOBIAS, 1988, p. 16).

Dessa forma, observa-se que a universidade nasceu marcada pela presença da igreja romana e possui aproximadamente mil anos de história, respondendo satisfatoriamente às necessidades sociais básicas de seu tempo, permanecendo com uma estrutura sem mudanças substanciais, desde suas origens até o século XVII.

A partir do século XVIII, com o surgimento de uma modernidade cosmológica, científica, social, estética, política, econômica, antropológica e a consolidação de três novas crenças – a crença no progresso, em princípios universais e na possibilidade de regulação da natureza e da sociedade (SLEUTJES, 2006, p. 3).

Neste período, surge também a ideia dos Estados Nacionais que abarcam o conceito de desenvolvimento e capitalismo, declinando progressivamente a influência e a presença da Universidade Confessional, ligada à igreja e surgindo a Universidade Pública Estadual e a Universidade Privada.

Na primeira década do século XIX, se dá a soberania da racionalidade científica sobre a racionalidade filosófica e teológica e a experimentação científica acaba com o dogmatismo do conhecimento fundado na metafísica, dando-se início à Universidade Moderna.

De acordo com Sleutjes (2006), para vencer o descompasso entre as Academias Científicas e as Universidades tradicionais foi preciso criar uma Universidade diferente. Esta tarefa foi realizada por Humboldt (filósofo, filólogo, diplomata, ministro da educação alemã), que pediu a três grandes pensadores que concebessem essa nova Universidade. Conforme Sleutjes (2006, p.3), esses pensadores conceberam dois modelos de Universidade:

1 – Modelo atrelado ao Estado, devendo trabalhar, pesquisar e ensinar no interesse do Estado. Uma Universidade sem autonomia de pensamento;

2 – Modelo ligado ao Estado, mas com autonomia de pensamento por parte do corpo docente; autonomia própria da instituição com relação ao Estado para se autogovernar em relação aos aspectos acadêmicos, administrativos e financeiros, que chamamos hoje de autonomia plena ou tríplice.

O segundo modelo vigorou e a Universidade de Berlim foi a primeira a concretizar este ideal tendo como princípio a frase de Kant – *AUDE SAPERE*, ou seja, “ousar saber” (pensar com autonomia). “Entre seus princípios encontra-se também a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa e a busca de integração dos conhecimentos” (SLEUTJES, 2006, p.3).

Juntamente com a Universidade de Berlim, nasceu o que se convencionou chamar de “a universidade de pesquisa”, dando prioridade à busca de novos conhecimentos e abandonando-se o ensino que só ensinava, repetia, transmitia e comentava conhecimentos estabelecidos sem acrescentar nada de novo.

Retornando ao cenário brasileiro, segundo Tobias (1988), útil é observar que a Universidade de Coimbra, fundada e organizada segundo a Universidade de Bolonha, foi a que mais influenciou no Brasil até o século XX, porque além de formar a maioria de brasileiros que tinham o privilégio de conseguir cultura superior, constituiu-se no eterno modelo das criações ou das tentativas de criação de universidade e de faculdades brasileiras do tempo da Colônia, do Império e da República, até o aparecimento do movimento universitário, nascido pelo ano de 1930, cujo histórico será melhor abordado nos próximos itens.

3.2 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A sociedade brasileira tem demonstrado aumento significativo no interesse pela educação superior, o que tem se refletido tanto na disponibilidade de oferta por parte dos órgãos responsáveis quanto pela procura demonstrada pelas pessoas que necessitam ir em busca de “transformação da natureza para adaptá-la à satisfação de suas necessidades” (SCHUCH JUNIOR, 1998, p.18).

De acordo com Schuch Junior (1998), constata-se que no período colonial existiam no Brasil apenas cursos superiores de Filosofia e Teologia, oferecidos pelos Jesuítas, pois Portugal impedia o desenvolvimento do Ensino Superior nas suas colônias, temendo que os estudos pudessem contribuir com os movimentos de independência. Foi somente no final do século XIX que surgiram as primeiras instituições culturais e científicas, ao contrário das Américas Espanhola e Inglesa, que tiveram acesso ao Ensino Superior já no período colonial.

No Brasil, a Universidade surgiu tardiamente e com características bem peculiares. Sofreu influências muito bem configuradas de modelos consolidados em outros países, como, inicialmente, o Francês, algumas tentativas do alemão e, posteriormente, do americano. Suas características originais marcaram e, ainda hoje, influenciam o seu desenvolvimento, o que tem dificultado e até mesmo impedido a existência de uma Universidade na acepção mais evoluída dessa instituição secular e universal (SCHUCH JUNIOR, 1998, p.12).

Com a chegada da Família Real Portuguesa no Brasil, em 1808 o país se transformou em sede da coroa portuguesa. Essa mudança impulsionou a implementação de medidas administrativas, econômicas e culturais para estabelecimento da infraestrutura necessária ao funcionamento do império. Nota-se que os primeiros estabelecimentos de Ensino Superior buscavam formar quadros profissionais para os serviços públicos voltados à administração do país. De acordo com Aranha:

Assim que chegou ao Brasil, D. João VI determinou as primeiras medidas a respeito da educação, no sentido de criar escolas de nível superior para atender as necessidades do momento: formar oficiais do exército e da marinha (para a defesa da colônia), engenheiros militares, médicos e abrir cursos especiais de caráter pragmático (ARANHA, 1996, p.153).

Porém, para compreender a história das instituições de Ensino Superior brasileiras, é preciso entender as diferentes posições assumidas pelas principais forças políticas atuantes da época, seus interesses e projetos. Três grupos destacavam-se como atuantes no século XIX: a alta hierarquia do clero católico, as lideranças civis liberais e os pensadores positivistas. Estes segmentos apresentavam ideias conflitantes sobre o papel da universidade na vida política e social brasileira.

De acordo com Dias (2010), para a igreja católica, a criação de uma universidade com hegemonia religiosa ajudaria a aumentar os quadros intelectuais a serviço do projeto religioso. Desse modo, a universidade nos moldes católicos privilegiaria disciplinas como: Filosofia, a Tomista, que era adotada oficialmente pela Igreja Católica e que se caracterizava pela tentativa de conciliar o Aristotelismo com o Cristianismo; Teologia; Direito, com base na doutrina social da igreja; Letras; Artes; e, quem sabe no futuro, alguns poucos setores tecnológicos.

No entanto, os liberais definiam um programa totalmente diverso dos católicos, privilegiando os setores jurídicos de estudo, as áreas humanísticas e a Medicina, com um projeto desvinculado de compromissos religiosos, que buscava assegurar as formas de autoridade e de pensamentos, gerados pela Revolução Francesa e Revolução Industrial.

Os positivistas defendiam ideias contrárias às duas posições anteriores, argumentando que o Brasil não precisava de universidades, mas de Ensino Fundamental para as massas, sobretudo no campo tecnológico. Defendiam ainda que seria um absurdo a preocupação com o ensino universitário, quando tudo ainda estava por fazer, em matéria de ensino primário e secundário. Para os positivistas, o controle das universidades pela igreja prejudicaria o advento da idade científica e técnica no Brasil, e se fossem dominadas pelos liberais, transformariam o país em uma anarquia social e política, com os devaneios metafísicos que imperaram na Revolução Francesa. Defendiam, por sua vez, a criação de escolas técnicas e científicas que ensinassem as leis da natureza e os meios de aproveitá-las em favor da humanidade.

Ilustrando a trajetória da educação superior no Brasil, vale destacar algumas datas importantes: em 1808, foi criada a Academia Real da Marinha e cursos médico-cirúrgicos na Bahia e no Rio de Janeiro. Em 1810, foi fundada a Academia Real Militar no Rio de Janeiro; em 1827, foram criados os Cursos de Ciências Jurídicas em São Paulo e em Olinda, em 1889, a República se desenvolve com a criação de 14 Escolas Superiores.

No entanto, quando o assunto é universidade, no Brasil a sua tradição é curta e remonta seu primeiro século de história.

Uma observação preliminar deve ser feita também a propósito do momento a partir do qual se pode afirmar a existência de universidade no Brasil, que se dá em profundo descompasso com o que teria ocorrido em outros países norte, centro e sul-americanos. Um fato é inquestionável: o Brasil atrasou-se de dois a três séculos, neste campo, em relação a diversos países do continente. Tem sido o último ou um dos últimos a constituir e reconhecer oficialmente universidades, ainda que se levem em conta as precárias experiências de universidade em Manaus (1909) São Paulo (1910) e Curitiba (1912), das primeiras duas décadas do século XX. Até então se tratava de experiências de Seminários, Conventos e Escolas, estas, em geral, estritamente profissionais, que respondiam pragmaticamente ao imediatismo das exigências do poder burocrático e das necessidades das elites detentoras dos poderes econômico, político e cultural (MOROSINI, 2006, p. 353).

Conforme Tramontin (1998, p. 37),

a primeira tentativa de se organizar uma universidade brasileira ocorreu em Manaus em 1909. Foi criada a primeira Universidade brasileira denominada Escola Universitária Livre de Manáos, atualmente Universidade Federal do Amazonas, porém, a proposta sequer chegou a se consolidar.

Com a decadência do período áureo da borracha nativa da Amazônia, em decorrência das plantações asiáticas, iniciadas e incentivadas pelos ingleses na Malásia, Ceilão, Índia, Birmânia, Bornéu e Tailândia, as companhias inglesas e de outros países perderam o interesse

na região e deixaram de prover a manutenção dos serviços públicos, de quem eram concessionárias, fazendo com que eles entrassem, também, em decadência.

Dessa forma, o quadro de declínio, que cerra as portas do período áureo da borracha, também refletiu na educação e a Universidade de Manaus, que sempre encontrou barreiras ao seu funcionamento, passa a enfrentar grande dificuldade econômico-financeira e, em razão disso, começa a esfacelar-se. Nesse contexto, subsistem isoladamente algumas unidades acadêmicas.

Em 1926, a Universidade foi dissolvida, dividindo-se em três estabelecimentos isolados de ensino: a Escola Agrônômica de Manaus (antiga Faculdade de Engenharia), a Faculdade de Farmácia e Odontologia (antiga Faculdade de Medicina) e a Faculdade de Direito (antiga Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais). O caráter de Universidade, perdido naquele momento, só foi resgatado 36 anos mais tarde, ou seja, em 1962, com a criação da Universidade do Amazonas (BRITO, 2004, p.46).

Conforme Tramontin (1998, p. 38), em 19 de novembro de 1911, foi criada em São Paulo, por iniciativa de particulares, a Universidade de São Paulo, instalada em 23 de março de 1912. A Universidade pretendia formar farmacêuticos, médicos, dentistas e advogados. No entanto, diversos conflitos, como os relativos à validade de seus diplomas, levaram à sua dissolução.

A terceira iniciativa de se criar uma universidade no Brasil ocorreu em 19 de dezembro de 1912, em Curitiba, com o surgimento da Universidade do Paraná. A data de instalação fora rigorosamente escolhida para mostrar que o dia 19 de dezembro representava não só a emancipação política do estado, mas também simbolizava a sua emancipação intelectual. Foi instalada a Universidade sob o lema: *Scientia et Labore*, sob a liderança de Victor Ferreira do Amaral e Silva e de Nilo Cairo da Silva (TRAMONTIN, 1998, p. 38).

Dessa forma, como a Universidade de Manaus foi a Universidade da Borracha, ou seja, estava associada à riqueza da burguesia exportadora, também no Paraná, não por acaso, a nova instituição pode ser vista como a Universidade do Mate, criada no apogeu da exportação da erva-mate para Uruguai e Argentina.

Ainda conforme Tramontin (1998), posteriormente, foi criada em 1920 a Universidade do Rio de Janeiro, Decreto nº 14.343, de 07 de setembro de 1920. A nova Universidade era um aglomerado de escolas de caráter profissional tal como a Faculdade de Direito, Medicina e Escola Politécnica, todas no Rio de Janeiro, sob a direção de um Reitor e de um Conselho Universitário.

Em 1927, criou-se a Universidade de Minas Gerais - Lei Estadual nº 956, de 07 de setembro de 1927. Assim, como a do Rio de Janeiro, também nasceu pela justaposição das

Faculdades já existentes de Engenharia, Direito, Medicina, Odontologia e Farmácia. Tendo em vista que a universidade foi criada como fundação, com personalidade jurídica de direito privado, em 1934, pelo Decreto nº 24.030, de 24 de março, foram mantidas as prerrogativas de Universidade livre equiparada. Ainda em 1934 foi criada a Universidade de Porto Alegre, que, mais tarde, se transformaria na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Desse modo, a educação brasileira veio enfrentando, ao longo de toda sua história, uma série de transformações, que tinham por meta aumentar o acesso da população à instituição escolar. Verifica-se que a história do Ensino Superior brasileiro é marcada por um grande número de instituições de pequeno porte e poucas instituições de grande porte, como as universidades. Isto nos remete a Schuch Junior, que afirma:

A Educação Superior, no Brasil, surgiu e se consolidou em escolas superiores isoladas com orientação precipuamente voltada para a preparação profissional naquelas áreas mais tradicionais que as elites emergentes do país demandavam. As Universidades não foram mais do que a desses estabelecimentos isolados que relutaram em articularem-se numa nova instituição, mantendo seu status particular e características originárias (SCHUCH JUNIOR, 1998, p.12).

Constata-se que as décadas de 1950 e 1960 mostram-se privilegiadas quanto a políticas públicas de educação, principalmente no que tange ao Ensino Superior e à universidade, período este em que o Brasil passava por séria crise econômica, social e política, em que os ideais de progresso e modernização ganhavam novo fôlego, e os discursos da época advogavam, além das questões ligadas à industrialização, infraestrutura como transporte, energia, mão de obra e outros, questões ligadas à educação, com foco especial ao Ensino Superior.

No campo educacional, o início da década de 60 foi marcado pela aprovação da Lei 4.024/61, que fixou Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A partir de 1968 até 1975, o país assistiu a um grande crescimento do Ensino Superior e o modelo universitário expandiu-se fortemente em forma de estabelecimentos isolados, começando neste período a grande interiorização do Ensino Superior no país. Destaca-se que, nessa década, a maioria das instituições de Ensino Superior era de pequeno porte, voltadas basicamente para atividades de transmissão do conhecimento, e voltadas quase que exclusivamente para a reprodução de quadros da elite nacional. (MARTINS, 2000, p.42).

Ainda segundo o relato de Martins (2000), o período de 1960 a 1996 foi marcado por profundas transformações sociais, econômicas e políticas para o Brasil, que levaram a fortes pressões, sobretudo do movimento estudantil para a reforma do Ensino Superior no país, já

que as Universidades eram criticadas pelo distanciamento em relação às graves questões sociais que marcavam a sociedade brasileira.

Dados estatísticos demonstram que, apesar de existir uma demanda expansionista no setor, anteriormente ao final da década de 60, é a partir da Reforma Universitária de 1968 que são assentadas as bases de uma expansão sem precedentes, tanto pela sua forma quanto pela sua rapidez, expansão esta que vai prosseguir, em ritmo acelerado, até meados da década de 1970 (MARTINS, 2000, p. 41).

Essa expansão do Ensino Superior é justificada por Barros (2007), quando salienta que foi com as transformações sociais pelas quais passou a sociedade brasileira no período aberto pelo golpe militar e com a intervenção direta do Estado na economia, e as transformações no campo econômico, que têm uma relação direta com as mudanças no emprego, que gerou o aumento da demanda por Ensino Superior. O eixo principal da expansão do serviço público fica, assim, por conta das chamadas atividades sociais: segurança pública, educação, atividades empresariais e técnicas, pessoal de administração e da burocracia estatal, em geral.

Tabela 3 - Crescimento total e comparativo das matrículas no Ensino Superior com dados gerais entre estabelecimentos públicos e privados – 1960 a 1974

Ano	Total de matrículas	Público	Privado	Crescimento (%)	Público (%)	Privado (%)
1960	93.202	51.915	41.287	-----	55,7	44,3
1961	98.892	56.332	42.560	6,11	57	43
1962	107.299	64.024	43.275	8,5	59,7	40,3
1963	124.214	76.786	47.428	15,76	61,8	38,2
1964	142.386	87.665	54.721	14,63	61,6	38,4
1965	155.781	87.587	68.194	9,41	56,2	43,8
1966	180.109	98.442	81.667	15,62	54,7	45,3
1967	212.882	121.274	91.608	18,2	57	43
1968	278.295	153.799	124.496	30,73	55,3	44,7
1969	342.886	185.060	157.826	23,31	54	46
1970	425.478	210.613	214.865	24,09	49,5	50,5
1971	561.397	252.263	309134	31,95	44,9	55,1
1972	688.382	278.411	409.971	22,62	40,4	59,6
1973	772.800	300.079	472.271	12,26	38,8	61,2
1974	937.593	341.028	596.565	21,32	36,4	63,6

Fonte: BARROS (2007, p. 45).

Observa-se, conforme a Tabela 3, que a porcentagem de matrículas no ensino público começa a cair no ano de 1964, apresentando pequeno crescimento nos anos de 1968 e tendência de queda a partir de 1969.

Cunha (1977, p. 238-239), afirma que

A partir de 64 intensificou-se o processo econômico de concentração de propriedade, capital, renda e mercado, devido à política econômica, adotada a partir daí. Houve, então, grande quantidade de falências de pequenas empresas, durante a recessão a partir do primeiro semestre desse ano. Com isso, ficavam mais dificultadas as possibilidades de ascensão da classe média via poupança, investimento e reprodução de capital, através da instalação de pequenas empresas, artesanatos e de exercícios de profissão liberal. Em consequência, a demanda do Ensino Superior aumentou de modo que o crescimento das matrículas resultou insuficiente diante de uma procura cada vez maior. No período 1964-1968, o número de candidatos às escolas superiores cresceu 120%, taxa superior à elevação do número de matrículas, que foi de 56% no mesmo período.

A década de oitenta foi marcada politicamente pelo esgotamento do regime militar e pelos movimentos em busca da democracia, o que veio a ocorrer a partir de 1985. No entanto, este esgotamento não era apenas político, mas, sobretudo, econômico e social, traduzido em recessão, crise econômica, desemprego e estagnação. A recessão atingiu o sistema universitário, que congelou seu crescimento, diminuiu sua produtividade, e fez surgir mais acentuadamente o fenômeno de ociosidade de vagas e abandono de matrículas, levando os analistas a chamarem os anos oitenta de “década perdida”.

A reforma educacional na década de noventa, através da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB) e do Plano Nacional de Educação (PNE), apresentou-se numa perspectiva de dar forma às políticas neoliberais, caracterizadas principalmente pela privatização, entendendo esta como a entrada desenfreada de recursos não-públicos para manter as atividades próprias da universidade.

Em decorrência das políticas adotadas nesta década, o Ensino Superior sofreu o impacto do sucateamento das universidades públicas pelos cortes de verbas, a não abertura de concursos públicos para professores e funcionários técnico-administrativos, pela continuidade da expansão do Ensino Superior privado e das matrículas delas decorrentes, realizada por meio da destinação de verba pública para as faculdades particulares, pela multiplicação das fundações privadas nas IES públicas e por ausência de uma política efetiva de assistência estudantil (FIGUEIREDO, 2005, p. 05).

No entanto, apesar da Constituição de 1988 ter dado um passo adiante na questão da possibilidade de criação de modelos institucionais diferenciados, ao estabelecer no seu artigo 207 que as universidades obedeceriam ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, no que diz respeito à expansão do Ensino Superior no Brasil, os dados mostram que na década de 1990, especialmente no ano de 1998, o sistema de Ensino Superior contava com 973 instituições, sendo 153 universidades, 93 Federações e Integradas e 727 estabelecimentos isolados (MARTINS, 2000, p. 43).

No que tange às matrículas, constata-se que nos primeiros anos da década de 1990, especificamente nos anos de 1990-1993, o sistema ainda permaneceu estagnado, situação semelhante ao acontecido na década de 1980. No entanto, os sinais de recuperação começaram a aparecer a partir de 1994 e, de acordo com os dados estatísticos, em 1998 havia 2.125.958 estudantes matriculados na graduação. (MARTINS, 2000, p. 47).

Dessa forma, o sistema teria passado por aumento de 465 mil matrículas em relação a 1994, ou seja, teria crescido nesses últimos quatro anos, em termos absolutos, mais que durante o período de 1980 a 1994.

Para Verhine *et al* (2006), outro item de grande relevância para a educação superior na década de 90 foi o detalhamento da política do Provão através do Decreto nº 2.026/96 (BRASIL, 1996), que estabeleceu medidas adicionais para a avaliação da educação superior, determinando uma análise de indicadores-chave da *performance* geral do Sistema Nacional de Educação Superior, por estado e por região, de acordo com a área de conhecimento e o tipo de instituição de ensino (baseada no Censo da Educação Superior). O Decreto acrescentava a avaliação institucional, cobrindo as dimensões Ensino, Pesquisa e Extensão. Além disso, determinava que todos os cursos deveriam ser avaliados através dos resultados do Provão e dos relatórios de especialistas, que verificariam, *in situ*, as condições de ensino em termos do currículo, da qualificação docente, das instalações físicas e das bibliotecas. Desde o início, a responsabilidade pela avaliação de Instituições de Ensino Superior (IES) e de cursos de graduação foi concedida ao INEP.

Chegando ao novo milênio, verifica-se que do ponto de vista organizacional e quantitativo, o sistema educativo brasileiro progrediu muito nas últimas décadas. Um aumento sensível das taxas de escolarização em todos os níveis de ensino pode ser claramente constatado.

Em 2007, o Ensino Superior no Brasil contava com 2.281 Instituições de Ensino Superior, sendo 183 universidades, 120 Centros Universitários, 1.648 Faculdades, Escolas e Institutos e 126 Faculdades Integradas e 204 Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFET (atualmente Institutos Federais de Educação Tecnológica – IFET) (INEP, 2010c).

Ainda de acordo com o Inep, em 2008, o número de IES diminuiu pela primeira vez desde 1997, sobretudo as faculdades federais. Tal diminuição pode ser explicada pela integração de instituições, por fusão ou compra, observadas nos últimos anos. De fato, a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em muitos casos, se deu a partir da fusão de Centros Federais de Educação Tecnológica. A única parte do país onde se

verificou um acréscimo no número de IES foi na região Nordeste, com 10 instituições a mais do que em 2007.

No entanto, o declínio no número das IES não se refletiu no número de matrículas, que manteve um crescimento semelhante ao dos anos anteriores. Segundo dados oficiais do Ministério da Educação (2008), existiam 5.080.056 alunos matriculados em cursos de graduação presenciais.

A distribuição de IES, em 2007, por categoria administrativa, se aproxima à verificada no ano de 2006, com 89% de instituições privadas e 11% de instituições públicas, divididas entre federais (4,7%), estaduais (3,6%) e municipais (2,7%).

Tabela 4 - Número de Instituições, segundo a categoria administrativa – Brasil 2002 a 2007

Ano	Total	Pública				
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2002	1.637	195	73	65	57	1.442
2003	1.859	207	83	65	59	1.652
2004	2.013	224	87	75	62	1.789
2005	2.165	231	97	75	59	1.934
2006	2.270	248	105	83	60	2.022
2007	2.281	249	106	82	61	2.032

Fonte: INEP/MEC (2010b)

No que se refere ao número de faculdades (faculdades, escolas, institutos, faculdades integradas, centros federais de educação tecnológica e faculdades de tecnologia), no período de 2004 a 2007, mantiveram o predomínio, com cerca de aproximadamente 2.000 estabelecimentos, correspondentes a 86,7% das IES. As universidades e centros universitários respondem por 8,04% e 5,26%, respectivamente.

Tabela 5 - Número de Instituições, segundo a Organização Acadêmica – Brasil – 2002 a 2007

Ano	Total	Centros		
		Universidades	Universitários	Faculdades
2002	1.637	162	77	1.398
2003	1.859	163	81	1.615
2004	2.013	169	107	1.737
2005	2.165	176	114	1.875
2006	2.270	178	119	1.973
2007	2.281	183	120	1.978

Fonte: INEP/MEC (2010c)

Ressalta-se, portanto, que o maior número de faculdades (92,4%) e de centros universitários (96%) está vinculado ao setor privado, enquanto as universidades estão

distribuídas em proporção aproximada entre setor público e o privado, 52,5% e 47,5%, respectivamente, como apresenta a tabela 6:

Tabela 6 - Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, segundo a organização acadêmica – Brasil – 2002 a 2007

Organização Acadêmica		2002	2003	2004	2005	2006	2007
Universidade	Pública	78	79	83	90	92	96
	Privada	84	84	86	86	86	87
Centro Universitário	Pública	3	3	3	3	4	4
	Privada	74	78	104	111	115	116
Faculdade	Pública	114	125	138	138	152	149
	Privada	1.284	1.490	1.599	1.737	1.821	1.829

Fonte: INEP/MEC (2010c)

Observando o número de cursos presenciais no Brasil por organização acadêmica, como apresenta a tabela 7, verifica-se que, embora o maior percentual de aumento no número de cursos tenha se verificado entre os centros universitários, as universidades continuam sendo responsáveis pela maior parte dos cursos existentes e, em 2007, gerenciaram 11.936 cursos, representando mais da metade de toda a oferta de cursos de graduação presenciais.

Tabela 7 - Número de cursos de graduação presencial, segundo a organização acadêmica – Brasil – 2002 a 2007

Ano	Total	Centros		
		Universidades	Universitários	Faculdades
2002	14.399	8.486	1.413	4.500
2003	16.453	9.396	1.618	5.439
2004	18.644	10.475	2.134	6.035
2005	20.407	10.892	2.542	6.973
2006	22.101	11.552	2.717	7.832
2007	23.488	11.936	2.880	8.672

Fonte: INEP/MEC (2010c)

Ainda de acordo com o INEP (2010c), concorreram para as vagas totais do Ensino Superior, 5.534.689 candidatos no ano de 2008. A maior razão de candidatos por vagas foi observada nas IES estaduais, com média de 8,8 candidatos por vaga em todo Brasil. Nos últimos anos, é possível observar uma queda nessa concorrência em todas as categorias administrativas, com exceção das IES estaduais. Isso se deve, principalmente, ao aumento no número de vagas ofertadas nos últimos anos.

O Plano Nacional de Educação (PNE) tem como um de seus objetivos previstos para o Ensino Superior a diminuição na taxa de evasão de alunos. Segundo o INEP (2010c), é

possível realizar um cálculo aproximado da produtividade dos cursos superiores por meio dos dados do Censo da Educação Superior, considerando um tempo médio de formação de 4 anos. O percentual de conclusão, calculado pela razão entre o número de concluintes de um ano e o de ingressantes quatro anos antes, apresentou pouca variação.

Nesse sentido, no ano de 2007, o percentual de concluintes em relação aos ingressantes foi de 58,1% e a maior proporção foi observada entre os alunos das instituições federais (72,6%) seguidos pelos alunos das instituições estaduais (63,8%) e das municipais (62,4%). As instituições privadas, como nos últimos anos, apresentaram o menor percentual de conclusão nos cursos de graduação presencial em 2007, com 55,4% de concluintes, como se pode conferir na tabela 8:

Tabela 8 - Percentual do número de concluintes em relação ao número de ingressantes - Graduação Presencial – 2002 a 2007

Concluintes/ingressantes (%)						
Ano	Total	Público				Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	
2002	59,2	69,5	69,0	76,2	52,5	55,3
2003	58,9	72,6	71,8	71,3	81,5	54,0
2004	60,4	82,7	72,7	95,9	79,8	53,6
2005	59,6	69,7	70,2	69,9	67,3	56,5
2006	58,3	68,6	69,4	70,3	60,6	55,6
2007	58,1	67,4	72,6	63,8	62,4	55,4

Fonte: INEP/MEC (2010c)

Observa-se quanto ao número de concluintes que este responde ao número de instituições, sendo que as particulares se sobressaem em relação às demais, conforme tabela 9:

Tabela 9 - Número de concluintes IES no Brasil – 2002 a 2007

Ano	Total	Pública			Privada
		Federal	Estadual	Municipal	
2002	466.260	71.285	63.917	15.899	315.159
2003	528.223	84.341	65.375	19.443	359.064
2004	626.617	88.098	93.152	21.012	424.355
2005	717.858	86.011	87.676	21.867	522.304
2006	736.829	83.686	76.516	22.883	553.744
2007	756.799	89.257	80.014	24.260	563.268

Fonte: INEP/MEC (2010c)

Com base nos dados supramencionados e de acordo com o Resumo Técnico da Educação Superior de 2008, pode-se inferir que a década 2000/2010, especificamente até o

ano de 2007, ano de término do estudo da presente pesquisa, a Educação Superior brasileira apresenta significativos aspectos importantes, dentre os quais destaca-se: aumento no número de vagas - 1.936.078 novos alunos ingressaram na Educação Superior; o número de matrículas em 2008 foi 10,6% maior em relação a 2007; as faculdades continuam representando a maior parte das IES no Brasil e cerca de 93% delas pertencem ao setor privado.

No entanto, 53% dos alunos de graduação presencial estudam em universidades, 33% em faculdades e 14% em centros universitários; houve um incremento de 1.231 (5,2%) novos cursos de graduação presencial nas IES brasileiras e apenas as IES estaduais não registraram crescimento em relação a 2007, com um decréscimo de 1,6% nos cursos ofertados; houve o aumento de 7,3% (cerca de 319 mil) no número de vagas ofertadas em graduação presencial e a distância. As Instituições privadas foram responsáveis pela oferta de cerca de 4 milhões de vagas em 2008, registrando aumento de 4% em relação a 2007; em 2008, foram ofertadas 463.969 vagas nos cursos de Educação Tecnológica, com um aumento de 17,8% em relação à 2007. As IES privadas são responsáveis por cerca de 94% dessa oferta; na graduação a distância, 115 instituições ofereceram 647 cursos em 2008. As matrículas na modalidade de ensino a distância aumentaram 96,9% em relação ao ano anterior e, em 2008, passaram a representar 14,3% do total de matrículas no Ensino Superior. Além disso, o número de concluintes em EAD cresceu 135% em 2008, comparado a 2007 (INEP/MEC, 2010c).

Observa-se, portanto, que o processo de formação das universidades brasileiras é caracterizado por diferenciados ciclos. O período compreendido entre 1930 e 1940 é caracterizado pelo estabelecimento de universidades públicas, na maioria surgida da união de escolas superiores de formação profissional já existente. O segundo ciclo data do fim dos anos 1940 até o início dos anos 1970, período em que foram fundadas, na maioria dos grandes centros brasileiros, universidades federais que buscavam desenvolvimento das regiões em que se situavam e, ainda, universidades de caráter confessional. O último ciclo, iniciado nos anos 70 até o período atual, é caracterizado pelo crescimento do número de universidades estaduais e federais e, ainda, pelo aumento acelerado no número de Escolas Superiores Privadas. Estes dados oficiais dos últimos anos sobre a educação têm apontado, como grande avanço, a democratização do ensino obtida pelo aumento do número de ingressantes, da permanência e da interiorização desse ensino.

No entanto, verifica-se que várias leis, principalmente a partir de 1950, estabeleceram uma contínua equalização das oportunidades de acesso ao Ensino Superior aos que chegassem ao ensino secundário, conforme pode ser conferido no próximo item.

3.2.1 Estrutura do Ensino Superior no Brasil

A estrutura do ensino público brasileiro teve início com a Constituição de 1824, que reconhecia o direito de todo cidadão a uma educação primária. Em 1930, instituiu-se o Ministério da Educação. Em 1962, a lei de Diretrizes da Educação instituiu três tipos de escolas públicas (federais, estaduais e municipais).

A base da atual estrutura e funcionamento da educação brasileira teve a sua definição num momento histórico importante, com a aprovação da Lei nº 5.540/68, da Reforma Universitária.

Atualmente, a estrutura e o funcionamento do Ensino Superior são definidos e regidos por um conjunto de normas e dispositivos legais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), como também pela Lei nº 9.135/95, que criou o Conselho Nacional de Educação, além de diversos outros Decretos, Portarias e Resoluções.

Na Constituição Federal de 1988, a educação superior é tratada na seção 1 do capítulo 3 do Título VIII – Da Ordem Social - artigos 206 até 214. Na referida Constituição, fica estabelecido que a educação é um direito de todos e é dever do Estado garantir o acesso aos níveis mais elevados de ensino e pesquisa e é estabelecido que as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, devendo, ainda, obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A Lei vigente de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/1996, trata da educação superior no capítulo IV, nos artigos 43 a 57 e afirma que a educação superior tem por finalidade:

estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento; incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica; promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos; suscitar o desejo de aperfeiçoamento cultural e profissional; estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular, os nacionais e regionais e promover a extensão.

No que se refere às regras de funcionamento do Ensino Superior, a Lei 9394 fixou: a obrigatoriedade da oferta de cursos noturnos nas IES públicas; o estabelecimento do período letivo de 200 dias; a frequência obrigatória de alunos e professores nos cursos, salvo nos programas de educação a distância; o fornecimento das informações obrigatórias que devem ser disponibilizadas aos alunos antes de cada período letivo; a definição da carga horária mínima de 8 horas semanais de aula para os docentes das IES públicas; e a exigência de que

os professores do Ensino Superior devam ter pós-graduação, prioritariamente o mestrado e o doutorado. Para as Universidades: que um terço do corpo docente, pelo menos, possua titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; e um terço do corpo docente exerça suas funções em regime de tempo integral.

Em meio a diversas mudanças no Ensino Superior destaca-se como uma delas a tipologia das IES, tratada no próximo item.

3.2.2 Classificação e categorias das instituições de educação superior

A Lei nº 9.394/96 trouxe inovações no sistema de Ensino Superior quanto à tipologia das IES no Brasil. Segundo a legislação em vigor, as Instituições de Educação Superior estão organizadas da seguinte forma: Universidades; Universidades Especializadas; Centros Universitários; Faculdades Integradas; Faculdades; Institutos Superiores ou Escolas Superiores e Centros de Educação Tecnológica, tendo cada uma a sua conceituação.

Conforme documento do MEC (2005, p. 34):

a) *Universidades Especializadas*: são instituições de Ensino Superior públicas ou privadas, especializadas em um campo do saber como. dar-se-á mediante a comprovação da existência de atividades de ensino e pesquisa tanto em áreas básicas como nas aplicadas. b) *Centros Universitários*: são instituições de educação superior, públicas ou privadas, pluricurriculares, que devem oferecer ensino de excelência e oportunidades de qualificação ao corpo docente e condições de trabalho à comunidade escolar. c) *Faculdades Integradas e Faculdades*: são instituições de educação superior públicas ou privadas, com propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento, organizadas sob o mesmo comando e regimento comum, com a finalidade de formar profissionais de nível superior, podendo ministrar cursos nos vários níveis (sequenciais, de graduação, de pós-graduação e de extensão) e modalidades do ensino. d) *Institutos Superiores*: são instituições de educação superior, públicas ou privadas, com finalidade de ministrar cursos nos vários níveis (sequenciais, de graduação, de pós-graduação e de extensão). e) *Centros de Educação Tecnológica*: são instituições especializadas de educação profissional, públicas ou privadas, com a finalidade de qualificar profissionais em cursos superiores de educação tecnológica para os diversos setores da economia e realizar pesquisa e desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo, inclusive, mecanismos para a educação continuada.

Ainda de acordo com o art. 19 da LDB, as instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas: públicas e privadas. As públicas são instituições criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público. Podem ser: Federais - mantidas e administradas pelo Governo Federal; Estaduais - mantidas e administradas pelos governos dos estados e Municipais - mantidas e administradas pelo

poder público municipal. As Privadas são mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado e se enquadrarão nas seguintes categorias:

Particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo:

Comunitárias - instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;

Confessionais - instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendam à orientação confessional e ideológica específicas;

Filantrópicas - são as instituições de educação ou de assistência social que prestem os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem qualquer remuneração.

3.3 O PAPEL DO ENSINO SUPERIOR NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Sabe-se que um país só conseguirá fazer justiça social se este implementar uma política regional capaz de equacionar a herança de desigualdades que caracteriza a realidade espacial existente. Essa realidade espacial combina regiões desenvolvidas e industrializadas com áreas de enorme pobreza e atraso econômico, social e cultural. Nesse sentido, é necessário se pensar o Desenvolvimento Regional sob a intervenção, dentre outros atores sociais, das universidades, instrumentos capazes de ampliar suas fronteiras como um instrumento de avanço para a região onde se encontra.

Para que a universidade cumpra com seu papel é necessário um pensamento de ações de políticas públicas que objetive equacionar as disparidades sociais e regionais que vem sendo percebida há muito tempo em nosso país.

É do conhecimento geral que a educação tem como uma das suas finalidades promover desenvolvimento social e econômico e surge como instrumento de inclusão social, com vistas à construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Para Steiner e Malnic (2006), a importância da educação na vida das pessoas é inquestionável, pois além de possibilitar-lhes maior inserção social com melhor qualidade de vida, desempenha papel nos diferenciais de salários observados no mercado de trabalho.

A expansão do Ensino Superior ocorrida nos últimos anos tem instigado preocupações acerca dessa expansão e a real contribuição das IES para o desenvolvimento regional, com vistas à busca de soluções para as disparidades regionais.

O Brasil é um país com grandes diferenças regionais, diferenças estas que estão refletidas também nos estados. Dessa forma, é imprescindível que se reconheça que são “as iniciativas e o controle exercidos pelos atores locais e a sociedade civil, através de suas respostas estratégicas, que contribuem para os processos de transformação de cidades e regiões” (BARQUERO, 2001, p.10).

Diante dessa realidade, destaca-se a função da universidade no pensar a questão do desenvolvimento regional, ou seja, pensar o papel que a Universidade brasileira exerce em relação à sociedade.

Segundo Pochmann *et al* (2006, p.81), “a educação faz parte de um conjunto de indicadores que permite procurar mensurar o estágio de desenvolvimento humano da população”.

De acordo com o Relatório Sintético das Atividades do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil 1960-2002,

O IDH – Índice de Desenvolvimento Humano é um indicador elaborado pelo PNUD para medir o nível de desenvolvimento de uma sociedade. Tem por base o fato de que o desenvolvimento não pode ser medido somente pela dimensão econômica. Além de computar o PIB *per capita*, o IDH incorpora outras duas dimensões fundamentais para a vida humana: a longevidade e a educação. Para medir a longevidade, utiliza-se a esperança de vida ao nascer, em anos. Para mensurar o acesso ao conhecimento, emprega-se a taxa de matrícula nos três níveis de ensino (peso 1/3) e a taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais (peso 2/3). Após a apuração dos dados estatísticos de cada dimensão é feita uma média aritmética dos três índices: (IDH renda, IDH-longevidade e IDH-educação), cujo resultado varia entre o mínimo de 0 e o máximo de 1 (PNUD, 2003, p.7).

Nessa perspectiva, vale ressaltar que é preciso caminhar em busca de um desenvolvimento econômico que leve em consideração indicadores adicionais, capazes de refletir em melhorias sociais e econômicas, como: mais alimentação, melhor atendimento médico e odontológico, educação mais qualificada, mais segurança e melhor qualidade no uso do meio ambiente (SOUZA, 1999, p.28).

Isto nos remete a Melo e Hansen, que afirmam:

As variáveis econômicas não são suficientes para promover o desenvolvimento econômico socialmente justo. O desenvolvimento, acima de tudo, envolve fatores econômicos, sociais, culturais, políticos e ecológicos. Em se tratando de desenvolvimento local, implica dizer que este engloba uma perspectiva integrada do desenvolvimento, que vai além do referencial econômico, reunindo os aspectos humanos e sociais. Sob esse ponto de vista, é considerada de extrema importância a participação da comunidade e do tecido sócio-econômico local como condição para a sustentabilidade do desenvolvimento. Um dos objetivos do desenvolvimento local é a mobilização do potencial endógeno local (2007, p.101).

Nesse sentido, vale destacar que a literatura recente sobre desenvolvimento endógeno reconhece os recursos intangíveis presentes no tecido social como recursos importantes para o desenvolvimento econômico e social, o que demonstra que os fatores que anteriormente condicionavam o crescimento econômico tais como: terra (capital natural), capital (financeiro) e trabalho (capital humano), foram incorporados a outros fatores.

Desse modo, o conhecimento tornou-se um elemento crucial para a promoção do crescimento e desenvolvimento econômico, o que leva a concluir que competitividade hoje depende da capacidade de produzir e absorver conhecimentos. O Ensino Superior desempenha um papel importante na produção, distribuição e absorção de conhecimento. Dessa forma, uma expansão do setor de Ensino Superior tornou-se uma condição necessária para o aumento da renda nacional e para a melhoria da competitividade global.

Portanto, cada vez mais se constata a necessidade das pessoas irem em busca de formação profissional, seja para melhorar seu conhecimento, seja para aprimorá-los na demanda por uma vaga no mercado de trabalho. Observa-se que se torna cada vez mais difícil que as vagas nos postos de trabalho sejam conquistadas pelas pessoas que possuem grau de escolaridade menor. Isso implica dizer que há vagas no mercado de trabalho, mas em maior índice para as pessoas com nível de escolaridade acima de oito anos de estudo. Isso nos remete aos estudos do IPEA, que relatam que:

A abertura da economia, no início dos anos 90, foi marcada por uma escalada nas exigências das empresas por escolaridade, atingindo a maioria da força de trabalho. Como as empresas precisam mais competência, exigem mais escolaridade, o que resultará em que, para a esmagadora maioria da população, sua renda será determinada pelo investimento feito em educação. Hoje, um diploma do Ensino Médio permite que os rendimentos médios dessa força de trabalho sejam o dobro dos rendimentos daqueles que não têm escolaridade. E um diploma do Ensino Superior quase triplica esse rendimento, comparado com o médio. Além de aumentar salários, a educação também é um excelente seguro-desemprego. Em 2002, a probabilidade de uma pessoa ficar desempregada era de 17,6% se tivesse nível médio incompleto; 10,9% se houvesse completado o Ensino Médio; e apenas 5,4% caso tivesse o superior incompleto (2006, p.6).

Vale enfatizar que a influência da educação não só se destaca no que tange às vagas oferecidas no mercado de trabalho, mas também por ter forte influência na qualidade de vida das pessoas, como definido por Cavaliere *et al*, que destacam:

Na “Nova Economia”, ou “Sociedade do Conhecimento”, ou “Era da Internet”, em que estamos vivendo, os ativos tangíveis do capital físico e financeiro explicam cada vez menos a riqueza das nações e o aumento da renda dos indivíduos. Estão perdendo espaço para ativos intangíveis, notadamente as competências humanas e organizacionais, tais como serviços de consultoria, patentes, robótica, telecomunicações e bens culturais. São a

competência e criatividade que geram inovação e, por sua vez, dão destaque e importância a produtos e serviços. O papel da educação, à medida que trabalha para o desenvolvimento dessas competências, é vital para o sucesso das pessoas e, conseqüentemente, das organizações do país (2004, p.15).

Barquero corrobora a proposição acima, quando afirma que:

O desenvolvimento econômico, portanto, resulta fortalecido naqueles territórios que contam com um sistema institucional evoluído e complexo. Por isso, quando as empresas estão integradas em territórios caracterizados por densas redes de relações envolvendo empresas, instituições de ensino e de pesquisa, associações de empresários, sindicatos e governos locais, as mesmas podem utilizar com maior eficiência os recursos disponíveis e melhorar, assim, sua competitividade (2001, p.24).

Destaque-se, neste ponto, o que se pode entender como desenvolvimento econômico. Para Sen (2008, p. 18),

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social, sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.

Segundo Jeffrey Sachs (2005, p. 50-51),

O desafio da nossa geração é ajudar os mais pobres dos pobres a escapar da miséria, de tal modo que possam começar sua ascensão na escada do desenvolvimento. O fim da pobreza, nesse sentido, não é apenas o fim do sofrimento extremo, mas também o começo do progresso econômico, da esperança e da segurança que acompanham o desenvolvimento.

Isso implica dizer que o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas, caracterizando-se pela transformação, com a melhoria do nível de vida do conjunto da população e com redução das desigualdades sociais.

De acordo com Naércio Menezes Filho, professor de Economia do IBMEC, da FEA-Usp, e diretor de pesquisa do Instituto Futuro Brasil,

O crescimento dos últimos anos tem beneficiado a todos os segmentos da sociedade, o que tem diminuído o número de pobres, aumentando a classe média (definida em termos de um intervalo salarial fixo) e o número de ricos. Entretanto isto nem sempre foi assim. A desigualdade cresceu acentuadamente entre as décadas de 60 e 80 e vem se reduzindo somente a partir da segunda metade de 90, mais acentuadamente nos últimos 10 anos. Será que a corrida entre tecnologia e educação pode explicar o comportamento da desigualdade aqui também? As pesquisas empíricas mostram que sim. Na década de 60, o crescimento acelerado, baseado em capital e novas tecnologias, num contexto de estagnação educacional,

provocou um aumento da desigualdade. Na década de 80, o aumento da desigualdade ocorreu devido à inflação, que corroía o valor dos salários dos mais pobres, incluindo o salário mínimo. Nos anos 90 a educação começou a se recuperar e atingiu sua expansão maior nos anos recentes. Dessa forma, as desigualdades começaram a se reduzir (MENEZES FILHO, 2009, p. 02).

O IPEA aponta duas tendências que estão marcando o sistema educacional:

o começo prematuro do trabalho para uma parcela significativa da população e, ao mesmo tempo, um alongamento, pela vida afora, na frequência a programas de educação e treinamento. A primeira tendência é considerada um mal necessário para acomodar as necessidades econômicas da família. A segunda é uma reação da sociedade às mudanças tecnológicas, que requerem cada vez mais formação profissional, e também uma forma de compensar o atraso e a má qualidade da educação (2006, p. 6).

Ressalte-se que à educação superior está reservado, também, o papel de fundamentar e divulgar os conhecimentos ministrados nos outros níveis de ensino, assim como preparar seus professores. Para cumprir sua finalidade, necessita ser pensada, tomando-se como base o retorno concreto de seu papel frente à sociedade que dela usufrui e sua real contribuição para o desenvolvimento da sociedade onde está instalada. Assim, não só por parte da universidade, mas também das outras instituições de educação superior, deve haver não só uma estreita articulação entre este nível de ensino e os demais como também um compromisso com o conjunto do sistema educacional brasileiro.

Isto nos remete a Steiner e Malnic (2006, p. 32), que afirmam que “existe uma consciência crescente de que não adianta expandir o Ensino Superior indefinidamente, a um custo crescente para o setor público e para os estudantes e suas famílias, sem que isto se traduza em benefícios sociais efetivos”.

Para Ricardo e Bonilauri (2007), a responsabilidade da Educação é algo muito abrangente, que envolve um conjunto de atores e de saberes os mais diversos e, por esta razão, precisa ser compartilhada por toda a sociedade, escola e universidade. Até mesmo a família e a empresa devem estar prontas para propiciar ao ser humano uma aprendizagem criativa e, conseqüentemente, inovadora.

Dessa forma, pode-se aferir que nenhum país ou estado pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior. Em um mundo em que o conhecimento domina os recursos materiais como fator de desenvolvimento humano, a importância da educação superior e de suas instituições é cada vez maior. Por sua vez, para que estas possam desempenhar sua missão educacional, institucional e social, o apoio público e da sociedade organizada é decisivo.

Assim, cada vez mais, a produção de conhecimento, hoje mais do que nunca, é a base do desenvolvimento científico e tecnológico, impulsionador do dinamismo das sociedades atuais. As IES têm muito a fazer no conjunto dos esforços nacionais, para colocar o País à altura das exigências e desafios do século atual, encontrando a solução para os problemas atuais em todos os campos dos saberes e dos fazeres humanos, abrindo o horizonte para um futuro melhor para a sociedade brasileira. O conhecimento é considerado atualmente um fator competitivo para qualquer nação. Foi através do capital humano e dos investimentos em educação e conhecimento que diversos países alcançaram altos níveis de desenvolvimento econômico e social. (MELO E HANSEN, 2007, p. 119).

Também é sabido que, para que ocorra desenvolvimento econômico, é preciso haver mudança tanto nos aspectos econômicos como culturais e políticos do País. No caso da educação, especificamente do Ensino Superior, não basta possibilitar o ingresso de novos alunos nas universidades. É preciso oferecer-lhes condições de frequentar e de concluir seus estudos. Nesse caso, contemplam-se as políticas públicas de acesso ao Ensino Superior, que vêm sendo desenvolvidas tanto pelas IES públicas, por meio do oferecimento de bolsas de extensão, de pesquisa e de ensino e do ingresso, por meio de cotas, quanto pelas ações do Governo Federal, por intermédio de programas de acesso ao Ensino Superior, como o Programa Universidade para Todos (PROUNI).

Apesar de ficar evidente que a educação tem papel fundamental para o desenvolvimento econômico de uma região, de um país, não se pode deixar de levar em consideração as dificuldades pelas quais passa o sistema de ensino no Brasil em todos os níveis. Entre as dificuldades encontradas, destaca-se a falta de financiamento da educação, que é um problema permanente, tanto para os municípios responsáveis pela oferta da educação fundamental quanto para os Estados em relação ao Ensino Médio. Verifica-se, no que se refere ao Ensino Superior, que o maior problema em destaque é que as IES recebem alunos do Ensino Médio das mais diversas origens, surgindo então questões referentes ao nivelamento. Outros fatores que agravam essa situação são as desigualdades regionais e a disparidade da distribuição de vagas no Ensino Superior.

Aliados a essas questões, estão a necessidade de criação de novas vagas e as dificuldades de acesso às IES públicas. Mais de 60% dos estudantes do Ensino Médio chegam à universidade, mas a maioria que chega às IES públicas vem da escola privada, por estarem bem preparados para o ingresso no Ensino Superior, por terem tido oportunidade de fazer um cursinho preparatório, entre outros motivos, ocupando, em consequência, as vagas dos cursos mais concorridos.

De acordo com pesquisas realizadas, constata-se que os indivíduos com grau de escolaridade mais elevado estão conquistando cada vez mais os cargos disponíveis no mercado de trabalho, o que comprova a maior seletividade e exigência, demonstrando que as pessoas têm que estar em constante busca por qualificação e por aperfeiçoamento.

Isto nos remete a Pochmann *et al*, que afirmam:

Os jovens não pobres estão mais associados, todavia, à frequência no Ensino Fundamental (51,5% desse grupo em 2005) e Ensino Superior (17,8% desse grupo em 2005), esta última, por sinal, praticamente restrita a essa classe econômica. Ademais cabe destacar que, embora a educação não seja fator suficiente para excluir essas crianças da condição de pobreza, é essencial para que elas consigam melhores inserções num mercado de trabalho cada vez mais competitivo e seletivo (2006, p. 88).

As assertivas elencadas confirmam a importância das Instituições de Ensino Superior no cumprimento da sua missão de ampliar os saberes e os fazeres das pessoas em prol de sua colocação em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

No que diz respeito ao nosso estado, o Mato Grosso do Sul, atesta-se que este tem acompanhado de perto o crescimento do Brasil em termos de melhoria de renda e empregabilidade. Isto, por sua vez, ratifica a importância das Instituições de Ensino Superior nesse contexto, pois é na conjuntura destas que se apropria o patrimônio do saber humano, que deve ser aplicado ao conhecimento e ao desenvolvimento do País e da sociedade brasileira, assertiva preceituada na Carta Magna brasileira: o dever do Estado com a educação efetiva-se, entre outros aspectos, mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

Destaca-se, neste sentido, que deve a educação, e principalmente a universidade, pautar-se em sua localização territorial, na cultural regional própria do povo, com o intuito de proporcionar formas internas de promoção e incentivo com vistas ao desenvolvimento de sua região.

Nesta visão, destaca-se a implantação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) no Estado de Mato Grosso do Sul, em 1993, cujo papel no desenvolvimento regional do Estado será objeto deste estudo. Uma Universidade pública com grande importância para o desenvolvimento do estado e nas perspectivas de futuro de Mato Grosso do Sul, escreveu e escreve uma história contínua de luta pela inclusão social na educação, coerente com seu perfil institucional, assunto este a ser tratado no item a seguir.

3.4 O ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

No antigo sul do Estado de Mato Grosso, as primeiras iniciativas para implantar o Ensino Superior surgiram em meados da década de 1950, por iniciativas dos padres salesianos, que desenvolviam há décadas, trabalho educativo-pastorais na região. Foram os salesianos que fundaram em Campo Grande, em 1929, o Colégio Dom Bosco, embrião das suas atividades educacionais no sul do Mato Grosso, tornando-se escola que acumulou tradição histórica e experiência ao longo de décadas. “Foi essa experiência que forneceu as bases para a criação e instalação dos primeiros cursos superiores no sul do Mato Grosso”. (INEP, 2006, p.23). Dessa forma, foram criados pelos salesianos, em 1965, a Faculdade de Direito de Campo Grande (FADIR), em 1970, a Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administração (FACECA) e em 1972, a Faculdade de Serviço Social (FASSO).

Nesse sentido, verifica-se que a disputa pela divisão política do Estado atingiu amplos setores da sociedade mato-grossense, tanto no norte quanto no sul. Prova disso é que no ano de 1962 os sulistas criaram os cursos de Odontologia e Farmácia, na tentativa de fundarem uma universidade pública na região do sul de Mato Grosso, porém, os governos militares tinham como meta a criação de universidades públicas nas capitais de todas as unidades da federação, o que fazia de Cuiabá receptora natural de uma instituição dessa natureza. No entanto, o governador Pedro Pedrossian, que era sulista e favorável à divisão, formou uma comissão encarregada de estudar a criação e implantação da Universidade Estadual do Mato Grosso (UEMT), com sede em Campo Grande.

Em 04 de novembro de 1970, por meio do Decreto Presidencial nº 67.484, o Presidente Emílio Garrastazu Médici e o ministro da Educação, Jarbas Passarinho, autorizaram o funcionamento da Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT), surgindo dessa maneira o embrião do Ensino Superior público no sul do Estado de Mato Grosso.

Ressalta-se, portanto, que para os jovens da região sul de Mato Grosso, a oportunidade de frequentar o Ensino Superior foi criada com o oferecimento dos primeiros cursos de graduação no município de Campo Grande. Possibilidade esta que favoreceu a população das regiões próximas, uma vez que o deslocamento e permanência em cidades de outros estados que tivessem cursos de graduação eram dispendiosos do ponto de vista financeiro e, por isso, a minoria tinha acesso a esse nível de ensino. Dentre essa minoria, encontravam-se os filhos da elite agropecuária sul-mato-grossense, que enviava seus filhos aos grandes centros do país, particularmente São Paulo e Rio de Janeiro, a fim de ingressarem em cursos de Medicina, Engenharia e Direito, os mais procurados na época (INEP, 2006, p. 25).

Ainda de acordo com o INEP (2006), com a criação de cursos de Ensino Superior em Campo Grande possibilitou maior crescimento e desenvolvimento socioeducacional da região sul do Mato Grosso, posto que a população passava a contar com a oferta do ensino público e privado desde o início dos anos 1960, possibilitando às famílias de classe média e baixa que não possuíam as mesmas condições financeiras para arcar com os estudos de seus filhos em universidades de outros centros.

Na década de 1970, também foi criada em Dourados - Sul do Estado de Mato Grosso, a Sociedade Civil da Grande Dourados (SOCIGRAN), com oferecimento dos primeiros cursos de Direito e Administração. Na área de formação de professores oferecia os cursos de Ciências Biológicas e Educação Física.

Em 1974, na cidade de Campo Grande, foi criado o Centro de Ensino Superior Professor Plínio Mendes dos Santos (CESUP), com cursos voltados às Ciências Exatas, possibilitando aos jovens oportunidades de inserção em outras áreas de conhecimento, diferentes daquelas que já vinham sendo ofertadas pelas Instituições de Ensino Superior instaladas no sul do Estado.

Em 1976, as faculdades dirigidas pelos salesianos foram reunidas, havendo a fusão das faculdades existentes na Unidas Católicas do Mato Grosso (FUCMAT), que na ocasião, mantinha em torno de 15 cursos de graduação na capital e em sua maioria esses cursos eram voltados para a formação de professores.

Concomitantemente a esse crescimento no Ensino Superior, as lutas em prol da divisão do estado continuavam, e em 11 de outubro de 1977, o governo do Presidente Ernesto Geisel sancionou a Lei Complementar nº 31, aprovada pelo Congresso Nacional, criando o estado de Mato Grosso do Sul, concretizando dessa maneira os sonhos das elites dirigentes do sul do Mato Grosso que viam, na divisão, a possibilidade de progresso econômico e ocupação do poder político.

Nesse sentido, em 1978, um ano após a divisão do Estado, ocorreram as eleições para deputados estaduais e federais, formando, dessa maneira, a Assembleia Constituinte do Estado de Mato Grosso do Sul, instalada oficialmente em 01 de janeiro de 1979, que deu origem ao processo de autorização de criação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), já mencionada no bojo da Constituição Estadual de Mato Grosso do Sul.

Constata-se, portanto, que a criação do novo Estado trouxe várias transformações para o Ensino Superior do novo estado, dentre elas a federalização da Universidade Estadual do Mato Grosso (UEMT), passando a denominar-se Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

A década de 1980 deu início à expansão quantitativa no Ensino Superior no novo Estado, porém verifica-se que foram nos anos 90 que as características da expansão e da privatização mais se acentuaram, como se pode constatar na tabela 10:

Tabela 10 - Expansão no Ensino Superior no Mato Grosso do Sul – anos 90

ANO	TOTAL	PÚBLICA	PRIVADA
1991	11	1	10
1992	12	1	11
1993	12	1	11
1994	12	1	11
1995	19	1	18
1996	22	1	21
1997	21	2	19
1998	21	2	19
1999	30	2	28

Fonte: INEP/MEC (2006)

A título de observação, pela relevância neste estudo, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, embora tenha iniciado suas atividades no ano de 1994, foi oficialmente regulamentada em 1997, ano em que começa a constar nas estatísticas do INEP.

Dessa forma, o início da década de 1990 teve também como marco de destaque para o estado, a criação e reconhecimento de mais uma universidade, uma vez que em 27 de outubro de 1993, a FUCMT transformou-se em Universidade Católica Dom Bosco, passando a integrar o conjunto de universidades comunitárias brasileiras.

De acordo com o histórico da UNAES constante no site da Instituição, em 1994, a Associação de Educação Sul-Mato-grossense (UNAES) também iniciou suas atividades na capital do Estado, oferecendo os cursos de Ciências Contábeis, Direito, Pedagogia e Ciências Econômicas (UNAES, 2010).

No entanto, verifica-se que a demanda por formação de professores para a educação básica era evidente à época. Dessa maneira, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul foi instituída pela Lei Estadual no. 1461, de 20 de dezembro de 1993, iniciando suas atividades no ano de 1994, mas sendo oficialmente credenciada em 1997. Iniciou suas atividades com a maioria dos seus cursos voltados para a formação de professores, com o intuito de suprir uma lacuna destacada a época.

A UEMS [...] teria que ser “viável para o estado”, com vocação voltada para o desenvolvimento regional e atender à necessidade emergente de qualificação profissional para o ensino básico, porque este era um dos grandes entraves que havia sido localizado pela secretaria de educação para se conseguir qualidade na educação sul-mato-grossense. Essa característica

definiu no projeto pedagógico da Universidade aquela que se denominou sua missão primeira: a formação de professores (AMARAL, 2002, p.60).

Em 1996, o estado de MS passa a ter mais uma Universidade e o CESUP transformou-se em Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (UNIDERP), por meio do Parecer no. 153, de 2 de dezembro de 1996. Dessa forma, até o ano da promulgação da LDB atual (1996), ainda conforme registro do INEP (2006, p. 38), “Mato Grosso do Sul contava com 22 instituições de educação superior, distribuídas entre quatro faculdades integradas e 16 faculdades, escolas e institutos e duas Universidades, sendo uma pública e uma privada”, conforme a tabela 11 a seguir:

Tabela 11 - Número de Instituições de Ensino no Estado de Mato Grosso do Sul – 1996

Organização acadêmica	Categoria	Quantidade
Universidades	Pública	01
	Privada	01
Faculdades Integradas	Pública	-
	Privada	04
Faculdades, Escolas e Institutos	Pública	-
	Privada	16
Total	-	22

Fonte: INEP/MEC (2010b)

Em 1999, a Sociedade da Grande Dourados (Socigran), transformou-se em Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN), atendendo a uma grande demanda por educação superior naquela região, especialmente oriunda dos municípios de Fátima do Sul, Itaporã, Vicentina, Ponta Porã, Caarapó e Rio Brilhante (INEP, 2006 p. 28).

De 1997 a 2007, houve no Estado de Mato Grosso do Sul um aumento de 95% no número de Instituições de Ensino Superior. No entanto, o maior crescimento se verifica no período compreendido entre 1997 a 1999, onde o número de Faculdades e Centros passou de 17 para 25, extinguindo os estabelecimentos isolados, conforme demonstrado na tabela 12:

Tabela 12 - Evolução IES no Estado de Mato Grosso do Sul – 1997 a 2007

Centros	Est. Isolados, Faculdades
---------	---------------------------

Ano	Total	Univer- sidades	Univer- sitários	Faculdades Integradas	Faculdades	Integradas e Centros Universitários
1997	21	4	-	-	-	17
1999	30	4	1	7	18	25
2007	40	5	2	7	26	0

Fonte: INEP/MEC (2010c)

Na década de 2000, destaca-se como grande marco para o estado de MS a transformação do Centro Universitário de Dourados da UFMS em Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), passando dessa maneira o estado a contar com três Universidades públicas, ou seja, UFMS, UEMS e UFGD. Ressalta-se aqui um expressivo crescimento no número de instituições de Ensino Superior no estado de Mato Grosso do Sul no período compreendido entre 1993 a 2007, período de estudo da presente pesquisa.

Tabela 13 - Número de IES – MS – 1993 a 2007

Ano	Total Geral	Total Universidades	Total Centros Universitários, Faculdades
1993	12	03	09
2007	40	05	35

Fonte: INEP/MEC (2010c)

Enfatiza-se ainda como de fundamental importância nesse período a interiorização do Ensino Superior, possibilitando que um grande número de pessoas passasse a ter acesso a esse nível de ensino, sendo este um dos fatores importantes para a inclusão social, uma vez que o alcance a esse nível de ensino passou a ser feito nas cidades onde residem, desobrigando-os de se locomoverem para outros centros de ensino. Isso pode ser confirmado na tabela 14:

Tabela 14 - Número de IES – MS por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior) e Categoria Administrativa - 2007

Categoria Adm.	Total Geral	Universidades			Faculdades, Centros Univ.		
		Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
MS	40	5	3	2	35	5	30
Pública	3	3	1	2	-	-	-
Federal	2	2	1	1	-	-	-
Estadual	1	1	-	1	-	-	-
Privada	37	2	2	-	35	05	30
Particular	31	1	1	-	30	4	26
Com. Filant.	6	1	1	-	5	1	4

Fonte: INEP/MEC (2010b)

Com relação ao número de matrículas, verifica-se que de 1998 a 2007, apesar de o número de outras IES ser superior, há predominância pela matrícula em universidades, tanto no Brasil quanto na região Centro-Oeste e Mato Grosso do Sul, como apresenta a tabela 15:

Tabela 15 - Número de matrículas – Estado de Mato Grosso do Sul – 1998 a 2007

Ano	Total matrículas	Universidades	Outras IES
1998	32.925	23.178	9.747
2007	66.707	42.032	24.675

Fonte: INEP/MEC (2010b)

De acordo com a ABRAED, em Mato Grosso do Sul, para cada 100 jovens de 18 a 24 anos de idade, apenas 14 frequentavam o Ensino Superior em 2005, no entanto, está acima da frequência observada nos demais estados brasileiros, onde apenas 11 em cada 100 jovens de 18 a 24 anos estão no Ensino Superior (RICARDO e BONILAURI, 2007, p.17).

Segundo Pochmann,

Destaca-se ainda o surpreendente crescimento observado na frequência de jovens no Ensino Superior entre 1998 e 2005. Nesse período, praticamente dobrou o número de sul-mato-grossenses com 18 a 24 anos de idade frequentando o Ensino Superior. Em 1995, eram cerca de 10 mil, passou para 18 mil em 1998 e chegou a cerca de 40 mil em 2005 (2006, p.85).

Destaca-se que a expansão da educação superior no Estado de Mato Grosso do Sul, no setor público, ocorreu mediante a estratégia de criação de *campi*. A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com sede em Campo Grande, possui em dez unidades acadêmicas distribuídas pelo interior: Aquidauana, Bonito, Chapadão do Sul, Coxim, Corumbá, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas. A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, com sede e uma Unidade Universitária em Dourados, possui outras 14 Unidades nos municípios de Amambai, Aquidauana, Campo Grande, Cassilândia, Coxim, Glória de Dourados, Ivinhema, Jardim, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba e Ponta Porã.

Tabela 16 - Número de IES em Mato Grosso do Sul por Categoria Administrativa – 2007

Categoria Administrativa	Esfera	Total	Capital	Interior
Pública	Federal	2	1	1
	Estadual	1	-	1
	Municipal	-	-	-
Privada	Particular	31	5	26
	Comum/Confes/Filant.	6	2	4
Total		40	8	32

Fonte: INEP/MEC/DEAES (2010c)

Destaca-se que, apesar da Universidade Estadual e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul estarem espalhadas pelo Estado com diversas unidades acadêmicas, na estatística do INEP são pontuadas como uma única Unidade Administrativa, como apresentado na tabela 16.

As instituições privadas também se expandiram para o interior do estado: das 37 IES, 07 se encontram na capital e 30 no interior.

As considerações tecidas até aqui tiveram o objetivo de levantar o histórico do Ensino Superior no Brasil e mais especificamente no estado de Mato Grosso do Sul, o capítulo a seguir tratará especificamente da criação, história, missão e objetivos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, implantação, participação nas ações do estado, municípios, cursos ofertados, matrículas e concluintes, além do número de ofertas, matrículas e concluintes do Ensino Superior no Estado.

4 A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

4.1 A IMPLANTAÇÃO DA UEMS: CRIAÇÃO, HISTÓRIA, MISSÃO E OBJETIVOS

“Precisamos dar um sentido humano às nossas construções. E, quando o amor ao dinheiro, ao sucesso, nos estiver deixando cegos, saibamos fazer pausas para olhar os lírios do campo e as aves do céu.”

Érico Veríssimo

O histórico a seguir foi retirado do Relatório de Avaliação Institucional (UEMS, 2005), com pequenas alterações e extrações na redação, visando reduzir o conteúdo sem, no entanto, alterar o sentido do texto original.

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, com sede na cidade de Dourados, foi prevista na Constituição Estadual de 1979 e ratificada pela Constituição de 1989, conforme o disposto em seu artigo 48 - Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias, sendo uma fundação pública com autonomia didático-científica, administrativa, financeira disciplinar e patrimonial, de acordo com as Leis Estaduais nº 1.543, de 8 de dezembro de 1994, e n.º 2.583, de 23 de dezembro de 2002 e com o Decreto Estadual nº 10.511, de 8 de outubro de 2001. Rege-se por seu Estatuto, oficializado por meio do Decreto Estadual nº 9.337, de 14 de janeiro de 1999.

Embora criada em 1979, a implantação da UEMS somente ocorreu após a publicação da Lei Estadual nº 1.461, de 20 de dezembro de 1993 e do Parecer do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul CEE/MS nº 08, de 09 de fevereiro de 1994.

Em 1993, foi instituída uma Comissão para Implantação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, com o intuito de elaborar uma proposta de universidade que tivesse compromisso com as necessidades regionais, particularmente com os altos índices de professores em exercício sem a devida habilitação e, ainda, com o desenvolvimento técnico, científico e social do Estado, surgindo assim uma Universidade com vocação voltada à interiorização de suas tarefas, para atender a uma população que, por dificuldades geográficas e sociais, dificilmente teria acesso ao Ensino Superior.

Propôs-se, portanto, a reduzir as disparidades do saber e as desigualdades sociais e, principalmente, a mudar o cenário da qualidade da Educação Básica do Estado, estabelecendo inicialmente a missão de *“gerar e disseminar o conhecimento, voltada para a interiorização, e com compromisso em relação aos outros níveis de ensino”*. Com esta finalidade, a UEMS

foi implantada, além da sede, em Dourados, em outros 14 municípios, funcionando atualmente nas seguintes cidades: Amambai, Aquidauana, Campo Grande, Cassilândia, Coxim, Glória de Dourados, Ivinhema, Jardim, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba e Ponta Porã, conforme demonstra a figura 1:



Figura 1 - Localização das Unidades Universitárias UEMS no Estado
Fonte: PDI UEMS 2009-2013

Tendo como eixo principal a sua missão institucional, a UEMS priorizou a democratização do acesso à educação superior pública, interiorizando suas unidades para mais próximo das demandas. Com a oferta de cursos para formação de professores, fortaleceu a educação básica.

Dessa forma, a história da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, ao longo de seus 15 anos, pode ser traduzida no compromisso com a melhoria da qualidade da educação básica e nas contribuições ao desenvolvimento do Estado de Mato Grosso do Sul, tornando-se um importante mecanismo de inclusão social (PDI UEMS, 2009, p.10).

Para cumprir sua proposta, buscando racionalizar recursos públicos, evitar a duplicação de funções, cargos e demais estruturas administrativas e a fragmentação das ações institucionais, a UEMS adotou, inicialmente, três estratégias diferenciadas: a rotatividade dos cursos, sendo os mesmos permanentes em sua oferta e temporários em sua localização; a criação de Unidades de Ensino, em substituição ao modelo de campus e a estrutura centrada em Coordenadorias de Cursos, ao invés de Departamentos.

Entretanto, em 2002, quando se discutiu o futuro da Instituição e a elaboração do novo PDI para o quinquênio 2002 a 2007, sentiu-se a necessidade da implantação de um novo modelo, com base no entendimento de que a rotatividade já havia cumprido sua função emergencial. Naquele momento, impôs-se como a alternativa mais funcional e eficiente à fixação e o fortalecimento dos cursos de graduação, por meio do estabelecimento de Pólos de Conhecimento. Assim, as Unidades que concentrassem condições para esse fim, conforme critérios pré-estabelecidos, definiriam sua vocação regional e poderiam concentrar esforços no desenvolvimento e solidificação de cursos de graduação, ações de extensão, grupos de pesquisa, estrutura física e pedagógica adequada, instalações, tecnologia e recursos humanos qualificados, comprometidos em produzir e disseminar conhecimentos de determinada área.

Sob o ponto de vista das condições de trabalho, houve inúmeras vantagens: os cursos passaram a ser de oferta permanente, em substituição ao sistema de rotatividade, com lotação dos professores e concursos públicos regionalizados para docentes.

A extinção da rotatividade e a conseqüente fixação do professor em unidades específicas possibilitaram que este estivesse mais presente na Unidade, com o desenvolvimento efetivo do conjunto de ações que envolvem o ensino, conduzem à pesquisa e se revertem na extensão, beneficiando a comunidade e trazendo como retorno o conhecimento científico.

Em seu início, a UEMS possuía doze cursos, com dezoito ofertas às comunidades onde estava localizada. Em 2008, considerando a sede e as Unidades Universitárias, a UEMS contava com quarenta e quatro ofertas de cursos no vestibular, sendo vinte e seis licenciaturas e dezoito bacharelados.

No entanto, a universidade como toda instituição inserida num contexto de permanentes mudanças, tem o entendimento de que o seu papel vai além de dar respostas às necessidades técnicas e científicas e de recursos humanos para um mercado de trabalho definido, e que sua função inclui, principalmente, uma pesada responsabilidade frente aos direitos humanos das gerações futuras.

Sendo assim, no momento de elaboração do PDI UEMS 2009-2013, dentre as metas traçadas com vistas às atuais necessidades regionais estabeleceu-se uma nova missão que atendesse aos atuais anseios da comunidade:

Gerar e disseminar o conhecimento, com vistas ao desenvolvimento das potencialidades humanas, dos aspectos político, econômico e social do Estado, e com compromisso democrático de acesso à educação superior e o fortalecimento de outros níveis de ensino, contribuindo, dessa forma, para a consolidação da democracia. (PDI UEMS, 2009, p. 12).

O PDI UEMS (2009) destaca ainda que a UEMS tem o entendimento de crescimento não só como aumento de produtos, serviços e materiais no âmbito quantitativo, mas como ampliação da qualidade de suas ações, qualificação de seu corpo docente e administrativo, melhoria nas condições de instalações e estruturas, oferecimento de outros níveis e modalidades de ensino, organização adequada do trabalho didático e utilização de novas tecnologias, sempre em resposta às demandas e necessidades contemporâneas.

A administração da UEMS é exercida por órgãos colegiados superiores: Conselho Universitário - COUNI e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE. O Conselho Universitário é o órgão colegiado de instância superior da Universidade, de caráter normativo e deliberativo. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão é o órgão colegiado superior deliberativo e consultivo em matéria didático-científica da Universidade, relativa ao ensino, pesquisa, extensão e cultura. Assim, a UEMS utiliza a gestão compartilhada por meio dos Conselhos Universitário e de Ensino, Pesquisa e Extensão, que contam com a participação da comunidade acadêmica, local, regional e autoridades ligadas à educação. São órgãos executivos superiores: Reitoria; Vice-Reitoria e Pró-Reitorias (UEMS, 1999).

O público acadêmico da UEMS é constituído por alunos oriundos da “escola pública, o que faz da UEMS uma instituição com um perfil diferenciado da maioria das instituições públicas de Ensino Superior” (CORDEIRO, 2008, p.93).

Atualmente, a UEMS conta, em seu quadro de acadêmicos, com cerca de 85% de egressos de escolas públicas, oriundos de famílias que ganham até 3 salários mínimos, realidade considerada no contexto sociopolítico e econômico atual e com vistas à elaboração de seu novo PDI, levando-se ainda em consideração as especificidades da região (UEMS, 2010, p. 12).

A UEMS oferece, ainda, os cursos de graduação por Unidade Universitária, distribuídos em vagas gerais (70%), e os outros 30% distribuídos em regime de cotas para negros e indígenas - Lei Estadual nº 2.605, de 06.01.2003, que dispõe sobre a reserva de 20% do total de vagas para candidatos negros; e, a Lei Estadual nº 2.589, de 26.12.2002, que trata da reserva de vagas aos vestibulandos indígenas. (UEMS, 2010, p. 12 e 13).

Conforme UEMS (2008), cumprindo seu papel de inclusão social, outro fator que merece destaque é a política de bolsas, auxiliando a permanência de alunos na universidade. Destaca-se também as bolsas concedidas com recursos próprios, dentro do Programa de Assistência Estudantil PAE/UEMS (bolsas de extensão, permanência, auxílio alimentação, auxílio moradia, além do Programa de Bolsa Universitária para Alunos Indígenas da UEMS, em convênio com a Secretaria de Trabalho e Assistência Social do Governo do Estado). Em 2008, são 200 as bolsas de apoio estudantil.

No âmbito do ensino, a implantação do Programa Institucional de Monitoria ocorreu em abril de 2006, objetivando criar um espaço de atuação dentro do âmbito universitário onde os alunos que possuem mérito e rendimento escolar satisfatório atuem como monitores, contribuindo para o aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem e para a interação entre alunos, professores e técnicos. Este programa abrange duas modalidades: Monitoria com bolsa e monitoria sem bolsa. Em 2006, eram 81 os acadêmicos sem bolsa e 250 com bolsa. Em 2008, eram 114 sem bolsa e 250 com bolsa.

Completa o quadro das bolsas o Programa de Iniciação Científica – PIBIC, que visa, entre outros objetivos, despertar a vocação científica, proporcionar aprendizagem de técnicas e métodos científicos, estimular o desenvolvimento do pensamento científico e da criatividade decorrentes das situações geradas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa e incentivar talentos potenciais entre alunos de graduação, promovendo a inserção destes no domínio do método científico. Com a criação deste Programa, professores e acadêmicos podem interagir melhor cientificamente e compartilhar experiências. O programa teve início com 40 bolsas em 1999/2000, e em 2007/2008, chegou a 175 bolsas pagas com recursos próprios e do CNPq.

4.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UEMS E INSTÂNCIAS DE DECISÃO

A Resolução COUNI-UEMS nº 329, de 1º de outubro de 2007, dispõe sobre a estrutura administrativa da UEMS, assim estabelecida:

1. Conselho Universitário, com a Câmara de Administração e Câmara de Recursos Humanos;
2. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, com a Câmara de Ensino, Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação, Câmara de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários;
3. Colegiados de Curso;
4. Conselhos Comunitários Consultivos;

5. Reitoria e Vice-Reitoria, com seus órgãos complementares: Procuradoria Jurídica, Assessoria Técnica, Assessoria de Comunicação Social, Assessoria Institucional de Legislação e Normas, Gabinete da Reitoria, Secretaria dos Órgãos Colegiados, Escritório de Representação em Campo Grande e Centros de Ensino, Pesquisa e Extensão.
6. Pró-Reitoria de Administração e Planejamento, com seus órgãos complementares: Divisão de Administração, Setor de Material e Patrimônio, Setor de Orçamento e Finanças, Setor de Contabilidade, Divisão de Recursos Humanos, Setor de Registro de Lotação e Folha de Pagamento, Setor de Pessoal e Seleção, Divisão de Compras, Divisão de Planejamento e Avaliação Institucional, Divisão de Bibliotecas, Divisão de Informática, Prefeitura, Setor de Transportes e Setor de Serviços Gerais.
7. Pró-Reitoria de Ensino e subdivisões: Divisão de Ensino de Graduação – licenciatura e bacharelado, Setor de Estágios Curriculares, Divisão de Educação Profissional e Tecnológica, Divisão de Processo Seletivo, Setor de Gerenciamento e Processamento de Informações, Núcleos de Ensino: Núcleo de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde; Núcleo de Ciências Exatas e Tecnológicas; Núcleo de Ciências Humanas e Núcleo de Ciências Sociais.
8. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e divisões: Divisão de Pesquisa, Divisão de Pós-Graduação, Setor de Apoio à Pós-Graduação, Setor de Capacitação, Núcleos de Pesquisa e Pós-Graduação, Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Agrárias, Biológicas, da Saúde e Exatas e Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais.
9. Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários, dividida em: Divisão de Extensão; Setor de Ações de Extensão, Divisão de Cultura e Assuntos Comunitários, Setor de Cultura e Assuntos Comunitários, Divisão de Inclusão e Diversidade e Divisão de Publicações.
10. Diretoria de Registro Acadêmico.
11. Gerências de Unidade Universitária, com as Coordenadorias de Curso e o Centro de Educação Profissional de Aquidauana.

Quanto às instâncias de decisão, os órgãos superiores máximos são o Conselho Universitário (COUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), cujas deliberações são executadas pelos órgãos administrativos.

Em relação ao seu quadro de recursos humanos, ao final de 2008, a UEMS contava com 384 docentes e 336 técnicos-administrativos. O quadro de servidores docentes e técnicos é regulamentado pela Lei nº 2.230, de 2 de maio de 2001, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras da Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências (MATO GROSSO DO SUL, 2001).

4.2 PARTICIPAÇÃO DA UEMS NO ESTADO: MUNICÍPIOS, CURSOS OFERTADOS, MATRÍCULAS E CONCLUINTES

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul está localizada em 15 municípios do Estado de Mato Grosso do Sul e distribuída nas 11 microrregiões do estado.

Destaca-se como um diferencial a interiorização do Ensino Superior, verificada desde sua sede, que está localizada na segunda maior cidade do Estado – Dourados, situado a 220 km da capital, Campo Grande – MS. Entretanto, a Instituição está distribuída nos seguintes municípios: Amambai, Aquidauana, Cassilândia, Campo Grande, Coxim, Dourados, Glória de Dourados, Ivinhema, Jardim, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba e Ponta Porã.

Essa característica de interiorização da UEMS tem possibilitado que um grande número de pessoas tenha acesso ao Ensino Superior, sendo este um dos fatores importantes para a inclusão social, pois possibilita que os estudantes tenham alcance a esse nível de ensino nas cidades onde residem, ficando dessa maneira desobrigados de se locomoverem para outros centros de ensino.

A implantação da UEMS surgiu de uma demanda levantada junto às comunidades locais, ocasião em que todos tiveram a oportunidade de sugerir os cursos que melhor atendessem às necessidades de formação de capital humano. Dessa maneira, inicialmente a UEMS implantou 12 cursos de graduação a saber: Letras Hab. Português/Espanhol; Zootecnia; Letras Hab. Português/Inglês; Ciências Hab. Matemática; Ciências Hab. Biologia; Enfermagem; Ciência da Computação; Matemática; Pedagogia; Administração Rural; Direito e Administração Comércio Exterior.

Essa demanda pode ser verificada quando levantado o número de Instituições de Ensino existentes à época. Consta-se que até o ano de implantação da UEMS existia apenas 01 Instituição pública, conforme figura 2:

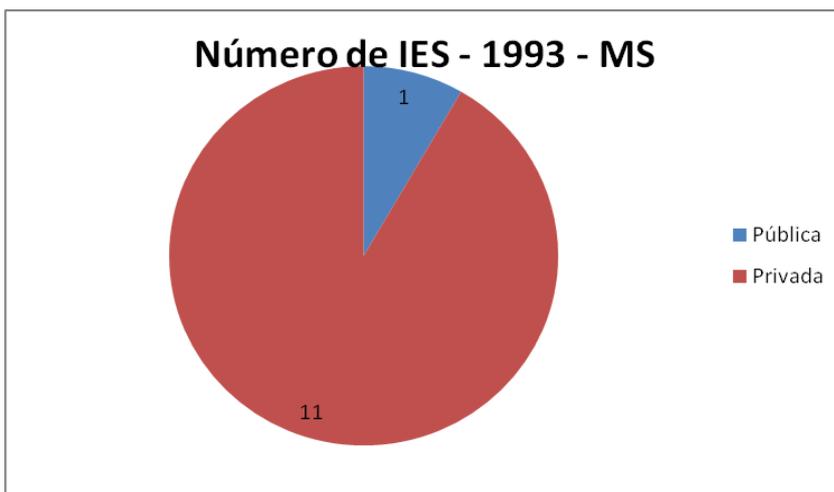


Figura 2 - Número de IES no Estado de MS – 1993
Fonte: INEP/MEC (2006)

Considerando que a UEMS surgiu com uma demanda reprimida de profissionais para atuar na educação básica, sem perder de vista as outras áreas de ensino, iniciou suas

atividades com a maioria de seus cursos voltados para ofertas de cursos de licenciatura. Essa demanda foi detectada em função das necessidades dos municípios atendidos, que primavam pela busca de formação voltada para o atendimento de profissionais da educação, que estavam lecionando sem a formação necessária, ou seja, o Ensino Superior. Dessa forma, no ano de implantação da UEMS, ou seja, em 1994, a UEMS ofereceu 12 cursos com 18 ofertas; destas, 11 licenciaturas, como apresenta a figura 3 a seguir:

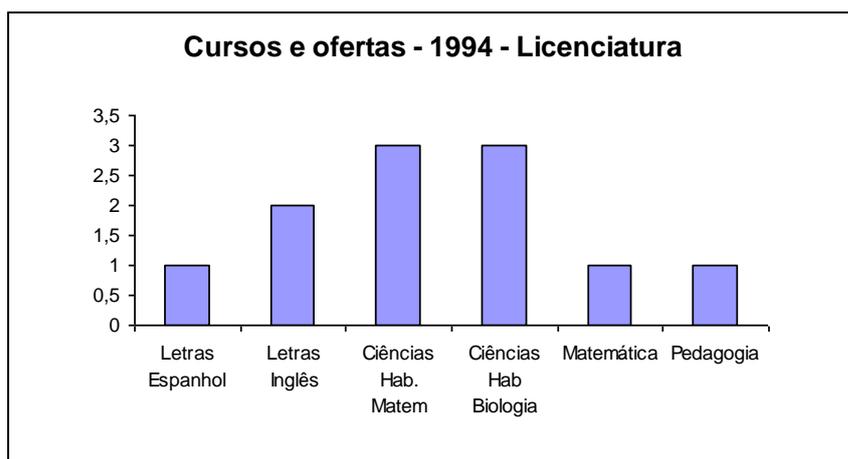


Figura 3 - Cursos e ofertas UEMS – 1994 - licenciatura
Fonte: UEMS (2008)

No entanto, considerando que a implantação da UEMS se deu com o intuito de atender às demandas regionais, detectou-se à época de sua implantação necessidades de cursos de bacharelado em alguns municípios, sendo oferecido inicialmente seis cursos de bacharelado com sete ofertas, como apresentado na figura 4:

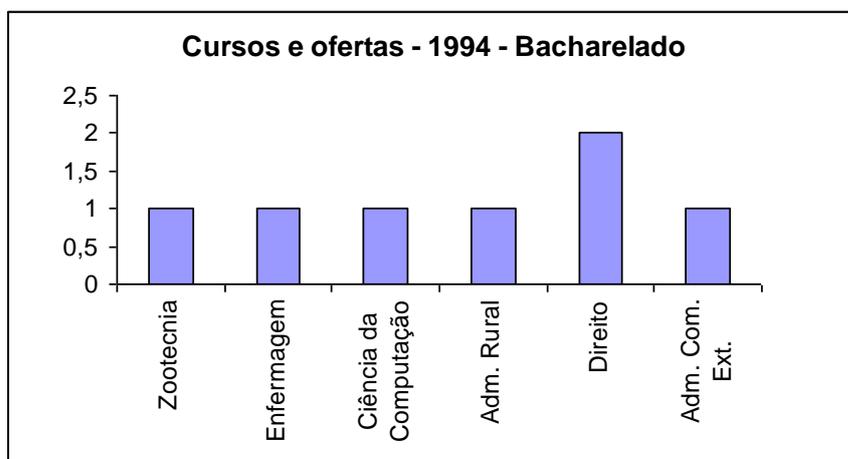


Figura 4 - Cursos e ofertas UEMS – 1994 - bacharelado
Fonte: UEMS (2008)

Nesse sentido, a UEMS iniciou suas atividades em 1994 com 834 alunos matriculados, sendo a maioria dos cursos, 89%, no período noturno, possibilitando às pessoas que estavam trabalhando a oportunidade de ir em busca de um Ensino Superior sem necessitar deixar seus trabalhos, conforme tabela 17:

Tabela 17 - Número de alunos matriculados por turno de funcionamento UEMS - 1994

Unidade	Curso	Turno	Total
Amambai	Letras – Habilitação Português/Espanhol	Noturno	50
Aquidauana	Zootecnia	Integral	50
Cassilândia	Ciências - Habilitação Matemática	Noturno	40
Cassilândia	Letras – Habilitação Português/Inglês	Noturno	40
Coxim	Ciências - Habilitação Biologia	Noturno	40
Dourados	Ciência da Computação	Noturno	53
Dourados	Enfermagem	Integral	50
Glória de Dourados	Matemática	Noturno	40
Ivinhema	Pedagogia	Noturno	50
Jardim	Ciências - Habilitação Biologia	Noturno	50
Maracaju	Administração	Noturno	40
Maracaju	Ciências - Habilitação Matemática	Noturno	40
Mundo Novo	Ciências - Habilitação Biologia	Noturno	51
Naviraí	Ciências - Habilitação Matemática	Noturno	50
Nova Andradina	Letras – Habilitação Português/Inglês	Noturno	50
Paranaíba	Direito	Noturno	40
Ponta Porã	Administração	Noturno	50
Três Lagoas	Direito	Noturno	50
		Total	834

Fonte: UEMS (2008)

A UEMS teve sua primeira turma de formandos no ano de 1998, ocasião em que entregou ao estado um número de 277 formandos, sendo 221 licenciados e 56 bacharelados, conforme tabela 18:

Tabela 18 - Número de alunos formandos UEMS - 1998

Unidade	Curso	Total
Amambai	Letras – Habilitação Português/Espanhol	28
Cassilândia	Ciências - Habilitação Matemática	12
Cassilândia	Letras – Habilitação Português/Inglês	22
Coxim	Ciências - Habilitação Biologia	15
Dourados	Ciência da Computação	12
Dourados	Enfermagem	13
Glória de Dourados	Matemática	14
Ivinhema	Pedagogia	38
Jardim	Ciências - Habilitação Biologia	20
Maracaju	Administração	15
Maracaju	Ciências - Habilitação Matemática	16
Mundo Novo	Ciências - Habilitação Biologia	18

Naviraí	Ciências - Habilitação Matemática	10
Nova Andradina	Letras – Habilitação Português/Inglês	28
Ponta Porã	Administração	16
Total		277

Fonte: UEMS (2008)

Verifica-se que a UEMS tem participado gradativamente com o oferecimento de seus cursos e com a formação de egressos, passando de 277 formandos em 1998 para 871 em 2007. Dessa forma, a UEMS entregou ao Estado de MS até 2008, 6.206 profissionais, conforme tabela 19:

Tabela 19 - Número de alunos formandos UEMS - 2007

Estado/Munic.	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	TOTAL
Mato Grosso do Sul	4.231	4.855	5.022	5.590	6.154	7.990	9.276	9.911	11.402	9.926	
Amambai	28	0	35	33	20	92	30	8	95	23	364
Aquidauana	0	19	6	11	14	32	66	68	106	52	374
Campo Grande	0	0	0	0	0	41	47	46	94	84	312
Cassilândia	34	2	51	45	46	51	42	78	57	67	473
Coxim	15	3	20	24	17	62	17	69	59	27	313
Dourados	25	18	33	44	78	174	184	275	264	239	1334
Glória de Dourados	14	0	18	25	10	17	24	33	9	12	162
Ivinhema	38	0	39	39	30	24	21	24	24	26	265
Jardim	20	3	23	30	28	60	89	75	110	46	484
Maracaju	31	0	37	26	45	37	40	36	45	53	350
Mundo Novo	18	0	34	26	31	66	15	24	23	14	251
Naviraí	10	0	16	24	24	39	71	77	28	41	330
Nova Andradina	28	0	40	35	12	18	9	99	132	45	418
Paranaíba	0	28	0	36	33	77	30	41	67	99	411
Ponta Porã	16	0	20	0	16	74	57	55	55	43	336
Tres Lagoas	0	29	0	0	0	0	0	0	0	0	29
Total	277	102	372	398	404	864	742	1008	1168	871	6206

Fonte: UEMS (2008)

Ressalta-se o acréscimo de formandos na UEMS em 2005, tendo em vista que a partir de 2001 a UEMS começou sua oferta de vestibular no mês de julho, ocasião em que houve um aumento no número de formandos, além das primeiras turmas de egressos do Curso Normal Superior.

O curso Normal Superior da UEMS foi o primeiro implantado no país, com a missão de atender prioritariamente às demandas educacionais do Estado. Foi criado em 2000 para qualificar professores que já atuavam na rede pública de educação básica. Até então, a formação exigida para os professores das séries iniciais era o magistério, situação modificada pela Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 (LDB), que tornou necessária a formação universitária para esses profissionais. Com a possibilidade legal de ofertar uma única habilitação, que atenderia à Educação Infantil e Fundamental, a UEMS, com base em sua autonomia universitária, criou o Curso Normal Superior com a finalidade de atender aos docentes sem

formação superior da rede pública de ensino Estadual e dos municípios conveniados. Para melhor funcionamento, o curso foi organizado em dois pólos: Campo Grande e Dourados, compreendendo os municípios conveniados com a UEMS que apresentavam demandas a serem atendidas. Em cerca de 10 anos, o curso formou aproximadamente 2.000 egressos, atendendo a mais de 60 municípios, distribuídos entre as Unidades da UEMS (UEMS, 2011).

Destaca-se, portanto a participação da UEMS em 9% no tocante ao total de concluintes do Estado em 2007, conforme a tabela 20:

Tabela 20 - Número de Concluintes – MS, Outras IES e UEMS – 2007

	Total	%
MS	9.926	100
Outras IES	9.025	91
UEMS	871	9

Fonte: INEP/MEC (2006)

Verifica-se ainda um expressivo número de concluintes no interior do Estado, o que demonstra a interiorização do ensino.

Tabela 21 - Número de Concluintes por localização – MS - 2007

UF	Total	Capital	%	Interior	%
MS	9.926	4.704	47,3	5.222	52,7

Fonte: INEP/MEC (2006)

Quando levada em consideração a categoria administrativa das IES, verifica-se que em 2007, 34,9% do total de alunos concluíram o Ensino Superior em instituição pública, demonstrando assim que, no contexto geral, o papel da UEMS ainda corresponde a cerca de ¼ deste total, como pode se conferir na tabela 22:

Tabela 22 - Número de alunos concluintes por categoria administrativa – MS – 2007

UF/Categoria Administrativa	TOTAL	%
MS	9.926	100
Pública	3.463	34,9
Privada	6.463	65,1

Fonte: INEP/MEC (2010c)

No entanto, ao se tratar de organização acadêmica, constata-se que é na Universidade que a maioria dos alunos concluiu o Ensino Superior, como se pode ver na tabela 23:

Tabela 23 - Número de alunos concluintes por organização acadêmica – MS – 2007

Organização Acadêmica	TOTAL	%
Total	9.926	100
Universidade	6.242	62,9
Outras IES	3.684	37,1

Fonte: INEP/MEC (2010c)

Verifica-se, portanto, que na UEMS o crescimento não se deu apenas na quantidade de formandos, mas também nos cursos oferecidos. As matrículas passaram de 18 ofertas em 1994 para 41 em 2007, apresentando um crescimento de 127%, como apresenta a figura 5:

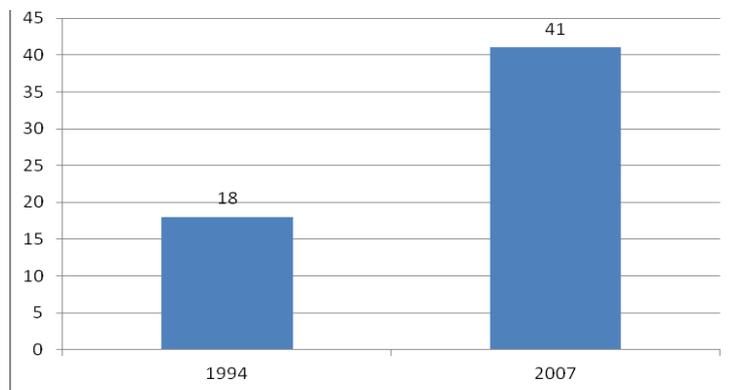


Figura 5 - Ofertas de cursos de graduação UEMS – 1994 a 2007

Fonte: UEMS (2008)

Durante esse período, de acordo com pesquisas levantadas e levando-se em consideração a realidade de cada município, alguns cursos foram transferidos de uma cidade a outra e o curso Normal Superior não foi mais ofertado nos processos seletivos a partir de 2008.

Outro fator determinante do fortalecimento da UEMS foi a extinção da rotatividade dos cursos, onde estes eram permanentes em sua oferta e temporários em sua localização, modelo adotado desde a criação da UEMS. Em 2002, contudo, quando se discutiu o futuro da Instituição e a elaboração do novo PDI para o quinquênio 2002 a 2007, sentiu-se a necessidade da implantação de novos rumos, com base no entendimento de que a rotatividade já havia cumprido sua função emergencial. Naquele momento, impôs-se como a alternativa mais funcional e eficiente a fixação dos docentes e o fortalecimento dos cursos de graduação, visando definir a vocação regional e a concentração de esforços no desenvolvimento e solidificação dos cursos, ações de extensão, grupos de pesquisa, estrutura física e pedagógica adequada, instalações, tecnologia e recursos humanos qualificados, comprometidos em produzir e disseminar conhecimentos de determinada área.

No capítulo 4 será possível visualizar o cenário econômico, criação, história e aspectos socioeconômicos do Estado de Mato Grosso do Sul, a fim de possibilitar a melhor visualização do contexto onde a UEMS está inserida e suas possibilidades de contribuição para o desenvolvimento local.

5 O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL: CRIAÇÃO E EVOLUÇÃO

5.1 MATO GROSSO DO SUL: ASPECTOS HISTÓRICOS E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

5.1.1 Aspectos históricos

“O real não está nem na saída e nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.”

João Guimarães Rosa

O Estado de Mato Grosso do Sul surgiu como consequência da dualidade geográfica, histórica, administrativa e cultural existente nos primórdios do antigo Estado de Mato Grosso, no qual os interesses da elite do norte e do sul disputavam o controle do aparelho estatal e a hegemonia econômica do estado.

Eram vários os motivos da insatisfação dos sulistas com a administração do estado de Mato Grosso, sediada em Cuiabá. Reclamavam da falta de atenção e da pouca verba destinada ao sul, principalmente por ocasião do final da guerra do Paraguai, quando a região teve várias cidades destruídas. Além disso, era necessário criar condições para melhorar a comunicação do sul com o norte do estado (GRESSLER, 2005, p.93).

A consolidação da região do então Mato Grosso de forma articulada com o resto do País e a consideração de que a região seria uma base econômica expressiva aconteceu após a Guerra do Paraguai, em função do crescimento das lavouras de erva-mate e da dinamização da pecuária tradicional.

A migração de pessoas das diversas regiões do país contribuiu para o desenvolvimento e formação cultural do povo sul-mato-grossense. Inicialmente, com os mineiros, que tinham o objetivo de criar povoados que atendessem seus interesses comerciais nas cidades médias do interior de Minas Gerais. Os paulistas entraram no Estado pela região leste, especialmente nos municípios de Paranaíba e Três Lagoas e, pela fronteira paraguaia, chegaram ao Sul de Mato Grosso na década de 1890 os gaúchos, que se refugiaram das turbulências políticas que aconteciam no Rio Grande do Sul.

Buscando a história do estado de Mato Grosso do Sul, observa-se que nos anos de 1960 o antigo estado de Mato Grosso estava marcado por disputas acirradas pela hegemonia do poder político e econômico entre o sul e norte, representados, respectivamente, pelas cidades de Campo Grande e Cuiabá. Nesse sentido, as reportagens dos jornais locais

comumente colocavam o município da “Cidade de Campo Grande” num patamar tal como se não existisse no Estado outro capaz de superá-lo, nem de alcançá-lo em termos de desenvolvimento. Era constante a publicação das arrecadações municipais nas quais Campo Grande, na maioria das vezes, aparecia no topo da lista, chegando a arrecadar o dobro da capital do Estado, Cuiabá.

Dessa maneira, o tom político de divisão do Estado incidia, originalmente, da questão econômica, onde dirigir o Estado era tarefa adequada aos sulistas e a classe dominante no sul não admitia mais ser subordinada ao governo em Cuiabá. E na luta pela conquista de um aparelho de Estado seu, constituiu o discurso da sucessão ancorado na distinção entre um povo já desenvolvido e aquele que ainda não realizara o processo civilizatório.

Em outros termos: o norte ainda não havia sido totalmente integrado ao modo de produção capitalista, o que encarado como não-civilização, tanto pelo prisma da geopolítica de Golbery do Couto e Silva, quanto pelos objetivos de autonomia da classe dominante sul-mato-grossense (BITTAR, 1997, p.235).

Destaca-se que a criação do Estado de Mato Grosso do Sul ocorreu durante a ditadura militar, em 11 de outubro de 1977, mediante Lei Complementar nº. 31, assinada pelo Presidente Ernesto Geisel:

Transcorrido sob a ditadura militar, o período que se seguiu à criação de Mato Grosso do Sul até a instalação do primeiro governo (janeiro de 1979) foi marcado por intensas articulações e pressões de grupos que compunham a ARENA regional, para obter do governo federal a indicação ao cargo de governador (BITTAR, 2009, p.356).

A instalação oficial do governo ocorreu em 01 de janeiro de 1979, juntamente com a composição da Assembléia Estadual Constituinte. O primeiro governador nomeado foi Harry Amorim Costa, natural de Cruz Alta – RS e foi empossado em 01 de janeiro de 1979, permanecendo no cargo até 12 de julho do mesmo ano.

Destaca-se que a implantação do governo se deu na defesa de um governo participativo, adotando o planejamento como método de governo, porém de uma gestão eminentemente técnica. Dessa forma, montou-se uma estrutura com reduzido número de secretarias, ou seja, uma estrutura diferente da existente nos demais estados (BITTAR, 2009, p.359).

Nesse prisma, a intenção do governo era a prevalência de uma administração pouco departamentalizada, com reduzidos centros de decisão, com execuções por intermédio de fundações e com adoção de planejamento participativo.

No entanto, mesmo assegurando que o planejamento deveria ocorrer de maneira democrática e aberta, o governo Harry Amorim Costa insistia na tecla de que não era “político”.

Na época, a alusão de que o governo Harry Amorim Costa não era “político” ganhava reforço da imprensa que, para isto, se apegava ao fato de que “a maioria nem é natural de Mato Grosso, mas técnicos de competência reconhecida.” De fato, a princípio, o próprio governador se esquivava da “política”. Quando, porém, percebeu que teria de enfrentá-la, era tarde demais: foi derrubado no sexto mês de mandato pelos afeiçoados a uma determinada política, a que se tramava nos bastidores e que desferiu o golpe fatal contra o “governo eminentemente técnico de “Harry” (BITTAR, 2009, 361).

Um dia após a promulgação da Constituição Estadual, 13 de junho de 1979, a articulação desencadeada de Brasília não encontrou resistência na Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, que concordou com a deposição do governador.

Em face dos acontecimentos, em 30 de junho de 1979 foi nomeado Marcelo Miranda Soares como segundo governador de Mato Grosso do Sul. Em 15 de março de 1983, toma posse o primeiro governador eleito de Mato Grosso do Sul: Wilson Barbosa Martins.

Em março de 1991, assume o governo do Estado Pedro Pedrossian, que tinha como “filosofia do seu governo dar ênfase à educação, possibilitando a criação da Universidade Federal em Cuiabá e a Universidade Estadual de Mato Grosso, com sede em Campo Grande” (ROSA, 1993, p.66).

Conhecedor das necessidades da população sul-mato-grossense, por ter governado o estado quando ainda era Mato Grosso, de 1966 a 1971, e Mato Grosso do Sul no período de novembro/80 a março de 1983 e, empossado novamente governador do Estado de MS em 1991, era defensor de que nenhuma região podia aspirar ser desenvolvida sem um forte sistema de educação. Ao final de sua última gestão, implantou em 1993 a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Nesse período, o analfabetismo ocupava uma das maiores taxas do Brasil. A maioria dos professores que atuavam na educação básica, ou seja, oitenta e cinco por cento, eram leigos. O Ensino Médio era o final da educação para poucos dos jovens que sonhavam estudar e o Ensino Superior era pontual.

Isto nos remete a Amaral, que destaca:

Na educação, entretanto, naquele momento, o novo Estado herdava uma rede de ensino de 1º e 2º graus precária, em que o déficit escolar era enorme em função de uma estrutura física extremamente sucateada e insuficiente, com a grande maioria dos professores necessitando de qualificação (AMARAL, 2002, p.11).

Neste contexto, almejava por uma meta audaciosa, ou seja: fortalecer o ensino básico, criar o Ensino Médio voltado para o trabalho e implantar uma universidade estadual interiorizada, que atendesse a uma demanda reprimida de pessoas que não disponibilizavam de recursos para deixar seus municípios e irem à busca do tão sonhado curso superior, como bem explica Amaral:

Embora já houvesse a oferta do Ensino Superior, tanto pelo setor público quanto pelo setor privado, significava a expansão da oferta, a formação dos profissionais requeridos pelo novo Estado em suas peculiaridades e possibilidades de desenvolvimento, a democratização do acesso e trazia a idéia de uma universidade interiorizada, o que facilitaria aos sul-mato-grossenses a realização dos seus estudos superiores (AMARAL, 2002, p.12).

Dessa forma, o então governador justifica a implantação da UEMS, destacando que: “a melhor maneira de contribuir com alguém é preparando-o e inspirando-o. A Universidade seria esse espaço sagrado de elevação” (PEDROSSIAN, 2008, p.91).

5.1.2 Aspectos socioeconômicos

O Estado de Mato Grosso do Sul situa-se na Região Centro-Oeste. Sua confrontação faz-se com Mato Grosso e Goiás; ao sul, com o Paraguai e com o estado do Paraná; ao leste, com os Estados de São Paulo e Minas Gerais e a oeste com Paraguai e Bolívia. É o 6º estado do país em extensão territorial, que corresponde a 4,19% da área total do Brasil e 22,23% da área do Centro-oeste, conforme figura 6 a seguir:



Figura 6 - Localização geográfica do Estado de MS e suas fronteiras
Fonte: SEMAC (2010b)

O estado de Mato Grosso do Sul tem na terra o principal fator de produção e de riqueza, sendo que os principais produtos para venda são provenientes da agricultura e da pecuária. Destaca-se que a intensa migração dos gaúchos, ocorrida por volta do final do século XIX, contribuiu para a expansão da pecuária na região de Mato Grosso do Sul. “Outro ponto de introdução e expansão da pecuária no território sul-mato-grossense foi a área de povoamento mais antigo, localizada em torno de Cuiabá. A partir dali, a criação de gado espalhou-se pelo Pantanal” (GRESSLER, 2005, p.111).

De acordo com Bittar, em Mato Grosso do Sul, estado cuja base econômica é a pecuária, em decorrência do predomínio das relações agrárias de produção e da formação histórica que marcou o processo de povoamento, a classe dominante na estrutura social era basicamente composta por:

- 1^o) uma fração latifundiária, herdeira da posse das terras desde a vinda pioneira dos Lopes, Garcia, Sousa e Barbosa, provenientes de Minas Gerais e São Paulo, a partir de 1830, passando pela Guerra do Paraguai (1864 – 1870) e composta pelas tradicionais famílias sul-mato-grossenses. Dessa leva povoadora, destacaram-se na vida política mato-grossense e sul-mato-grossense, as famílias Barbosa Martins e Coelho;
- 2^o) uma fração não originária da ocupação das terras devolutas no fim do século passado, mas ligadas às grandes empreiteiras da construção civil que, a partir de sua inserção na máquina estatal, começou a possuir grandes propriedades rurais. Por isso, podem ser denominados de novos latifundiários (Pedro Pedrossian e Marcelo Miranda Soares são os nomes mais emblemáticos);
- 3^o) uma burguesia agrária composta principalmente por gaúchos, que através de levas migratórias, desde o final do século XIX, mas, especialmente, após 1930, modernizaram a agricultura sul-mato-grossense estabelecendo plantações de soja na região de Dourados. (BITTAR, 1998, p. 40).

Conforme o IBGE (2010a), o estado de Mato Grosso do Sul é composto por setenta e oito municípios, oitenta e seis Distritos, quatro mesorregiões geográficas (Centro-Norte de Mato Grosso do Sul, Leste de Mato Grosso do Sul, Pantanaís Sul-Mato-Grossenses e Sudoeste de Mato Grosso do Sul) e onze Microrregiões (Alto Taquari, Aquidauana, Baixo Pantanal, Bodoquena, Campo Grande, Cassilândia, Dourados, Iguatemi, Nova Andradina, Paranaíba e Três Lagoas), como apresenta a figura 7. Destaca-se que, com exceção das microrregiões do Baixo Pantanal e Três Lagoas, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul se faz presente em todas as demais.

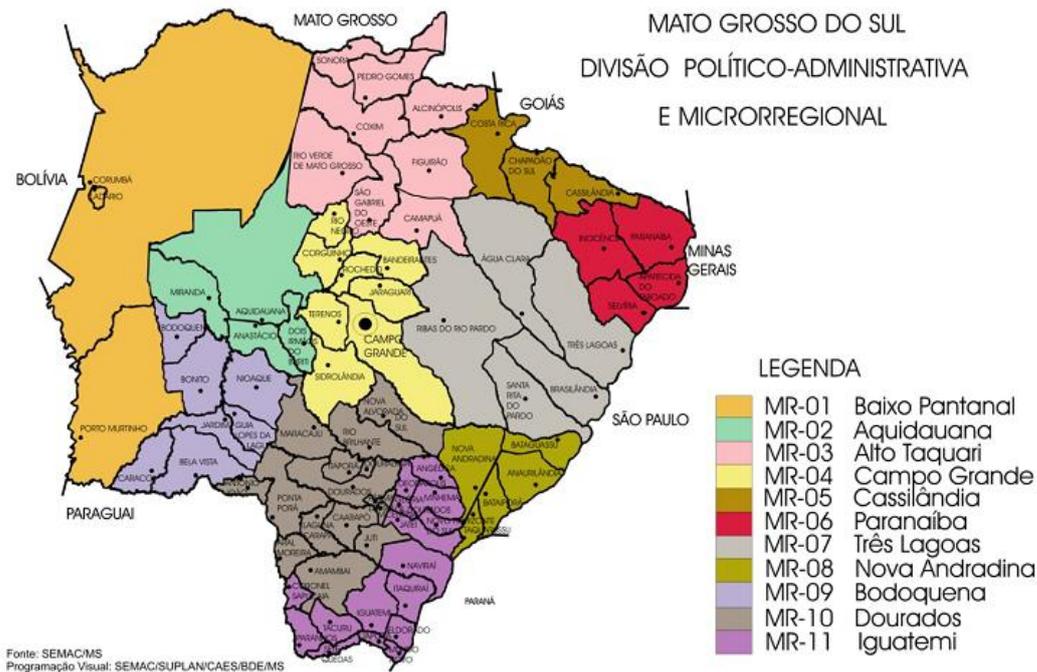


Figura 7 - Divisão Política-Administrativa e Microrregional – MS
Fonte: SEMAC (2010b)

Dentre as microrregiões supracitadas, apenas duas possuem mais de 150 mil habitantes; três microrregiões possuem mais de 75 mil habitantes e as demais microrregiões possuem entre 25 e 75 mil habitantes.

De acordo com o IBGE (2010b), o processo de urbanização sul-mato-grossense é marcado, de um lado, pela concentração em Campo Grande e Dourados, cidades que ultrapassam a marca de 100 mil habitantes e, por outro, pela dispersão desta população em dezenas de centros urbanos de pequeno porte, como pode ser conferido na figura 8 a seguir:

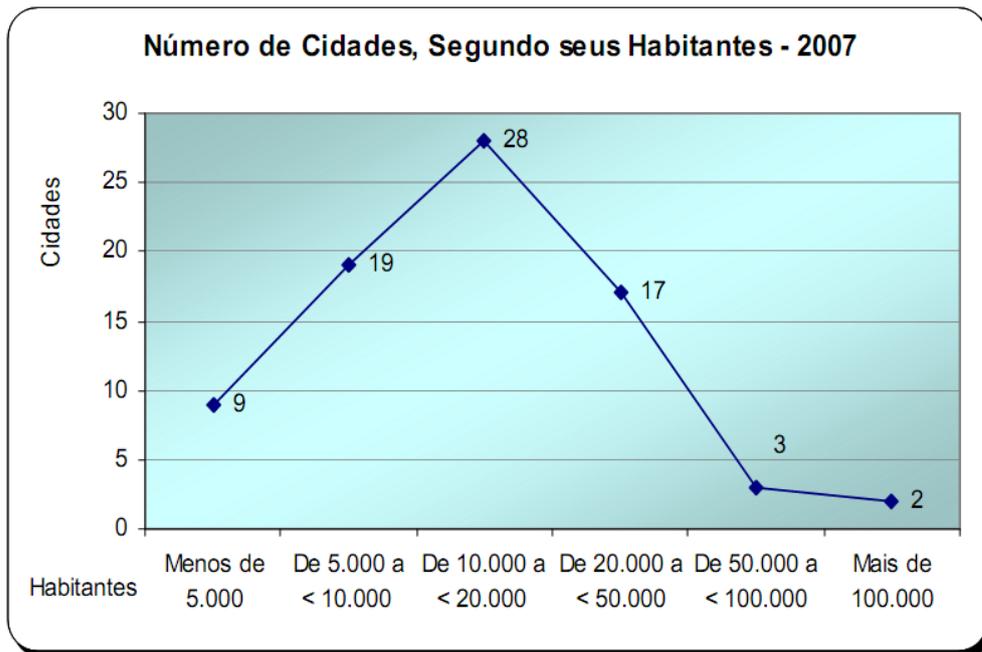


Figura 8 - Número de Cidades de MS, segundo seus habitantes – 2007
Fonte: IBGE (2010b)

Dentre os habitantes do estado de Mato Grosso do Sul, em 2007, verifica-se uma população em idade ativa de 83,9%, ou seja, pessoas com 10 anos ou mais de idade. Destaca-se que a população economicamente ativa (PEA) ultrapassou a metade da população total, conforme tabela 24 a seguir:

Tabela 24 - População em idade ativa e economicamente ativa – 2007 – MS

Especificação	Ano 2007
População Total	2.337.503
População em Idade Ativa (PIA)	1.962.847
População Economicamente Ativa (PEA)	1.261.668

Fonte: IBGE (2010b)

4.1.2.1 Crescimento populacional e migração

Nas primeiras décadas do século XX, houve o início do crescimento populacional de Mato Grosso do Sul a partir da construção da ferrovia Noroeste do Brasil. A implantação facilitou o intercâmbio de pessoas e mercadorias dinamizando a vida das localidades por onde passavam os trilhos. Essa imigração pode ser constatada até os dias atuais e pode-se verificar de acordo com dados do IBGE (2010a) que, em 2007, os maiores índices de imigração são oriundos de São Paulo, seguido pelo Paraná. Juntamente, os dois Estados representam mais da metade dos imigrantes em Mato Grosso do Sul, conforme a tabela 25 a seguir:

Tabela 25 - População residente por lugar de nascimento – MS – 2007(mil pessoas)

Lugar de Nascimento	Total
Rondônia	6,940
Acre	0,631
Amazonas	0,630
Roraima	0,315
Pará	2,208
Amapá	0,316
Tocantins	0,631
Maranhão	2,522
Piauí	2,207
Ceará	23,968
Rio Grande do Norte	3,470
Paraíba	5,045
Pernambuco	31,543
Alagoas	13,567
Sergipe	11,034
Bahia	26,809
Minas Gerais	52,676
Espírito Santo	3,151
Rio de Janeiro	13,873
São Paulo	233,984
Paraná	128,047
Santa Catarina	16,712
Rio Grande do Sul	33,739
Mato Grosso do Sul	1.658,889
Mato Grosso	30.271
Goiás	16.392
Distrito Federal	2,836
País Estrangeiro	21,123
Total	2.343.530

Fonte: SEMAC (2010a)

Verifica-se que as imigrações oriundas dos diversos estados e países foram fundamentais para o aumento do povoamento do Mato Grosso do Sul. A partir da década de 1970, apresentou significativo crescimento populacional, como se pode verificar na tabela 26:

Tabela 26 - Evolução da população de Mato Grosso do Sul – 1970 a 2007

Cronologia	População
1970	980.560
1980	1.369.769
1991	1.780.373
1996	1.927.834
2000	2.078.001
2007	2.265.813

Fonte: IBGE (2010b)

Dessa forma, quando Mato Grosso dividiu-se em duas unidades da Federação, expandiram-se na porção sul novos horizontes de esperança. Pode-se afirmar que o sentimento geral dos sul-mato-grossenses, à época, era de compromisso com a construção de um Estado cujo futuro reservava a condição de modelo de desenvolvimento para o conjunto dos Estados brasileiros. Conforme consta no Plano Plurianual MS 2004-2007,

A produção agropecuária em ascensão, pensava-se, credenciaria o Mato Grosso do Sul, dentro de uma década, para o desenvolvimento da industrialização e dos serviços, deixando como saldos para a sociedade bons indicadores de qualidade de vida (MATO GROSSO DO SUL, 2003, p.12).

Foi nessa esperança que pessoas de todos os cantos do Brasil se moveram para construir uma vida em Mato Grosso do Sul, onde homens e mulheres dos Estados do sul, sudeste e nordeste vieram para alimentar, junto a bolivianos, paraguaios e indígenas, um caldo étnico que compõe a população do nosso Estado.

A população de Mato Grosso do Sul, assim como no Brasil, é muito diversa e foi formada por diversos povos e etnias. O último censo mostra essa realidade, como se pode constatar na tabela 27:

Tabela 27 - População residente por cor e raça – Brasil, Centro-Oeste e MS - 2000

Grandes Regiões e UF	População residente, por cor ou raça						
	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
Brasil	169.872.856	91.298.042	10.554.336	761.583	65.318.093	734.127	1.206.675
Centro- Oeste	11.638.658	5.787.384	537.870	46.294	5.083.964	104.360	78.786
MS	2.078.070	1.135.811	71.137	16.263	788.797	53.900	12.162

Fonte: IBGE (2011)

Quanto ao gênero, observa-se que a população de Mato Grosso do Sul tem predomínio do sexo masculino, como apresentado na figura 9.

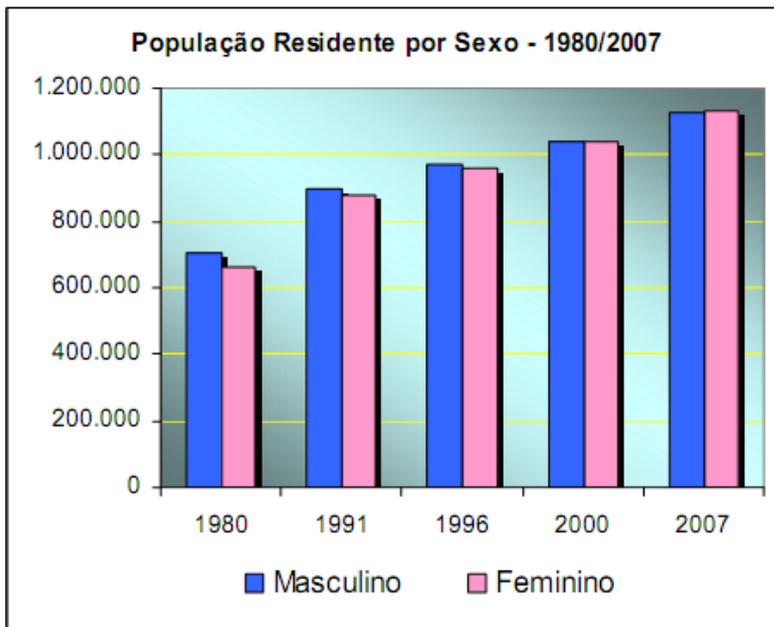


Figura 9 - População residente no MS por sexo - MS - 1980 a 2007
Fonte: SEMAC (2010a)

Verifica-se ainda o predomínio da população na zona urbana. Essa predominância é continuada no período histórico de 1980 a 2007.

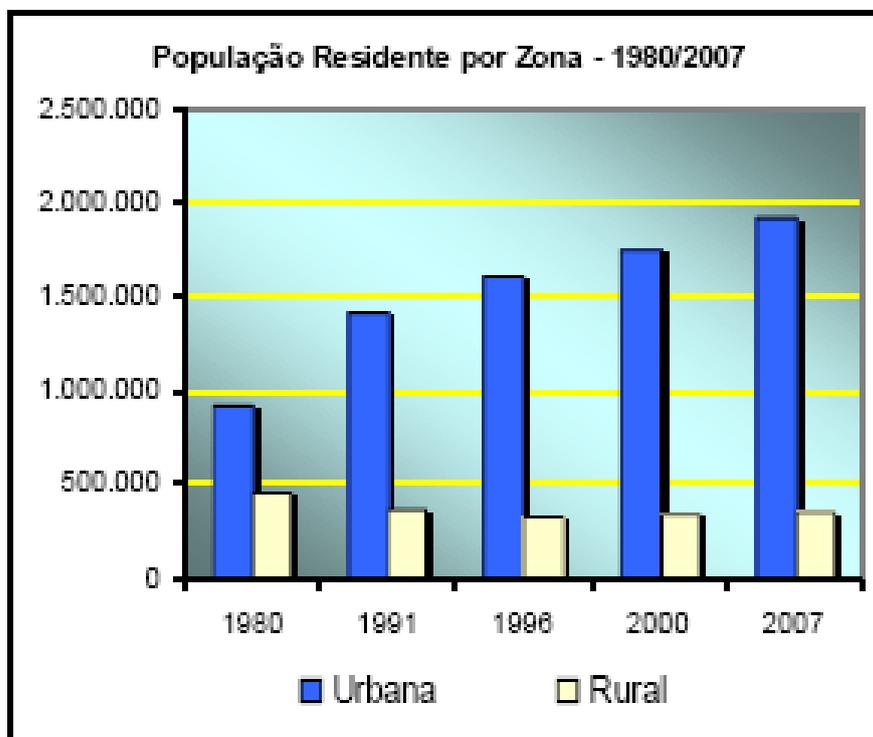


Figura 10 - População residente no MS por zona
Fonte: SEMAC (2010b)

No que se refere à faixa etária, o sexo masculino tem predomínio até 24 anos de idade e o sexo feminino a partir de 25 anos até 80 anos ou mais é maior que a população do sexo masculino.

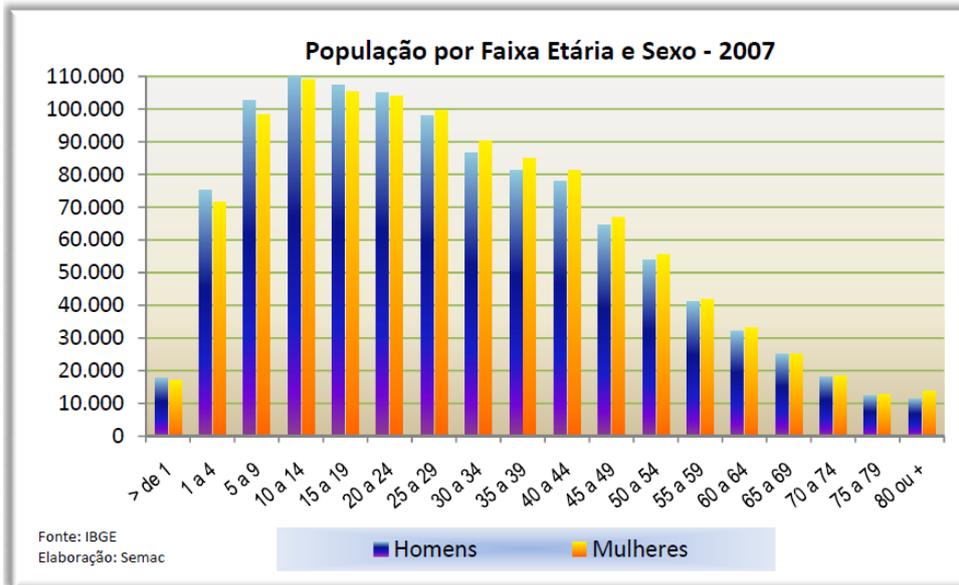


Figura 11 - População residente no MS por faixa etária e sexo
Fonte: SEMAC (2010b)

Neste capítulo, descrevemos a história, os aspectos socioeconômicos, crescimento populacional e migração da população do estado de Mato Grosso do Sul, visando situar a totalidade da região onde as Unidades Universitárias da UEMS estão instaladas, a fim de contextualizar a análise feita no capítulo a seguir, que relatará a evolução do PIB por municípios, no Estado e *per capita*, sobre a evolução dos empregos, escolaridade e salário médio, a fim de subsidiar o relato de nosso objeto central de investigação, que é a contribuição da UEMS para o desenvolvimento regional, na visão dos prefeitos municipais, secretários municipais de Educação e alunos egressos dos municípios onde as Unidades da UEMS estão em funcionamento desde sua instalação.

6 IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

6.1 EVOLUÇÃO DO PIB ESTADUAL E MUNICIPAL, PIB *PER CAPITA* E IDH NO ESTADO E MUNICÍPIOS: PARTICIPAÇÃO DOS SETORES NA ECONOMIA

“Aquele que come o fruto da árvore do conhecimento é sempre expulso de algum paraíso.”

William Ralph Inge

Diversos fatores sempre foram tratados como elementos-chave nos processos de desenvolvimento econômico, tais como educação e o conhecimento. Contudo, análises mais recentes têm mostrado que as capacidades para produzir e usar o conhecimento possuem, agora, um valor muito mais explicativo do que no passado, contribuindo, inclusive, para se explicar aumentos nos níveis de bem-estar econômico e das taxas de crescimento (MELO e HANSEN, 2007, p. 367).

Dessa forma, este item aborda três indicadores considerados de grande importância quando se analisa o desenvolvimento econômico de uma região, quais sejam, PIB municipal, PIB *per capita* e o IDH dos municípios selecionados para fazer parte dessa pesquisa.

Analisados os dados do IBGE, constata-se uma participação de destaque para os setores econômicos de serviços no estado de MS no período compreendido entre 2000 – 2007.

De acordo com a SEMAC/MS (2010c), avaliando-se o comportamento dos setores de atividades na composição do PIB/MS no período 2002 a 2007, observa-se que o Setor Primário vem perdendo participação relativa a partir de 2004, com pequena recuperação em 2007, refletindo as dificuldades da atividade agrícola, com perda de safra ocasionada, principalmente, por ocorrências de secas e redução de preços.

Por outro lado, o Setor Secundário passa por oscilações menores, principalmente pela dinâmica desse setor, que no período cresceu a uma taxa média anual de 5,47% contra 3,96% da Agropecuária.

A dimensão do Setor Terciário na composição da riqueza estadual reflete o comportamento dos setores econômicos, notadamente a Indústria, que vem ampliando o nível de terceirização de etapas de produção e dos serviços auxiliares, aumentando a agregação de valores no terceiro setor da Economia, elevando o seu peso de 60,9% em 2002, para 67,5% em 2007.

A redução de participação do Setor Secundário se explica principalmente pela reversão das dificuldades na Agricultura, que vem se recuperando das pesadas perdas ocorridas nos anos anteriores e pela expansão da atividade canavieira, como pode ser observado na figura 12:

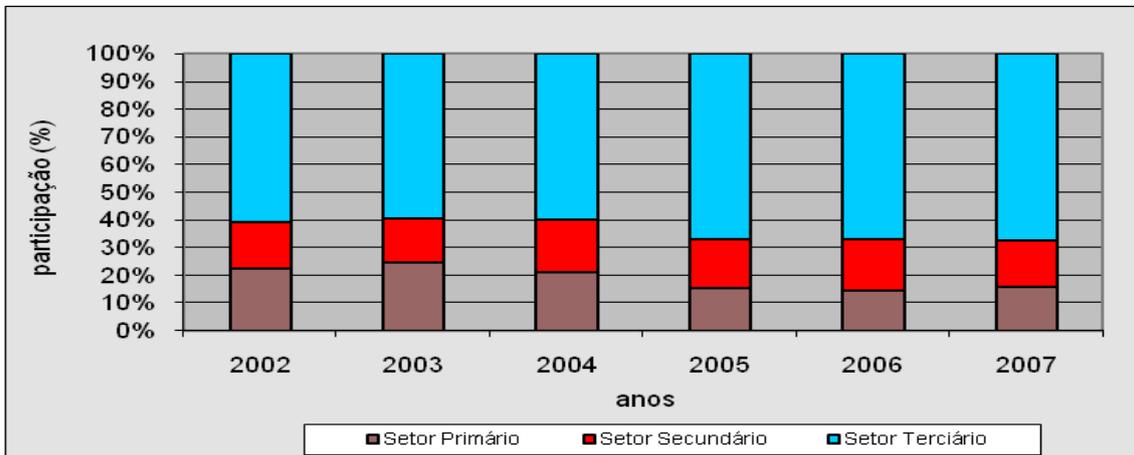


Figura 12 - Participação dos setores econômicos na composição do PIB/MS – 2002 a 2007
Fonte: SEMAC / MS (2008)

No Brasil, a situação não difere da apresentada no estado de Mato Grosso do Sul. Churchill Jr. e Peter salientam a importância do Setor de Serviços na economia brasileira e destacam que o Setor de Serviços no Brasil, em 1998, já respondia por uma porcentagem maior do Produto Interno Bruto do que os bens tangíveis e por mais da metade dos empregos não-rurais, o que quer dizer que “mais da metade da produção e dos empregos brasileiros provém de serviços” (CHURCHILL JR. e PETER, 2000, p.290).

De acordo com os autores acima mencionados, o Setor de Serviços cresceu por duas razões. Primeiro, a demanda dos consumidores e compradores organizacionais aumentou e, em segundo, as novas tecnologias tornaram os serviços mais acessíveis.

6.1.2 PIB, PIB *Per capita* por município e do Estado de Mato Grosso do Sul e População - evolução no período 1996 a 2007

Neste item, é feita a análise da evolução do PIB, PIB *Per capita* e população do Estado e dos Municípios em estudo, bem como a participação destes na economia estadual.

Tabela 28 - PIB *per capita*, PIB e População Municipal – 1996 e 2007

Município	PIB <i>per capita</i> em R\$ de 2000		PIB em mil R\$ de 2000		População	
	1996	2007	1996	2007	1996	2007
Amambai	4.325,04	5.226,43	120.820,06	174.698,65	27.935	33.426
Aquidauana	3.380,61	4.810,08	136.556,16	216.068,72	40.394	44.920
Campo Grande	6.566,18	7.065,26	3.940.159,60	5.118.950,88	600.069	724.524
Cassilândia	3.900,34	6.214,18	76.329,58	129.975,85	19.570	20.916
Coxim	3.615,40	5.661,51	104.441,79	180.126,55	28.888	31.816
Dourados	4.795,59	7.441,35	734.641,48	1.353.350,82	153.191	181.869
Glória de Dourados	2.723,36	4.441,52	28.883,98	42.834,04	10.606	9.644
Ivinhema	3.558,11	4.549,18	77.538,36	93.562,99	21.792	20.567
Jardim	2.783,70	4.299,04	57.260,69	100.344,01	20.570	23.341
Maracaju	7.098,85	12.201,21	174.780,79	377.163,95	24.621	30.912
Mundo Novo	2.393,16	5.019,95	39.355,50	80.158,49	16.445	15.968
Naviraí	5.702,66	7.021,70	197.711,37	304.678,59	34.670	43.391
Nova Andradina	5.175,44	7.546,05	177.082,78	328.215,63	34.216	43.495
Paranaíba	4.334,94	5.874,91	162.967,91	228.939,45	37.594	38.969
Ponta Porã	3.901,90	4.978,89	228.280,58	359.511,03	58.505	72.207
Mato Grosso do Sul	5.575,66	7.114,78	10.748.953,66	16.093.593,66	1.927.834	2.261.994

Fonte: MATO GROSSO DO SUL (2009, p. 79).

Com base no método *shift-share*, a Tabela 28 demonstra que constatou-se uma taxa de crescimento de 28% para o Estado no período de 1996 a 2007 e para os municípios em análise, de 23% no PIB *per capita*; de 50% e 45% no PIB; e 17% e 18% na população.

A proximidade nas taxas de crescimento demonstra que os municípios selecionados são representativos no Estado. Destaca-se na análise por municípios que Mundo Novo apresentou maior crescimento no PIB *per capita*, com uma taxa de 110% (o PIB cresceu 104% e a população decresceu 3%). Por outro lado, a Capital do Estado, Campo Grande, apresentou menor crescimento, com taxa de 8%. Com relação ao PIB, Maracaju apresentou a maior taxa de crescimento - de 116%, e a menor foi apresentada pelo Município de Ivinhema com 21%. Com relação à população de Nova Andradina, apresentou a maior taxa de crescimento com 27% e Glória de Dourados com um decréscimo de 9%.

Na variação diferencial do PIB *per capita*, os municípios de Amambai, Campo Grande, Naviraí e Ponta Porã tiveram taxa de crescimento inferior à do Estado; quanto ao

PIB, apresentaram variação diferencial negativa em relação ao Estado os municípios de Amambai, Campo Grande, Glória de Dourados, Ivinhema e Paranaíba; com relação à variação diferencial da população apresentaram taxa menor de crescimento que a do Estado os Municípios de Aquidauana, Cassilândia, Coxim, Glória de Dourados, Ivinhema, Jardim, Mundo Novo e Paranaíba.

Com relação à Variação Estrutural, todos os municípios apresentaram variação positiva para o PIB *per capita* e PIB negativo para a população. Todos os municípios apresentaram dinamismo com relação ao PIB *per capita* e PIB no período em análise.

Considerando que, para mensurar o avanço de uma região, não se deve considerar apenas a dimensão econômica, o item a seguir fará uma análise do Índice de Desenvolvimento Humano do Estado e dos municípios em análise.

6.1.3 IDH Estadual e Municipal

O Programa das Nações Unidas (PNUD) tem publicado o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH desde 1990, no seu Relatório de Desenvolvimento Humano. No IDH estão equacionados três subíndices direcionados às análises educacionais, renda e de longevidade de uma população. A elaboração do IDH tem como objetivo oferecer um contraponto a outro indicador, o Produto Interno Bruto (PIB), e parte do pressuposto que, para dimensionar o avanço, não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.

Considerando o objeto dessa pesquisa, que é verificar a contribuição de uma instituição de Ensino Superior nos municípios onde está localizada, buscar-se-á um estudo do IDH municipal das referidas localidades.

O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2003 do PNUD relata que, no item Educação, o Brasil deu grandes passos no que diz respeito à educação dos jovens. Ressalta que “no entanto, apesar dos avanços, muito ainda resta a ser feito. Além disso, as desigualdades ainda são imensas: enquanto alguns municípios exibem indicadores de primeiro mundo, em algumas regiões o país ainda acumula atrasos históricos” (PNUD, 2003, p.01).

Quando se volta o olhar para o estado de Mato Grosso do Sul, verifica-se que o IDHM – Educação apresenta crescimento no período de 1991 a 2000 em todos os quinze municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, onde há Unidades Universitárias da UEMS instaladas, conforme pode ser constatado na figura 13 a seguir:

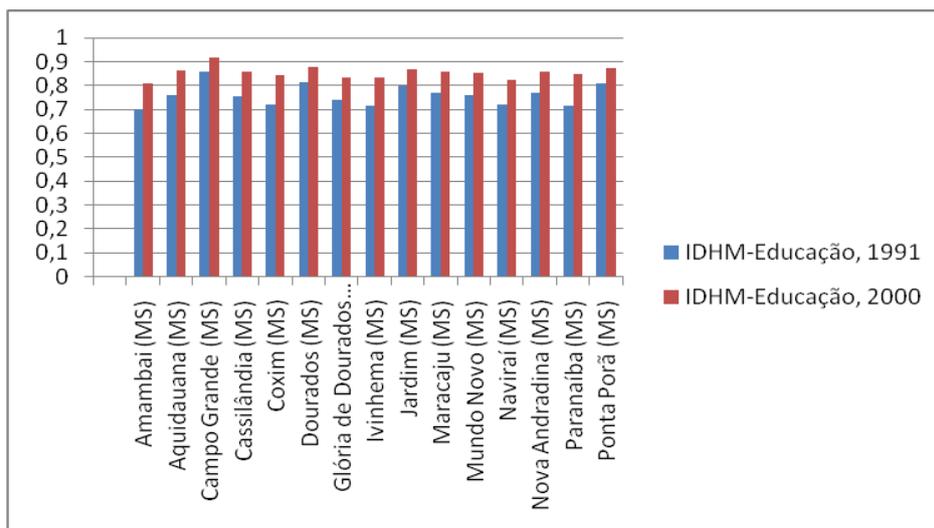


Figura 13 - IDHM - Educação – Municípios onde a UEMS está instalada - 1991 e 2000
Fonte: PNUD (2003)

Observa-se que esse crescimento está refletido no IDHM Municipal das localidades do Mato Grosso do Sul onde a UEMS está presente e que todas, sem exceção, apresentam crescimento no período de 1991 a 2000, como se pode constatar na tabela 29:

Tabela 29 – IDHM municipal – localidades UEMS no Estado – 1991 e 2000

Município	IDHM – 1991	IDHM – 2000
Amambai	0,693	0,759
Aquidauana	0,696	0,757
Campo Grande	0,77	0,814
Cassilândia	0,716	0,775
Coxim	0,682	0,78
Dourados	0,734	0,788
Glória de Dourados	0,665	0,745
Ivinhema	0,655	0,738
Jardim	0,708	0,773
Maracaju	0,719	0,781
Mundo Novo	0,703	0,761
Naviraí	0,696	0,751
Nova Andradina	0,703	0,786
Paranaíba	0,7	0,772
Ponta Porã	0,747	0,78

Fonte: PNUD (2003)

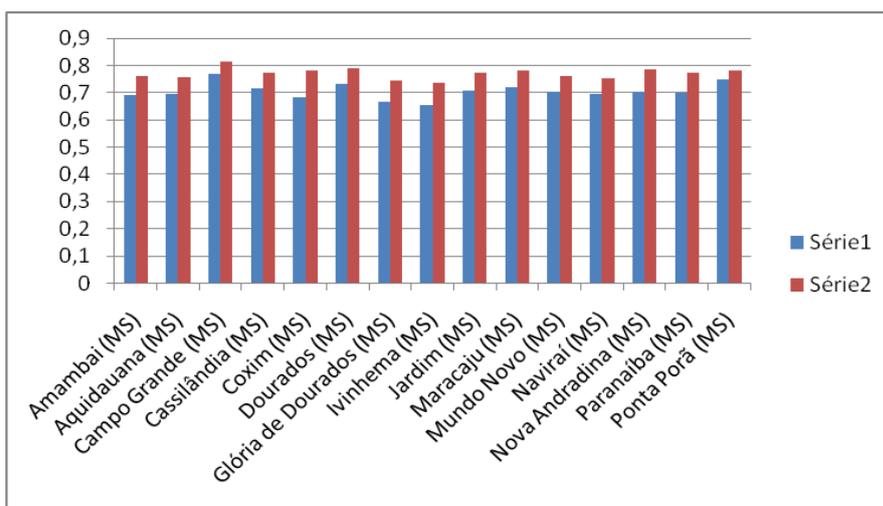


Figura 14 - Representação Gráfica do IDHM municipal – localidades UEMS no Estado
Fonte: PNUD (2003)

Esse crescimento também pode ser verificado no IDH municipal do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme Figura 15:

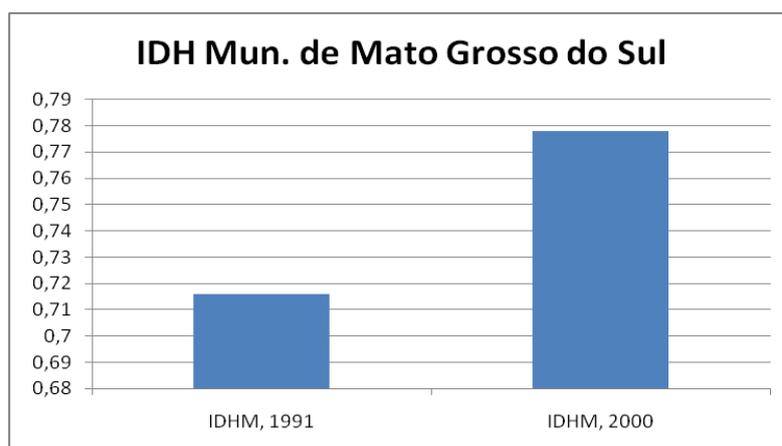


Figura 15 - IDH Municipal do Estado de MS – 1991 e 2000
Fonte: PNUD (2003)

O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM¹ é elaborado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, que tem a função de acompanhar a evolução dos municípios brasileiros, atuando como fórum de debates e de gestão da informação para o

¹ O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é um estudo anual do Sistema FIRJAN que acompanha o desenvolvimento de todos os 5.564 municípios brasileiros em três áreas: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Ele é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde. De leitura simples, o índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade. Além disso, sua metodologia possibilita determinar, com precisão, se o resultado obtido é apenas reflexo da queda dos demais municípios. (Disponível em <http://www.firjan.org.br/IFDM>. Acesso em 12 dez 2011)

crescimento econômico e social do estado e que, para a realização das suas pesquisas, leva em consideração as três principais áreas de desenvolvimento humano, a saber: Índice Firjan de Emprego e Renda - IFDRenda, Índice Firjan Educação - IFDE e o Índice Firjan de Saúde - IFDS.

O item a seguir aborda a evolução dessas variáveis com o intuito de levantar qual desses itens teve maior participação positiva no desenvolvimento dos municípios em estudo.

Tabela 30 - Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal no Estado MS - 2000 e 2007

Municípios	IFDM		Emprego e Renda		Educação		Saúde	
	2000	2007	2000	2007	2000	2007	2000	2007
Amambai	0,555	0,588	0,420	0,362	0,591	0,718	0,654	0,684
Aquidauana	0,552	0,622	0,323	0,380	0,542	0,677	0,790	0,808
Campo Grande	0,724	0,835	0,594	0,836	0,668	0,772	0,911	0,897
Cassilândia	0,648	0,686	0,391	0,368	0,704	0,822	0,850	0,867
Coxim	0,611	0,622	0,502	0,378	0,546	0,675	0,786	0,813
Dourados	0,611	0,723	0,444	0,620	0,666	0,716	0,722	0,833
Glória de Dourados	0,547	0,627	0,312	0,353	0,657	0,717	0,673	0,812
Ivinhema	0,580	0,652	0,448	0,434	0,678	0,744	0,614	0,777
Jardim	0,584	0,644	0,449	0,376	0,627	0,686	0,675	0,869
Maracaju	0,579	0,651	0,415	0,369	0,633	0,727	0,688	0,857
Mundo Novo	0,513	0,631	0,339	0,440	0,592	0,675	0,606	0,777
Naviraí	0,570	0,753	0,358	0,640	0,653	0,747	0,698	0,871
Nova Andradina	0,639	0,702	0,510	0,549	0,630	0,711	0,776	0,847
Paranaíba	0,578	0,640	0,406	0,319	0,653	0,785	0,675	0,815
Ponta Porã	0,524	0,628	0,365	0,462	0,560	0,697	0,648	0,724
Total Estado MS	0,61	0,699	0,45	0,543	0,62	0,727	0,77	0,826

Fonte: Sistema FIRJAN (2010)

O índice Firjan de Desenvolvimento do Estado apresentou na tabela 30 uma variação positiva de 14% no período de 2000 a 2007, sendo que ocorreu um acréscimo de 22% no Emprego e Renda; um acréscimo de 18% na Educação e 7% na saúde. Constatando-se que a evolução do desenvolvimento municipal no Estado de Mato Grosso do Sul se deveu à melhoria no Emprego e Renda, na Educação e na Saúde. Analisada a taxa de crescimento dos municípios selecionados, o IFDM variou positivamente para todos neste período, porém ao analisar os componentes dos índices, alguns tiveram variação negativa no emprego e renda e outros na saúde e todos tiveram variação positiva na educação. Destaca-se o município de Amambai com taxa de crescimento de 6% no IFDM, decréscimo de 145% no Emprego e Renda, acréscimos de 21% na Educação e 5% na Saúde.

Por conseguinte, o município de Campo Grande apresentou um crescimento de 15% no IFDM, sendo que 41% no Emprego e Renda, 16% na Educação e decréscimo de 1,5% na Saúde. Cassilândia apresentou uma variação positiva de 6% no IFDM, sendo que decresceu 6% no Emprego e Renda, evoluiu 17% na Educação, e 2% na Saúde; Coxim evoluiu 2% no IFDM, sendo que decresceu 25% no Emprego & Renda, acresceu 24% na Educação e 3% na Saúde; Ivinhema apresentou a taxa de crescimento de 12% no IFDM, decresceu 3% no Emprego e Renda, evoluiu 10% na educação e 27% na Saúde. Jardim evoluiu 10% no IFDM, apresentando decréscimo de 18% no Emprego e Renda, acréscimo de 9% na Educação e 28% na Saúde. Maracaju apresentou taxa de crescimento de 12% no IFDM, decréscimo de 11% no Emprego e Renda, acréscimo de 15% na Educação e 25% na saúde. Paranaíba apresentou taxa de crescimento de 11% no IFDM, sendo que decresceu 22% no Emprego e Renda, acresceu 20% na Educação e 21% na Saúde. Constata-se que os Municípios que apresentaram decréscimo no Emprego e Renda, garantiram variação positiva no índice de desenvolvimento municipal pelos acréscimos na Educação e Saúde.

Com relação à variação diferencial do IFDM apresentaram evolução menor que a do Estado os Municípios de: Amambai, Aquidauana, Cassilândia, Coxim, Ivinhema, Jardim, Maracaju, Nova Andradina e Paranaíba. Com relação ao Emprego e Renda: Amambai, Aquidauana, Cassilândia, Coxim, Glória de Dourados, Ivinhema, Jardim, Maracaju, Nova Andradina e Paranaíba. Com relação à Educação: Campo Grande, Cassilândia, Dourados, Glória de Dourados, Ivinhema, Jardim, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí e Nova Andradina. Com relação à Saúde: Amambai, Aquidauana, Campo Grande, Cassilândia e Coxim. O desenvolvimento destes municípios foi abaixo da taxa de crescimento do Estado.

Para alcançar patamares maiores no índice de IDH dos municípios, é preciso que isto seja refletido a partir de ações governamentais com investimentos em Educação, saúde e qualidade de vida. Dessa forma, levando-se em consideração o objetivo maior dessa pesquisa, que é o de verificar a contribuição do ensino ofertado pela UEMS nos municípios onde se encontra instalada, busca-se analisar a evolução da escolaridade nesses municípios para o período estudado.

De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD Brasil 2003), enquanto pouco mais de 4% dos brasileiros de 18 a 24 anos de idade estavam matriculados no curso superior em 1991, a percentagem subiu para mais de 7% em 2000, ou seja, quase dobrou nesse período. O Atlas destaca também que, ao contrário do Ensino Básico, o Ensino Superior não é da responsabilidade dos municípios e, por isso, seu equacionamento é mais complexo, dependendo das esferas estadual e federal.

Analisando-se o índice de analfabetismo no estado de MS, verifica-se que houve redução no período compreendido entre 1991 e 2000, como consta na tabela 31.

Tabela 31 - Índice de analfabetismo - Mato Grosso do Sul –1991 e 2000

Idade	1991	2000
7 a 14 anos	16,491	6,198
10 a 14 anos	7,481	1,893
15 a 17 anos	5,652	1,777
Acima de 15 anos	16,833	10,788
18 a 24 anos	7,511	3,023
Acima de 25 anos	20,438	14,046

Fonte: PNUD Brasil (2003)

No que tange ao Ensino Superior, observa-se que o Estado de Mato Grosso do Sul tem conseguido chegar aos municípios graças à estratégia de Unidades Universitárias ou *Campus*, proporcionado pelas Instituições públicas: UEMS e UFMS. Nesse caso, tem possibilitado que o Ensino Superior chegue até os municípios com reduzido número de população. Ressalta-se que existe no Estado apenas três IES públicas, no entanto duas dentre elas têm Unidades distribuídas por vários municípios considerados de pequeno número de habitantes, conforme pode ser verificado pelo número de sua população, levantado no último censo do IBGE e apresentado na tabela 32:

Tabela 32 - População municípios com Universidades/*Campi*-IES Públicas-2000

Município	População Censo 2000
Amambai	29.484
Aquidauana	43.440
Bonito	16.956
Chapadão do Sul	11.658
Campo Grande (sede UFMS)	663.621
Cassilândia	20.087
Coxim	30.866
Corumbá	95.701
Dourados (sede UEMS)	164.949
Glória de Dourados	10.035
Ivinhema	21.643
Jardim	22.542
Maracaju	26.219
Mundo Novo	15.669
Naviraí	36.662
Nova Andradina	35.381
Paranaíba	38.406
Ponta Porã	60.916
Três Lagoas	79.059

Fonte: IBGE (2011)

A população interiorana sul-mato-grossense é atendida por considerável número de IES, onde se verifica que 80% destas situavam-se no interior do Estado em 2007.

Tabela 33 - Número de IES por localização – MS – 2007

MS	Total	Capital	Interior
Total	40	8	32
Pública	3	1	2
Privada	37	7	30

Fonte: INEP/ MEC (2006)

Vale ressaltar que, devido às características do Estado, por ser composto por pequenos municípios, porém com grande distância geográfica, diversos outros municípios e estados são atendidos indiretamente, ou seja, as pessoas acabam frequentando os cursos oferecidos por estas IES. Diversos municípios também estão sendo contemplados com Ensino Superior na modalidade a distância, no entanto esta modalidade não será tratada aqui, uma vez que não é objeto de pesquisa neste trabalho.

Infere-se, portanto, que as ações governamentais têm proporcionado que as IES instaladas nesses municípios têm contribuído para o aumento do índice de IDH nos municípios estudados.

Considerando que o IDH tem como um de seus objetivos a melhoria da qualidade de vida das pessoas e que o trabalho formal é uma variável de significativa importância para o desenvolvimento social e econômico, o item a seguir busca analisar a evolução dos empregos formais no estado de Mato Grosso do Sul.

6.2 EMPREGO FORMAL MUNICIPAL POR SETORES – 1996 e 2007

O crescimento do emprego formal é um dos grandes propulsores do processo de desenvolvimento de uma região. Nesse sentido, o presente item trata da escolaridade e número de pessoas no emprego formal por setor com base nos dados da RAIS. O Setor de Serviços destaca-se, em primeiro lugar, dentre o número de empregos formais, em 1996 e em 2007, nos municípios selecionados que fazem parte da presente pesquisa. Em 1996, os quinze municípios estudados tiveram grande representatividade nos empregos no estado, respondendo por 73% do total de 78 municípios (ver tabela 35).

Tabela 35 - Número de empregos formais em 31/12/1996 –Por municípios e setores

MUNICÍPIOS/SETORES	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	AGROPECUÁRIA	TOTAL
Amambai	693	1.068	667	2.248
Aquidauana	210	1.809	787	2.806
Campo Grande	17.624	118.147	3.462	139.233
Cassilândia	217	902	362	1.481
Coxim	357	1.458	451	2.266
Dourados	3.038	13.597	1.539	18.174
Glória de Dourados	53	342	61	456
Ivinhema	170	660	497	1.327
Jardim	31	793	141	965
Maracaju	518	1.243	835	2.596
Mundo Novo	204	681	69	954
Naviraí	1.508	1.628	867	4.003
Nova Andradina	847	1.575	1.126	3.548
Paranaíba	511	1.925	791	3.227
Ponta Porã	622	3.412	1.355	5.389
Total	26.603	149.240	13.010	188.853
Total MS	37.937	182.290	35.998	256.225

Fonte: BRASIL/MTE/RAIS (2008)

Em 2007, os municípios estudados continuaram com grande participação no número de empregos no estado, respondendo por 67% do total de empregos ofertados.

Tabela 36 - Número de empregos formais em 31/12/2007 – por municípios e setores

DADOS 2007	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	AGROPECUÁRIA	TOTAL
Amambai	827	2859	1015	4701
Aquidauana	415	2952	1167	4534
Campo Grande	30941	180407	4510	215858
Cassilândia	520	1939	566	3025
Coxim	344	2865	826	4035
Dourados	7753	27016	1796	36565
Glória de Dourados	76	623	97	796
Ivinhema	397	1534	493	2424
Jardim	238	1888	307	2433
Maracaju	1815	3269	1531	6615
Mundo Novo	660	1194	88	1942
Naviraí	3817	4252	3835	11904
Nova Andradina	2783	4949	1352	9084
Paranaíba	1309	3697	1227	6233
Ponta Porã	907	5885	1115	7907
Total	52802	245329	19925	318056
Total MS	90888	322849	58433	472170

Fonte: BRASIL/MTE/RAIS (2008)

Verifica-se que o crescimento do emprego total no MS foi de 84% de 1996 a 2007; no Setor Industrial =140%, Serviços = 77% e Agropecuária= 62%, como pode ser observado na tabela 36.

Os municípios em análise, de acordo com o método supracitado, tiveram um crescimento no emprego formal de 68% no período de 1996 a 2007; no Setor Industrial este crescimento foi de 99%; no Serviço de 64% e na Agropecuária 53%.

Constata-se, deste modo, que tanto no Estado quanto nos municípios em análise, o Setor Industrial apresentou maior taxa de crescimento e o Setor Agropecuário menor taxa de crescimento no emprego. Já o Setor de Serviços apresentou maior participação no total de empregos, porém não apresentou a maior taxa de crescimento, permanecendo na média.

Os municípios que apresentaram variação positiva no Setor da Indústria foram: Dourados, Jardim, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina e Paranaíba. No Setor de Serviços foram: Amambai, Cassilândia, Coxim, Dourados, Glória de Dourados, Ivinhema, Jardim, Maracaju, Naviraí e Nova Andradina. No Setor Agropecuário: Coxim, Jardim, Maracaju, Naviraí. Pode-se constatar, quanto ao ritmo de crescimento do emprego nos municípios em análise, que a maioria apresentou vantagem locacional para o Setor de Serviços, ficando em segundo lugar o Setor Industrial e por último, a Agropecuária. Tal fato se justifica ao analisar as principais atividades econômicas de cada município, onde o Setor de Comércio se destaca em vários municípios em estudo, conforme o quadro 01:

Quadro 01 - Atividade econômica principal – Municípios

Município	Principal atividade econômica
Amambai	Comércio e Pecuária
Aquidauna	Comércio
Cassilândia	Pecuária
Campo Grande	Serviços e Comércio
Coxim	Comércio e Pecuária
Dourados	Comércio e Agricultura
Glória de Dourados	Comércio
Ivinhema	Comércio e Pecuária
Jardim	Comércio
Maracaju	Agricultura e Comércio
Mundo Novo	Comércio, Agricultura e Pecuária
Naviraí	Agricultura, Pecuária e Comércio
Nova Andradina	Pecuária
Paranaíba	Pecuária e Comércio
Ponta Porã	Comércio

Fonte: SEMAC/MS (2010a)

Embora o Estado se destaque na produção agropecuária, não se constatou que o emprego seja gerado por este setor, em decorrência do desenvolvimento tecnológico, sua mecanização e o grau de urbanização dos municípios do MS.

Todos os municípios em análise apresentaram especialização no Setor Industrial, tanto que o setor mais dinâmico neste período foi a indústria, que apresentou aumento de 1.787 para 1.832 de 1996 para 2007 (SEMAC/MS, 2009).

6.3 TRABALHO FORMAL: EVOLUÇÃO DOS EMPREGOS COM CARTEIRA ASSINADA

O desenvolvimento de uma cidade ou região perpassa por fatores diversos. Dentre estes fatores, insere-se o emprego formal, item este que se destaca na presente pesquisa, uma vez que uma das variáveis a ser estudada para a análise dos dados é a faixa de rendimento médio comparada com a escolaridade das pessoas, levando-se em consideração o período de 1996 até o ano de 2007. Ressalte-se que em 1996 a UEMS, embora já instalada nos municípios, ainda não havia graduado nenhuma turma, o que passou a ocorrer dois anos depois, em 1998, e 2007 é o ano em que a UEMS completou dez anos em que passou a lançar seus egressos no mercado de trabalho. Ressalta-se que na presente pesquisa não será levado em conta o trabalho informal, mas sim dados das pessoas estatutárias e regidos pela CLT, conforme dados da RAIS.

Para conhecer os dados do emprego formal no estado, faz-se necessário um olhar sobre a população quanto ao número de Pessoas em Idade Ativa (PIA), bem como da População Economicamente Ativa (PEA). Em 2007, a PIA representava 83,8% da população total do Estado e a PEA ultrapassou a metade da população total, conforme a tabela 34:

Tabela 34 - População em idade ativa e economicamente ativa – MS - 2006 e 2007

Especificação	2006	2007
População Total	2.303.888	2.337.503
População em Idade Ativa (PIA)	1.923.657	1.962.847
População Economicamente Ativa (PEA)	1.246.276	1.261.668

Fonte: IBGE (2010b)

6.3.1 Escolaridade e emprego formal - MS e municípios onde a UEMS está instalada

Este item aborda a escolaridade dos empregos formais no período compreendido entre 1996 a 2007 no Estado de MS e nos municípios onde a UEMS encontra-se instalada.

As tabelas 37 e 38 a seguir demonstram a escolaridade e o número de empregos formais por municípios nos anos de 1996 e 2007.

Tabela 37 - Número de Empregos Formais – 1996 – Municípios e MS

Dados 1996	Menos que Ensino Médio	Ensino Médio Completo	Superior Completo	TOTAL
Amambai	2.100	241	88	2.429
Aquidauana	2.204	412	181	2.797
Campo Grande	80.072	33.863	25286	139.221
Cassilândia	1.290	123	69	1.482
Coxim	1.733	401	132	2.266
Dourados	15.203	2.128	839	18.170
Glória de Dourados	335	96	26	457
Ivinhema	1.164	139	29	1.332
Jardim	682	253	37	972
Maracaju	2.251	237	107	2.595
Mundo Novo	802	129	25	956
Naviraí	3.378	460	165	4.003
Nova Andradina	2.946	465	88	3.499
Paranaíba	2.735	328	160	3.223
Ponta Porã	4.381	669	328	5.378
Total do MS	178.727	47.226	30040	255.993

Fonte: BRASIL/ MTE/ RAIS (2009)

Tabela 38 - Número de Empregos Formais – 2007 – Municípios e MS

Dados 2007	Menos que Ensino Médio	Ensino Médio Completo	Superior Completo	TOTAL
Amambai	2800	1.092	809	4701
Aquidauana	2843	1.146	545	4534
Campo Grande	79309	84.612	51.937	215858
Cassilândia	1708	843	474	3025
Coxim	2495	1.101	439	4035
Dourados	19844	11.888	4.833	36565
Glória de Dourados	441	205	150	796
Ivinhema	1626	522	276	2424
Jardim	1105	949	379	2433
Maracaju	4554	1.412	649	6615
Mundo Novo	1097	638	207	1942
Naviraí	8242	2.679	983	11904
Nova Andradina	4892	3.306	886	9084
Paranaíba	3740	1.777	716	6233
Ponta Porã	3980	2.758	1.169	7907
Total do MS	236776	157.365	78029	472170

Fonte: BRASIL/ MTE/ RAIS (2009)

Analisado o crescimento da escolaridade no emprego formal no período de 1996 e 2007, verifica-se que para as pessoas com menos que Ensino Médio, o percentual de crescimento foi menor que Ensino Médio completo e superior. Respectivamente, a taxa de crescimento foi de 32% (grau inferior ao Ensino Médio), 233% (Ensino Médio completo) e 160% (grau superior). Destaca-se que todos os municípios apresentaram taxa de crescimento maior que 100% com pessoas com Ensino Superior no mercado de trabalho.

Todos os municípios apresentaram variação positiva no Ensino Superior, exceto Campo Grande. Por meio da análise da variação diferencial, pode-se constatar que, quanto ao ritmo de crescimento do emprego nos municípios em análise, a maioria apresentou vantagem locacional para as pessoas com Ensino Superior. A variação diferencial negativa em todos os níveis de escolaridade em Campo Grande aponta para uma taxa de crescimento do emprego formal abaixo da média do Estado.

Os municípios em análise se destacaram na oferta de Ensino Médio completo e Superior, demonstrando que o nível de escolaridade mais dinâmico, neste período, foi o Ensino Médio, que também se destaca com maior número de pessoas empregadas. Outro destaque é que a variação estrutural para as pessoas com nível de escolaridade inferior ao Ensino Médio foi negativo para todos os municípios. Conclui-se, então, que a oferta de emprego é maior para as pessoas com Ensino Médio completo. Infere-se ainda que a especialização dos municípios para o Setor Industrial emprega mais pessoas com nível de conhecimento técnico, no período em estudo.

6.4 ESCOLARIDADE E FAIXA DE RENDIMENTO MÉDIO – 1996 A 2007

Mediante os dados levantados no item anterior, constatou-se que o emprego formal é maior para doze dos quinze municípios em estudo. Neste contexto, o presente item analisa se esse crescimento de emprego também se reflete na faixa de rendimento médio das pessoas com Ensino Superior completo.

Tabela 39 - Faixa de Rendimento Médio e escolaridade - Estado de MS – 1996 a 2007

Faixa/Ano	Menos que Ensino Médio		Ensino Médio Completo		Superior Completo	
	1996	2007	1996	2007	1996	2007
ATE 0,50	215	682	27	228	42	229
0,51 1,00	6139	10698	836	4366	235	1361
1,01 1,50	45452	110458	5086	57274	785	4854
1,51 2,00	36396	54959	7598	31468	1166	5413

2,01 3,00	42437	36210	8934	27182	3925	14394
3,01 4,00	19073	10427	5771	13276	3574	10833
4,01 5,00	8748	4041	3505	7417	2563	7963
5,01 7,00	8529	3222	4108	7451	4554	10335
7,01 10,00	4998	1504	4450	4605	4471	8846
10,01 15,00	3127	562	3295	1925	3059	5361
15,01 20,00	1011	78	1497	606	1729	3153
MAIS DE 20,0	1371	102	1864	401	3644	4647
TOTAL	177496	232943	46971	156199	29747	77389

Fonte: BRASIL/ MTE/ RAIS (2009)

Analisando-se a tabela 39, quanto ao total do emprego formal por faixa de rendimento médio e escolaridade no período de 1996 a 2007, verifica-se que houve aumento do número de pessoas com menos que Ensino Médio para a faixa de 0,50 a 2 salários e uma redução no número de pessoas, quando analisada a faixa de rendimento médio acima de 2 salários, demonstrando que cargos com menor remuneração estão sendo ocupados por pessoas com menor escolaridade.

Para as pessoas com Ensino Médio completo, observa-se redução no número de pessoas a partir de 10 salários mínimos. Ressalta-se que houve aumento no número de pessoas com Ensino Superior em todas as faixas de rendimento médio. Infere-se, portanto, que o mercado de trabalho está absorvendo cada vez mais pessoas com maior grau de escolaridade, seja qual for a faixa de salário oferecida.

Para realizar a análise por município, foi calculado o *shift-share* por grau de escolaridade: menos que Ensino Médio, Ensino Médio completo e Ensino Superior; por faixa salarial: 0,5–1,5; 1,51-3,00; 3,01-5,00; 5,01-10,00; 10,01-20,00; mais de 20,00 salários mínimos; nos períodos 1996 a 2007, como consta na tabela 40.

Tabela 40 - Faixa de rendimento médio dos municípios selecionados para as pessoas com grau de instrução menos que Ensino Médio – 1996 a 2007

Municípios/ Faixa/Ano	0,5 – 1,5		1,51 – 3,00		3,01 – 5,00		5,01-10,00		10,01-20,00		Mais de 20,00 salários	
	1996	2007	1996	2007	1996	2007	1996	2007	1996	2007	1996	2007
Amambai	639	1.449	1.213	1.099	189	80	53	21	4	2	1	-
Aquidauana	1.170	1.797	712	840	123	121	67	31	17	5	9	1
Campo Grande	17.607	36.009	33.726	30.013	15.622	6.558	8.571	3.057	3.071	312	1.134	90
Cassilândia	597	880	539	671	110	70	35	12	6	10	2	2
Coxim	742	1.310	735	940	166	141	60	25	24	3	1	1
Dourados	3.928	9.338	8.029	7.789	1.969	1.084	857	309	218	46	47	3
Glória de Dourados	214	270	105	136	7	13	4	-	1	-	1	-
Ivinhema	418	1.014	548	520	141	49	50	13	4	-	1	-
Jardim	310	731	312	335	37	17	13	-	9	2	1	-
Maracaju	875	2.418	862	1.453	261	368	164	108	27	13	42	3
Mundo Novo	389	629	317	335	61	76	17	12	2	1	2	-

Navirai	1.026	3.424	1.435	3.817	537	659	321	84	33	13	10	3
Nova Andradina	993	1.852	1.385	2.246	424	554	123	92	14	8	2	-
Paranaíba	1.315	2.074	1.126	1.349	200	149	78	35	13	1	0	-
Ponta Porã	1.311	2.249	2.150	1.223	571	234	216	62	52	8	9	1
TOTAL	31.534	65.444	53.194	52.766	20.418	10.173	10.629	3.861	3.495	424	1.262	104
MS	51.806	121.838	78.883	91.169	27.821	14.568	13.527	4.726	4.138	640	1.371	102

Fonte: BRASIL/ MTE/ RAIS (2009)

Foi observado um crescimento de 10% de empregados com menos que Ensino Médio nos municípios selecionados. No Estado, constatou-se uma taxa de crescimento por faixa salarial de 135% (pessoas com ganho de 0,5 a 1,5 salários mínimos); 16% (pessoas com ganho de 1,51 a 3,0 salários). Para as pessoas com ganho entre 3,0 a mais de 20 salários mínimos, constatou-se um decréscimo em todas as faixas de salários. O mesmo ritmo de crescimento foi observado em todos os municípios, sendo que em Amambai, Campo Grande, Dourados, Ivinhema e Ponta Porã as taxas decrescem a partir de 1,51 salários mínimos, demonstrando que pessoas com menos que Ensino Médio nestes municípios recebe até 1,5 salários mínimos. Por outro lado, municípios como Glória de Dourados, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí e Nova Andradina apresentaram taxas de crescimento positivo no número de empregados que recebem até 5 salários mínimos.

Na variação diferencial por faixa de salários: de 0,5 até 1,5 – os municípios de Dourados, Ivinhema, Jardim, Maracaju e Naviraí apresentaram taxa de crescimento superior à média do Estado; de 1,51 até 3,00 – Aquidauana, Cassilândia, Coxim, Glória de Dourados, Maracaju, Naviraí, Nova Andradina e Paranaíba tiveram variação positiva; de 3,01 até 5,00 os municípios de Aquidauana, Cassilândia, Coxim, Dourados, Glória de Dourados, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina e Paranaíba tiveram variação superior à média do Estado; de 5,01 até 10,00 os municípios de Cassilândia, Glória de Dourados, Ivinhema, Jardim, Naviraí e Ponta Porã apresentaram taxa de crescimento inferior à média do Estado; de 10,01 a 20,00 Campo Grande, Coxim e Glória de Dourados, Ivinhema, Paranaíba e Ponta Porã tiveram taxa de crescimento inferior à média do Estado; com mais de 20 salários, os municípios de Aquidauana, Campo Grande, Cassilândia, Coxim, Naviraí e Ponta Porã apresentaram taxa superior à média do Estado.

Destaca-se que a taxa de crescimento foi positiva até 3 salários para o Estado e que os municípios que apresentaram variação diferencial positiva a partir de 3 salários tiveram maior redução no número de empregados acima desta faixa salarial. Já os que tiveram variação diferencial negativa tiveram menor redução.

Com relação à variação estrutural, todos os municípios apresentaram variação positiva até 3 salários mínimos, demonstrando que as pessoas com escolaridade menos que Ensino Médio receberam de 0,5 até 3,0 salários mínimos nestes municípios, observando-se que nos municípios de Amambai, Campo Grande, Dourados, Ivinhema e Ponta Porã esses ganhos não ultrapassam 1,5 salários mínimos.

Tabela 41 - Faixa de rendimento médio dos municípios selecionados para as pessoas com grau de instrução Ensino Médio completo – 1996 a 2007

Municípios/ Faixa/Ano	0,5 – 1,5		1,51 – 3,00		3,01 – 5,00		5,01-10,00		10,01-20,00		Mais de 20,00 salários	
	1996	2007	1996	2007	1996	2007	1996	2007	1996	2007	1996	2007
Amambai	69	647	89	315	40	66	27	47	11	4	5	-
Aquidauana	101	585	176	382	45	95	46	47	21	22	13	2
Campo Grande	2.995	29.176	11.766	31.237	6.949	13.065	6.812	8.400	3.815	1.715	1.408	318
Cassilândia	39	553	36	218	21	40	15	21	6	5	6	1
Coxim	126	536	146	371	72	132	39	44	12	13	6	-
Dourados	238	5.419	784	4.608	461	1.068	330	544	215	110	98	6
Glória de Dourados	53	114	23	64	7	15	5	10	2	1	6	-
Ivinhema	52	312	41	159	15	25	13	19	12	4	6	-
Jardim	36	455	99	389	60	56	27	33	22	14	9	1
Maracaju	68	615	70	549	29	156	29	70	25	12	16	3
Mundo Novo	48	356	49	206	9	38	10	29	10	1	3	-
Navirai	150	1.193	157	1.046	70	306	52	86	20	34	11	7
Nova Andradina	207	1.659	122	1.151	58	325	30	113	29	34	19	9
Paranaíba	126	1.141	95	467	40	84	32	66	20	13	14	-
Ponta Porã	103	1.467	237	927	127	206	114	120	57	27	30	4
TOTAL	4.411	44.228	13.890	42.089	8.003	15.677	7.581	9.649	4.277	2.009	1.650	351
MS	5.949	61.868	16.532	58.650	9.276	20.693	8.558	12.056	4.792	2.531	1.864	401

Fonte: BRASIL/ MTE/ RAIS (2009)

No período em análise, estes municípios apresentaram uma taxa de crescimento no número de empregados com Ensino Médio Completo de 186%. A taxa de crescimento por faixa de salário no Estado foi de: 0,5 até 1,5 de 940%; de 1,51 até 3,00 de 255%; de 3,01 até 5,00 de 123%; de 5,01 até 10,00, de 41%; de 10,01 até 20,00, redução de 49%; mais de 20 salários, redução de 79%. Neste nível de escolaridade, o Estado apresentou crescimento de até 10 salários mínimos. Em relação aos municípios em análise, constata-se o mesmo comportamento da taxa de crescimento, com exceção de Aquidauana, Coxim, Naviraí e Nova Andradina, que apresentaram crescimento de até 20 salários neste nível de escolaridade.

Na variação diferencial por faixa salarial: de 0,5 até 1,5, os municípios de Cassilândia, Dourados, Jardim e Ponta Porã tiveram variação superior à média do Estado; de 1,51 até 3,00, os municípios de Cassilândia, Dourados, Ivinhema, Jardim, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba e Ponta Porã tiveram variação superior à média do

Estado; 3,01 a 5,00, os municípios de Dourados, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí e Nova Andradina apresentaram taxa de crescimento superior à média do Estado; de 5,01 a 10,00 os municípios de Amambai, Dourados, Glória, Ivinhema, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina e Paranaíba, apresentaram taxa de crescimento superior à média do Estado; de 10,01 até 20,00 os municípios de Aquidauana, Cassilândia, Coxim, Jardim, Naviraí, Nova Andradina e Paranaíba tiveram taxa de crescimento superior à média do Estado; acima de 20 salários os municípios de Campo Grande, Naviraí e Nova Andradina tiveram taxa de crescimento superior à média do Estado. Como o Estado obteve neste período taxa de crescimento positiva até a faixa de 10 salários mínimos, os municípios que apresentaram taxa superior à média do Estado a partir de 10,01 tiveram maior redução no número de empregados nestas faixas salariais do que o Estado. As pessoas com escolaridade de Ensino Médio completo atingem a faixa de salários até 10.

Na variação estrutural, todos os municípios apresentaram variação positiva até 3 salários mínimos, demonstrando que as pessoas com Ensino Médio completo tenderam a receber nestes municípios até três salários, como demonstra a tabela 41.

Tabela 42 - Faixa de Rendimento Médio dos Municípios Seleccionados para as pessoas com grau de instrução Ensino Superior completo – 1996 a 2007

Municípios/ Faixa/Ano	0,5 – 1,5		1,51 – 3,00		3,01 – 5,00		5,01-10,00		10,01-20,00		Mais de 20,00 salários	
	1996	2007	1996	2007	1996	2007	1996	2007	1996	2007	1996	2007
Amambai	2	151	14	369	35	155	31	116	3	13	3	2
Aquidauana	28	62	17	204	78	176	37	78	15	14	4	1
Campo Grande	541	3.218	4.063	10.837	5.075	12.688	8.048	14.128	4.248	6.614	3.107	4.037
Cassilândia	17	128	20	192	17	83	9	52	4	15	2	3
Coxim	4	78	41	154	23	81	52	90	8	34	4	2
Dourados	80	454	137	1.358	147	1.156	181	1.109	128	573	162	160
Glória de Dourados	8	30	8	55	3	36	2	24	2	4	3	1
Ivinhema	5	68	9	112	2	51	3	37	3	6	7	2
Jardim	7	43	16	161	4	112	5	42	1	18	4	2
Maracaju	11	204	36	166	18	118	20	90	17	47	5	18
Mundo Novo	14	29	4	34	3	77	1	54	3	7	-	6
Naviraí	25	104	51	361	25	243	28	148	20	71	16	49
Nova Andradina	9	103	29	332	23	187	13	175	7	66	7	11
Paranaíba	17	109	37	324	47	127	34	104	19	35	6	17
Ponta Porã	26	258	96	400	82	230	66	203	39	57	19	16
TOTAL	794	5.039	4.578	15.059	5.582	15.520	8.530	16.450	4.517	7.574	3.349	4.327
MS	1.062	6.444	5.091	19.807	6.137	18.796	9.025	19.181	4.788	8.514	3.644	4.647

Fonte: BRASIL/ MTE/ RAIS (2009)

Neste período, houve um crescimento de 134% de empregados com nível de escolaridade superior completo nos municípios em análise. Por faixa salarial, o Estado apresentou as seguintes taxas de crescimento: de 0,5 até 1,5, de 507%; de 1,51 até 3,0, de

289%; de 3,01 até 5,00, de 206%; de 5,01 até 10,00, de 113%; de 10,01 até 20,00, de 77%; com mais de 20, houve uma taxa de 28% de crescimento no número de empregados. Até 10 salários mínimos, todos os municípios apresentaram taxa de crescimento positiva; acima de 10,01 até 20, o município de Aquidauana reduziu 7%; com mais de 20 salários.

Na variação diferencial por faixa de salário, constata-se: de 0,5 até 1,5, variação superior à média do Estado para os municípios de Amambai, Cassilândia, Coxim, Ivinhema, Jardim, Maracaju, Nova Andradina, Paranaíba e Ponta Porã; de 1,51 até 3,00 salários, a maioria apresentou variação superior à média estadual, com exceção de Campo Grande e Coxim; de 3,01 a 5,00, a maioria apresentou variação superior à estadual, com exceção de Aquidauana, Campo Grande, Paranaíba e Ponta Porã; de 5,01 até 10,00 apresentaram variação inferior ao Estado os municípios de Aquidauana, Campo Grande e Coxim; de 10,01 a 20 salários apresentaram taxa inferior de crescimento do Estado os municípios de Aquidauana, Campo Grande e Ponta Porã; com mais de 20 salários, apresentaram taxa inferior de crescimento à do Estado os municípios de Amambai, Aquidauana, Coxim, Dourados, Glória de Dourados, Ivinhema, Jardim e Ponta Porã.

Na variação estrutural, os municípios selecionados apresentaram variação positiva até 5 salários mínimos, demonstrando que pessoas com nível de escolaridade superior completo se concentram até esta faixa salarial.

Os dados aqui relatados estão sintetizados nas figuras 16 e 17 a seguir:

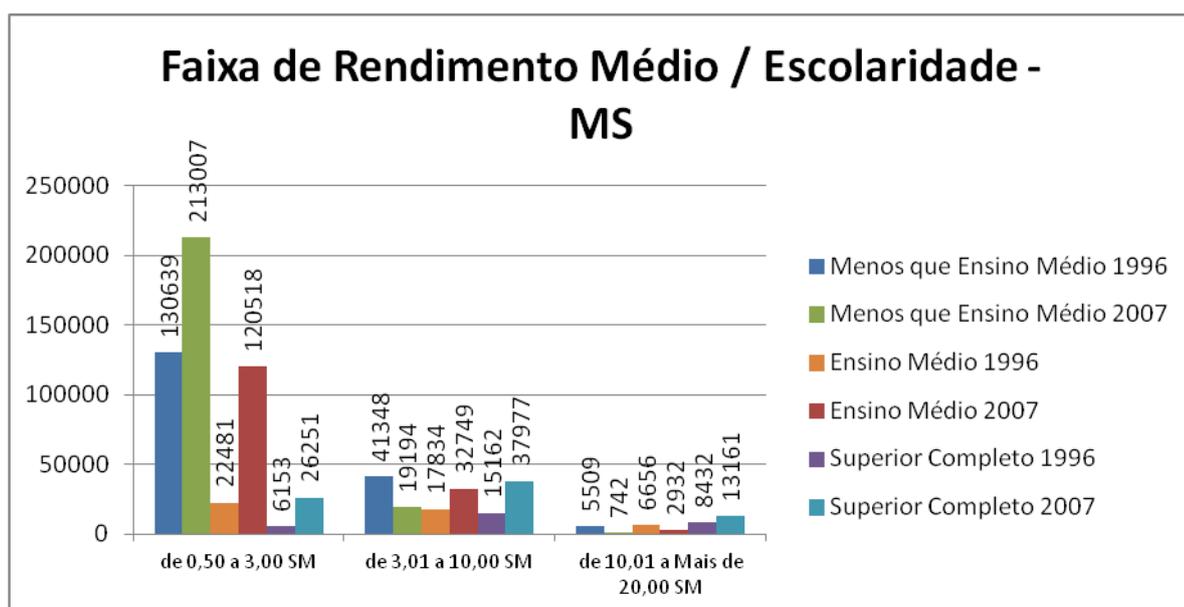


Figura 16 – Faixa de rendimento médio / escolaridade – Estado de Mato Grosso do Sul
Fonte: BRASIL/ MTE/ RAIS (2009)

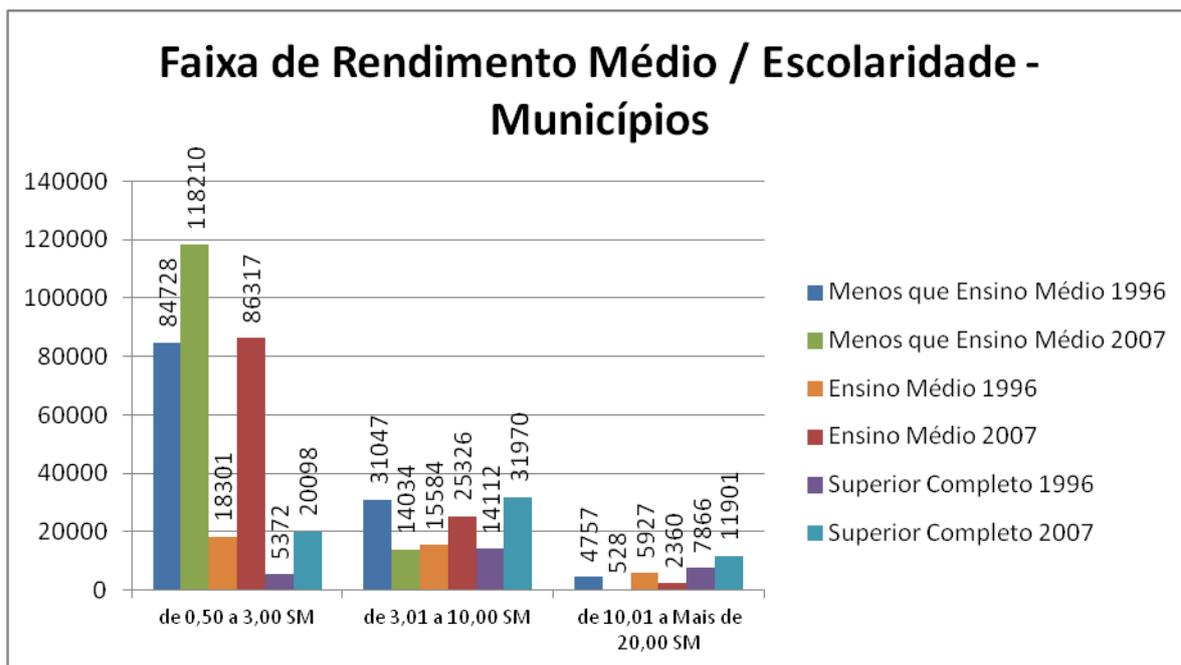


Figura 17 – Faixa de rendimento médio / escolaridade – Municípios
Fonte: BRASIL/ MTE/ RAIS (2009)

6.5 EVOLUÇÃO DA QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO NAS CIDADES ONDE A UEMS ESTÁ INSTALADA

Um dos objetivos pelo qual a UEMS foi implantada no Estado era suprir a demanda de falta de capacitação dos profissionais da educação que atuavam na Educação Básica e no Ensino Médio sem capacitação. Nesse sentido, o presente item faz um levantamento dos dados estatísticos no período de 1996 a 2007 para avaliar se houve evolução da qualificação desses profissionais.

De acordo com o Inep (2006), em 1996, dos professores que lecionavam no Ensino Fundamental no Brasil, 56,16% não eram licenciados e no Mato Grosso do Sul, 34,51% também não tinham essa habilitação. No Ensino Médio, 13,61% no Brasil e 11,62% no MS não eram licenciados.

Analisados os dados de 2007, verifica-se que dos professores que lecionavam no Ensino Fundamental, apenas 6,59% no Brasil e 4,98% no Mato Grosso do Sul não eram licenciados. Quando analisado o Ensino Médio, constata-se que não tinha licenciatura 6,83% no Brasil e 5,02% no Mato Grosso do Sul.

Fazendo um comparativo da formação dos professores que atuavam no Ensino Fundamental em 2007, por área de formação, verifica-se que o percentual de professores

licenciados no Mato Grosso do Sul acompanha a evolução do Brasil com destaque superior em diversas áreas, conforme demonstrado na figura 18 a seguir.

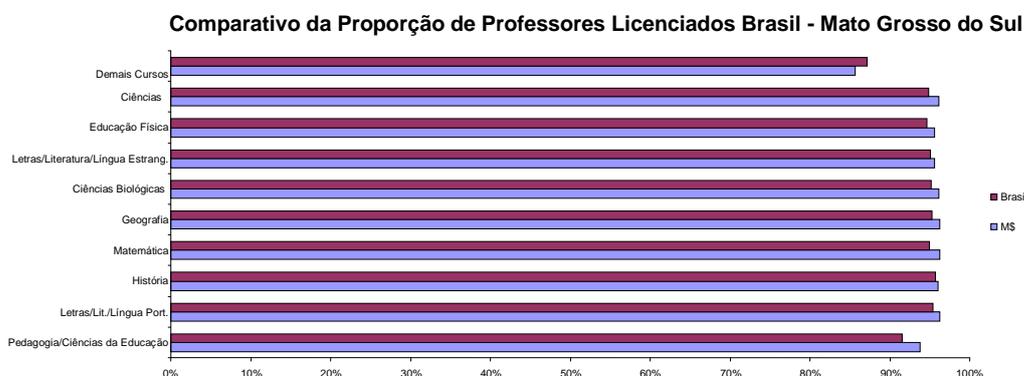


Figura 18 - Comparativo da Proporção de Professores do Ensino Fundamental - Anos Finais, com Formação Superior, segundo a Área de Formação, Brasil - Mato Grosso do Sul

Fonte: INEP/MEC (2006)

Analisando a Figura 19, dos professores que atuavam no Ensino Médio, em 2007, conforme a disciplina que lecionam, pode-se inferir que apenas nas disciplinas de Física e Língua Estrangeira – Espanhol, Mato Grosso do Sul tem índice menor de formação que o Índice Brasil. Vale ressaltar que a UEMS oferece essas duas formações e anualmente forma egressos nessas disciplinas, reduzindo, dentro de suas possibilidades essa deficiência, que é um problema nacional, conforme esta assertiva:

Dados do Censo Escolar 2009 (INEP/MEC) revelam que pouco mais da metade (53,3%) dos professores que atuam no Ensino Médio na rede pública têm formação compatível com a disciplina que lecionam. O total é de 366.757. Nas séries finais do ensino fundamental, etapa na qual as matérias começam a ser dadas por professores de áreas específicas, a proporção é ainda menor: 46,7% de 617.571 docentes. O levantamento feito pelo INEP considerou apenas a inadequação dos professores que já possuem diploma de curso superior. Segundo o censo, nas séries finais do ensino fundamental, apenas 5% dos professores de Física têm licenciatura na área. [...] Já no Ensino Médio, as áreas que “lideram” as estatísticas da inadequação entre diploma universitário e matéria dada em sala de aula são um pouco diferentes do Fundamental. Além da Física, em que apenas 25,1% dos docentes que lecionam a disciplina têm formação na área, em Química, 28% dos profissionais dão aulas sem qualificação adequada. Faltam também professores especialistas de Língua Estrangeira e de Educação Artística, por exemplo (OEA, 2010).



Figura 19 - Comparativo da proporção de professores do Ensino Médio, com formação Superior, segundo a disciplina que lecionam

Fonte: SEMAC (2010a)

A preocupação em proporcionar formação aos professores que atuam na Educação Básica está evidente também nas políticas públicas do governo federal, que implantou em 2007 o primeiro Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica, com a intenção de formar professores que atuam na Educação Básica e ainda não são graduados.

De acordo com o Educacenso 2007, cerca de 600 mil professores em exercício na Educação Básica pública não possuíam graduação ou atuavam em áreas diferentes das licenciaturas em que se formaram. Visando atingir a meta estabelecida, os cursos são oferecidos tanto na modalidade presencial como a distância, pela Universidade Aberta do Brasil (UAB).

O plano consolida a Política Nacional de Formação de Professores, instituída pelo Decreto 6755/2009, que prevê um regime de colaboração entre União, estados e municípios, para a elaboração de um plano estratégico de formação inicial para os professores que atuam nas escolas públicas. A ação faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em vigor desde abril de 2007 (INEP/MEC, 2010a).

A formação inicial abrange três situações: professores que ainda não têm formação superior (primeira licenciatura); professores já formados, mas que lecionam em área diferente daquela em que se formaram (segunda licenciatura); e bacharéis sem licenciatura, que necessitam de estudos complementares que os habilitem ao exercício do Magistério.

6.6 A CONTRIBUIÇÃO DA UEMS NA VISÃO DOS PREFEITOS MUNICIPAIS, SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E EGRESSOS

Esta seção foi dedicada à análise dos questionários (ANEXOS I, II e III), aplicados aos Prefeitos e Secretários Municipais de Educação das cidades onde a UEMS está instalada, além de egressos de graduação da UEMS.

Cabe ressaltar aqui que, diferentemente da quantidade de respondentes, a quantidade de citações e respostas em algumas questões é superior à quantidade de observações devido às respostas múltiplas, que em alguns casos era de duas respostas - no máximo, em cada questão.

6.6.1 Dos Prefeitos

Foram oito os prefeitos respondentes do ANEXO I. De acordo com os dados levantados, a Figura 20 demonstra que a maioria dos prefeitos que participou da pesquisa considera grande o impacto da UEMS no município.

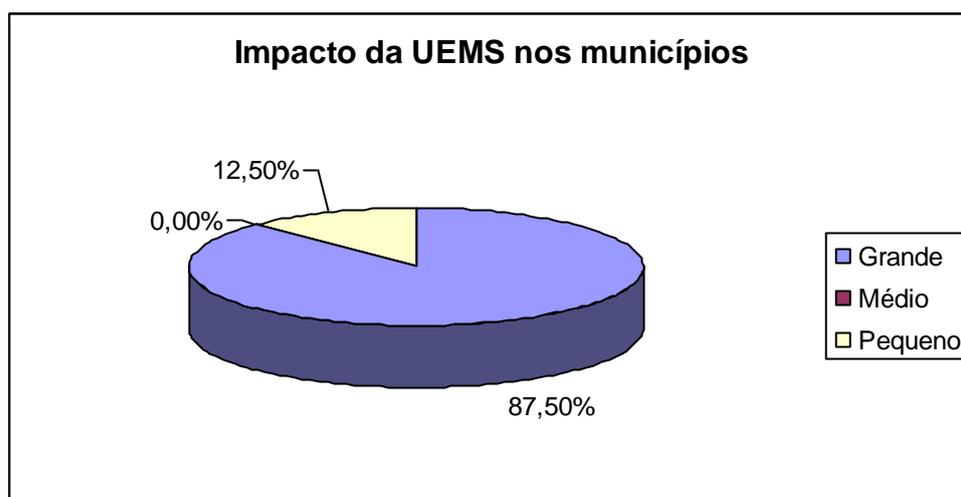


Figura 20 - Impacto da UEMS no município, na visão dos prefeitos municipais

Esse impacto pode ser confirmado ao se verificar que, quando indagados sobre o que mudou no município com a implantação da UEMS, a maioria respondeu que foi o aumento da qualificação, seguido pelo crescimento da economia, como se pode ver na Figura 21:

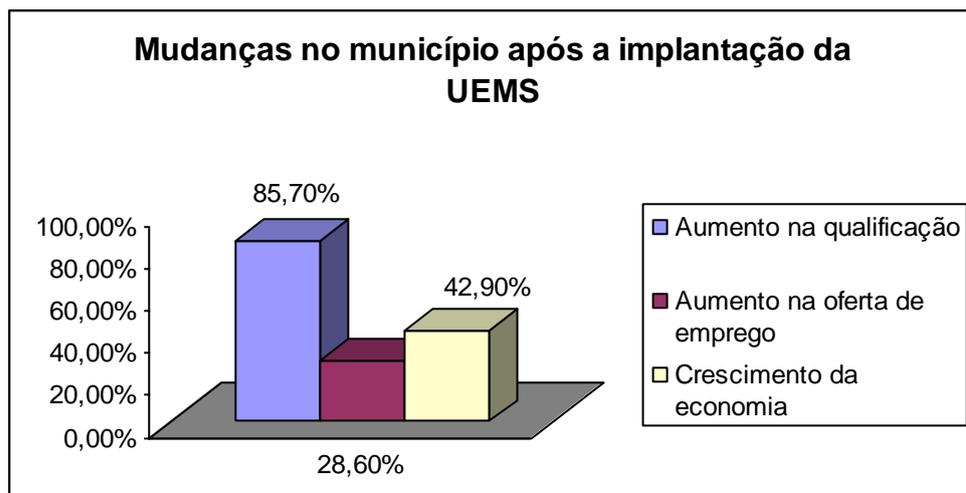


Figura 21 - Mudanças no município após a implantação da UEMS

Ainda na visão dos prefeitos, a formação acadêmica é o principal papel que a UEMS desempenha no município. Em segundo lugar, destaca-se o desenvolvimento socioeconômico, seguido da qualificação profissional, como apresenta a Figura 22:

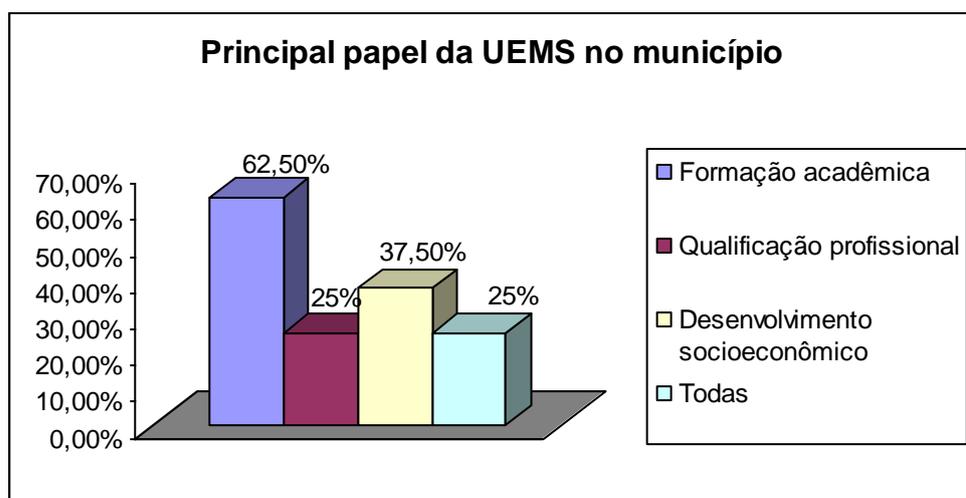


Figura 22 - Principal papel da UEMS no município

Observa-se que a demanda por formação acadêmica é uma necessidade permanente nesses municípios, o que pode ser verificado quando os prefeitos declaram que um dos principais anseios da comunidade é a implantação de novos cursos (vide Figura 23). Isso também está refletido na política de expansão dessas Unidades Universitárias, com previsão de crescimento no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI UEMS). Ressalta-se que três das Unidades Universitárias têm apenas um curso em funcionamento, o que justifica a demanda por novos cursos nessas localidades. Em segundo lugar, destaca-se como anseio da comunidade a implantação de pós-graduação. Nesse sentido, com vistas a se preparar continuamente para o atendimento desta necessidade, a UEMS tem uma política de

capacitação docente em execução desde o ano de 1999, com vistas a capacitar seus professores para atender estas demandas, com ofertas a médio e longo prazo de novos cursos de graduação e de pós-graduação.

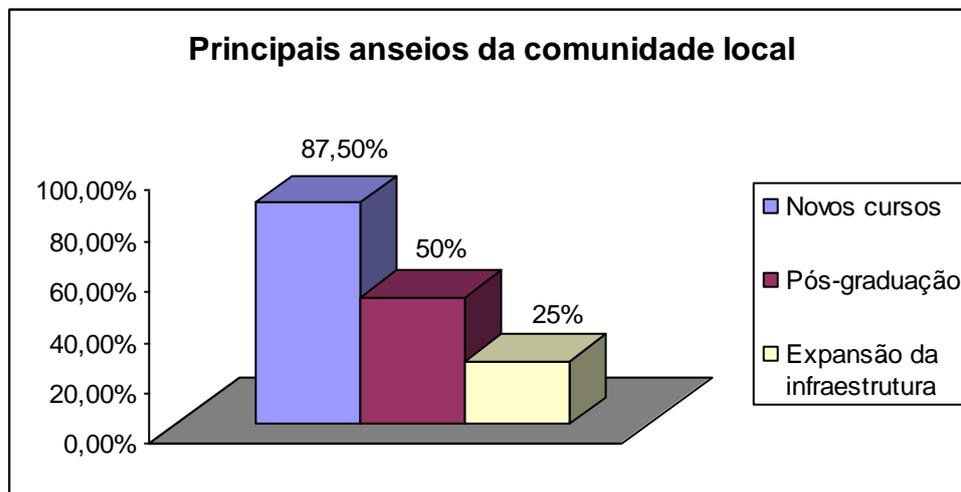


Figura 23 - Principais anseios da comunidade local

Ainda com base na Figura 23, verifica-se que as especificidades das Unidades Universitárias ficam evidentes quanto à expansão da infraestrutura, quando os prefeitos respondem sobre os principais anseios da comunidade. Enquanto alguns destacam a demanda por novos cursos e cursos de pós-graduação, outros solicitam expansão da infraestrutura. Observa-se que a oferta de novos cursos e a verticalização do ensino foi maior em alguns municípios e, conseqüentemente, a estrutura anteriormente disponibilizada não atende mais às necessidades atuais do ensino, pesquisa, extensão e administração, carecendo ampliação da atual estrutura.

6.6.2 Dos secretários municipais de educação

Foram onze os secretários respondentes do ANEXO II. De acordo com os dados levantados, a Figura 24 atesta que a maioria dos secretários que participou da pesquisa considera grande o impacto da UEMS no município.

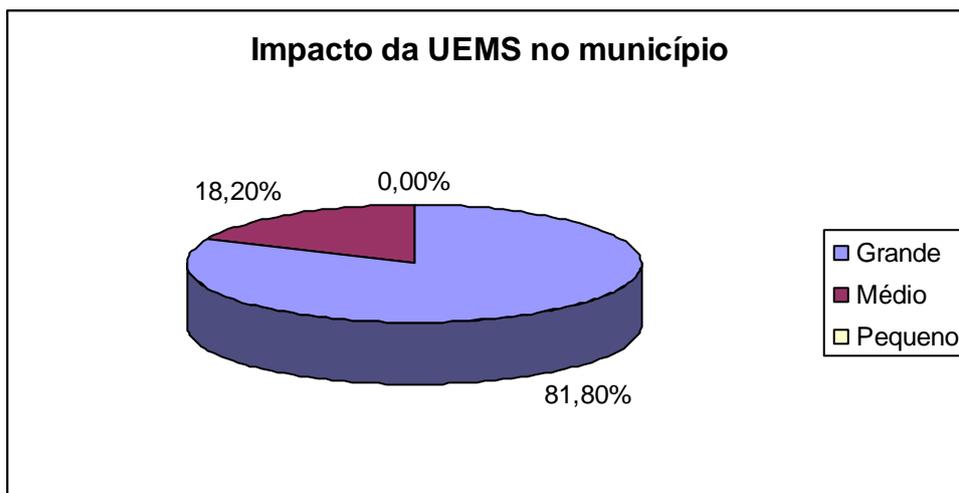


Figura 24 - Impacto da UEMS no município na visão dos Secretários de Educação

Quando questionados sobre o que a UEMS representa para a comunidade, os secretários citam o desenvolvimento educacional com grande destaque, demonstrando que os egressos da UEMS têm papel relevante na melhoria dos outros níveis educacionais, além do aumento da formação acadêmica e do desenvolvimento socioeconômico, consequências naturais do crescimento da oferta da educação superior.

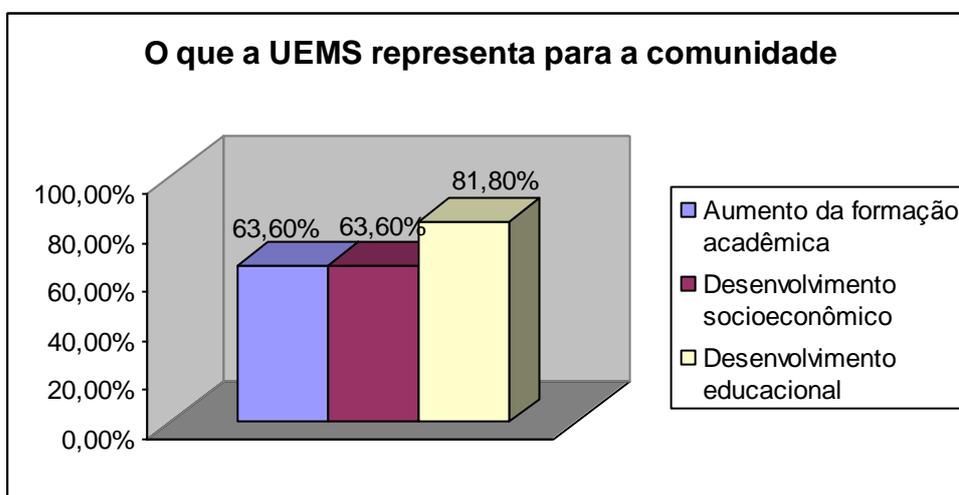


Figura 25 - O que a UEMS representa para a comunidade

A evolução do quadro de qualificação profissional dos professores do município é considerada ótima na visão dos secretários, como apresenta a figura 26:



Figura 26 - Evolução da qualificação dos professores nos municípios

Ressalta-se, conforme a figura 27, que mais de 90% dos secretários municipais declararam que não há no quadro do município professor sem Ensino Superior ministrando aulas na Educação Básica. Isso demonstra que um dos papéis fundamentais da UEMS vem sendo cumprido, que é o de suprir a deficiência de mão-de-obra qualificada para atuar na educação básica.



Figura 27 - Professor sem Ensino Superior na Educação Básica

Quando questionados se é possível afirmar que a atuação dos egressos dos cursos de licenciatura provocou uma melhoria na qualidade do ensino ministrado na cidade, 72,7% dos secretários municipais afirmaram que sim, conforme a figura 28.

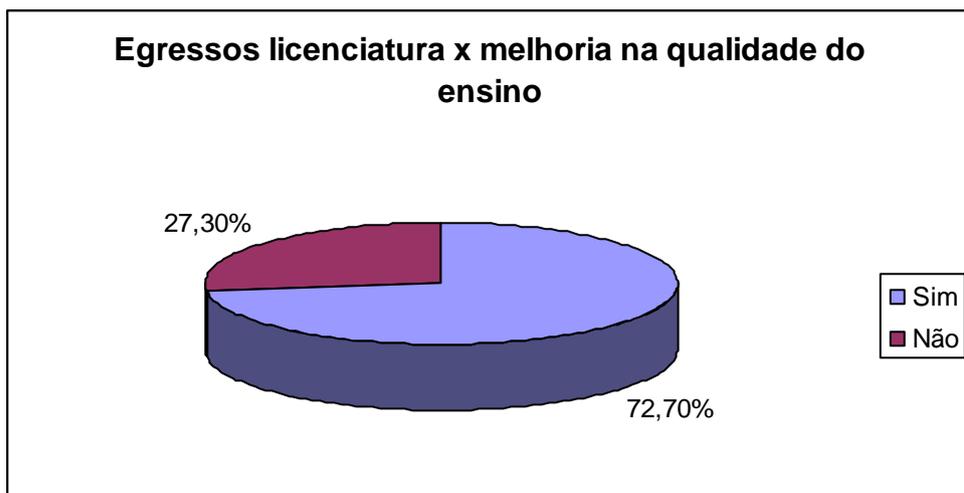


Figura 28 - Egressos licenciatura x melhoria na qualidade do ensino

Dos respondentes, 72,70% afirmaram conhecer algum egresso da UEMS que está ocupando cargo de gerenciamento ou direção, como apresenta a figura 29:

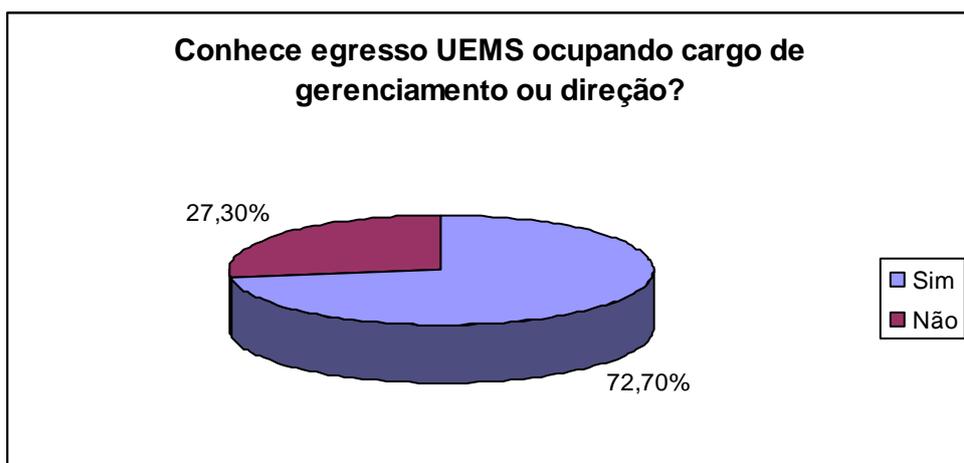


Figura 29 - Conhece egresso UEMS ocupando cargo de gerenciamento ou direção?

Dentre os cargos citados, destacam-se: diretores de escolas, coordenador pedagógico, assessor de juiz de direito, assessor de promotor, secretários de educação, secretário de administração e gerente administrativo:

Destaca-se ainda os altos índices de aprovação dos alunos nos concursos de seleção de estagiários para os órgãos do Ministério Público Estadual e Federal, Tribunal Regional do Trabalho, Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, entre outros. Também destacamos os números de aprovação no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil, que estão acima da média nacional, e da aprovação dos egressos em Concurso Públicos como: Delegado de Polícia Federal, Assessor Jurídico da Controladoria Geral da União, Magistratura do Estado de Mato Grosso do Sul, dentre outros (RESOLUÇÃO CEPE/UEMS N° 1060, 2010).

Outro exemplo é o da Licenciatura em Matemática, um dos cursos com grande carência de professores em sala de aula:

O curso de Matemática, licenciatura da Unidade Universitária de Dourados, desde seu início, formou um total de 22 novos professores: sete formados em 2006, seis formados em 2007 e nove formados em 2008. Desses formandos, cerca de 80% trabalham como professores no ensino básico e os 20 % restantes atuam em outras áreas. Além disso, desses egressos, alguns foram aceitos em programas de pós-graduação em nível de mestrado no Estado e também em outras IES brasileiras. Na avaliação do ENADE de 2008, o Curso de Matemática - licenciatura da Unidade de Dourados obteve o conceito 4, que vai de 0 a 5. Este foi o maior conceito obtido por cursos de Matemática no Estado. Entretanto, os acadêmicos da UEMS que concluíram o curso de Matemática em Dourados obtiveram a maior média geral entre todos os cursos do Estado, considerando-se os resultados das provas de formação geral e de conhecimento específico (RESOLUÇÃO CEPE/UEMS Nº 928, 2010)

Quanto ao curso de Enfermagem, uma das áreas mais carentes de formação profissional do Estado, segundo o Diretor do Serviço de Enfermagem do Hospital Evangélico Dr. e Sr^a Goldsby King,

o Curso de Enfermagem da UEMS vem sofrendo melhorias constantes desde sua criação e tal fato é percebido de forma notória através do desempenho dos nossos egressos que passaram pela instituição. Atualmente (maio de 2003), o quadro de enfermeiros do Hospital é formado por 50% de egressos da UEMS e o nível técnico desses profissionais não é inferior em relação aos formados em outras instituições de Ensino Superior (RESOLUÇÃO CEPE/UEMS nº 410/2004 e nº 711/2007).

São vários os exemplos de bom desempenho dos cursos ofertados na UEMS e de seus egressos, relatados em seus processos de reconhecimento e de renovação de reconhecimento dos cursos, nos relatórios de desempenho no ENADE e em periódicos como o Guia do Estudante Abril (UEMS, 2006).

6.6.3 Dos Egressos

Foram 46 os egressos que devolveram a resposta da pesquisa aplicada, tendo sido enviados 250 questionários. A participação destes egressos na resposta aos questionários foi realizada na maioria das vezes por endereço eletrônico. Essa opção foi feita tomando como base o último endereço fornecido pelo aluno na ficha acadêmica. Ressalta-se que a facilidade em criar um novo endereço eletrônico pode ser um dos motivos pelos quais o aluno pode não ter recebido nossa mensagem. Sabe-se também que devido ao acúmulo de atividades que as

peças se dispõem a fazer, atualmente, é um fator que também impede as pessoas de participar deste tipo de pesquisa, uma vez que demanda um certo tempo para responder, mesmo que esse tempo seja, de fato, curto.

Participaram da pesquisa egressos dos cursos de Ciências Biológicas, Matemática, Normal Superior, Turismo, Administração, Letras/Inglês, Letras, Administração/Comércio Exterior, Direito, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Ciências/Hab. em Matemática, Geografia, Licenciatura em Física, Pedagogia. A maioria dos respondentes é egressa dos cursos de Ciências Biológicas, Matemática, Normal Superior, Turismo e Administração, como consta na tabela 43.

Tabela 43 - Cursos dos participantes da pesquisa

Curso	Frequência
Ciências Biológicas	22,2%
Matemática	13,3%
Normal Superior	13,3%
Turismo	13,3%
Administração	11,2%
Letras/Inglês	6,8%
Letras	4,5%
Administração/Comércio Exterior	2,2%
Bacharelado em Direito e Ciências Contábeis	2,2%
Ciências Econômicas	2,2%
Ciências/Hab. em Matemática	2,2%
Geografia	2,2%
Licenciatura em Física	2,2%
Pedagogia	2,2%

Dos egressos que participaram da pesquisa, a maioria concluiu o curso entre 2005 e 2008, como mostra a tabela 44:

Tabela 44 - Ano de formação dos participantes da pesquisa

Ano de conclusão	Frequência
Não respondeu	2,30%
Antes de 2000	4,30%
De 2000 a 2002	4,30%
De 2003 a 2004	6,50%
De 2005 a 2006	26,10%
De 2007 a 2008	26,10%
De 2009 a 2010	17,40%
2011	13%

Quando questionados sobre qual atividade exerce atualmente, 34,20% responderam que são professores. Em segundo lugar, aparece a função de auxiliar administrativo e, em terceiro, a de técnico-administrativo. Empataram em quarto lugar as funções de agente de saúde, auxiliar de contabilidade, funcionário público, agente de segurança pública, organizador de eventos e secretário, como apresenta a Tabela 45:

Tabela 45 - Atividades exercidas pelos participantes da pesquisa

Atividade atual	Frequência
Professor	34,20%
Auxiliar Administrativo	9%
Técnico Administrativo	6,8%
Agente de Saúde	4,5%
Auxiliar de Contabilidade	4,5%
Funcionário Público	4,5%
Agente de segurança pública	4,5%
Organizador de eventos	4,5%
Secretário	4,5%
Analista Judiciário	2,3%
Consultor de Vendas	2,3%
Coordenador Projeto Ambiental	2,3%
Cozinheira	2,3%
Desempregado	2,3%
Estudante PG	2,3%
Fiscal Ambiental	2,3%
Recepcionista	2,3%
Secretário Acadêmico	2,3%
Técnico na Área de Educação e Professor	2,3%

Observa-se que uma das atividades mais exercidas pelos respondentes é de professor atuando na educação básica e ensino superior. Dos cursos analisados o que mais emprega nessa função é o curso de Ciências Biológicas. Ressalta-se que atuando na docência no ensino superior encontram-se vários egressos dos cursos de bacharelado da UEMS.

Quanto à empregabilidade, do total de quarenta e seis egressos respondentes, somente dois declararam não estar trabalhando. Esses dois respondentes justificaram que saíram do emprego para priorizarem o estudo para concorrer a vagas de concursos públicos.

Quando questionados se estão trabalhando na área de formação, 54,3% dos respondentes declaram que sim; 43,5% disseram que não e 2,2% não respondeu, como apresenta a Figura 30. Do total de respondentes, 95,7% declararam que o curso que frequentou contribuiu para sua formação profissional, sendo que 52,2% consideram que contribuiu suficientemente e 23,9% considera que contribuiu muito para sua formação (ver Figuras 31 e 32).

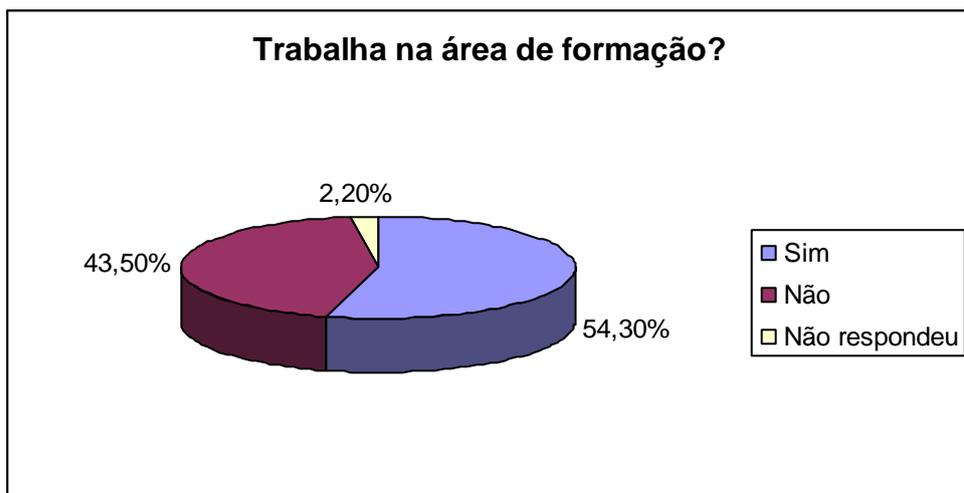


Figura 30 - Trabalha na área de formação?

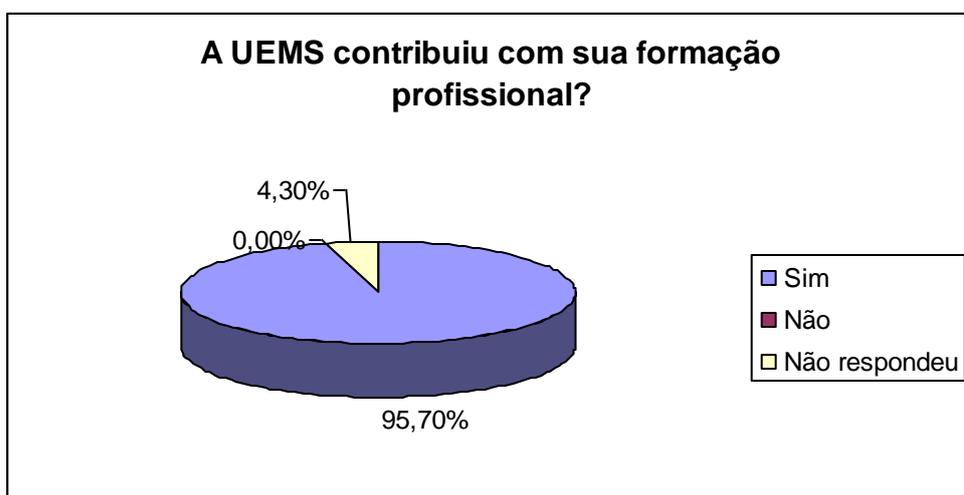


Figura 31 - A UEMS contribuiu com sua formação profissional?

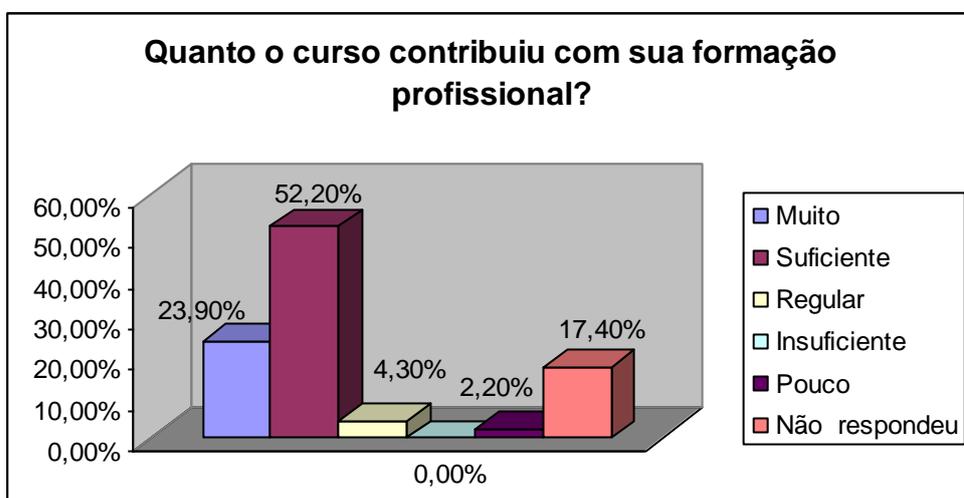


Figura 32 - Quanto o curso contribuiu com sua formação profissional?

Quando questionados se faria outro curso na UEMS, 76,10% afirmaram que sim. Dentre os cursos citados como outro curso, 20% deram como opção o curso de Direito, destacando-se em segundo lugar o curso de Ciências Contábeis e Pós-Graduação.

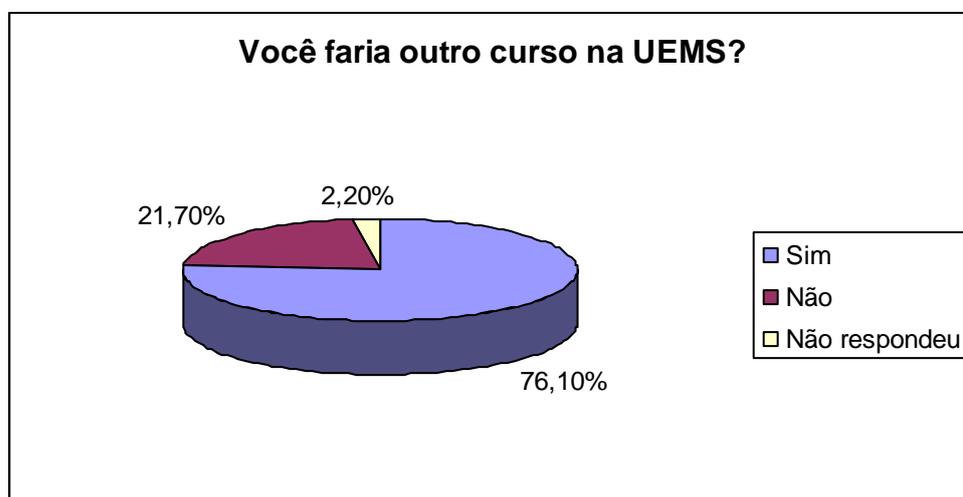


Figura 33 - Você faria outro curso na UEMS?

Ao responder como você faria uma avaliação da vida profissional destacando “antes e após ter frequentado um curso da UEMS”, a maioria (65,20%) respondeu que foi a melhoria na qualificação profissional, como se pode verificar na Figura 34. A segunda opção foi a de melhoria na qualidade de vida e o aumento nas oportunidades de emprego.

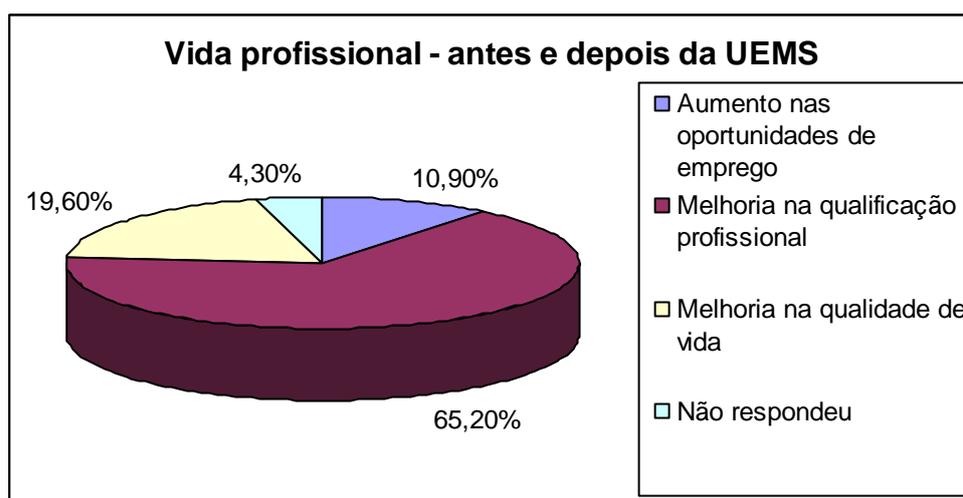


Figura 34 - Vida profissional – antes e depois da UEMS

Essa afirmação pode ser constatada em algumas das respostas obtidas, transcritas a seguir:

Aluno 1: “Antes do Curso não tinha profissão alguma, somente após entrar na faculdade e me inteirar sobre a área e investir em minha formação profissional que eu pude estabelecer metas e prioridades sobre meu direcionamento dentro do mercado turístico. Portanto o Curso supriu minha carga de conhecimento teórico de forma satisfatória proporcionando-me embasamento para entrar no mercado de trabalho”.

Aluno 2: “Antes eu já possuía qualificação para o mercado de trabalho, após frequentar aumentei o meu nível de qualificação e isso me proporcionou a abertura de novas janelas no mercado de trabalho possibilitando melhorar minha condição social e econômica e da minha família”.

Aluno 3: “A minha vida profissional só começou após eu ingressar na UEMS”

Aluno 4: “A minha avaliação é que com a conclusão do curso de graduação completou o ciclo de minhas ações profissionais, uma vez que “antes” estas ações eram apenas **eficientes**, porém, “após”, tornaram **eficientes e eficazes**, por conta da qualificação adquirida na Universidade.

Aluno 5: “Antes era uma pessoa muito inibida, insegura para certas atitudes, após a formação acadêmica melhorou meu relacionamento com as demais pessoas, contribuindo para melhorar também o atendimento do meu setor e no desenvolvimento das minhas atividades”.

Aluno 6: “Não sabia o que queria para o futuro, sem perspectiva para um bom emprego, hoje embora não esteja na área estou muito motivado a pesquisa e a docência e estou me preparando. Para pessoas com pouco recurso econômico e de poucas escolhas, estas extensões universitárias são de grande importância”.

Aluno 7: Ao ser questionado se teria feito um Curso Superior, se não houvesse a UEMS em sua cidade, 50% dos respondentes afirmaram que não teria feito. Os motivos dessa afirmação podem ser constatados conforme abaixo:

Aluno 8: “Por questões financeiras”

Aluno 9: “Porque na época eu não tinha recursos disponíveis para poder frequentar um curso superior e pelo fato da UEMS ter uma Unidade em minha cidade facilitou minha frequência no curso onde pude me dedicar quase que integralmente em função de eu conseguir bolsa de iniciação científica durante três anos. Não é só meu caso, mas de várias pessoas que vivenciaram situações muito parecidas com a minha e hoje alcançaram uma situação mais estável de trabalho”.

Aluno 10: “Porque não tinha condições de pagar uma faculdade”.

Aluno 11: “O curso superior já se tornou uma necessidade básica para quem está procurando melhorias em seu padrão de vida”.

Aluno 12: “Devido ao acesso. Por minha família morar próximo a Ponta Porã facilitou muito, porém se não morássemos, provavelmente não teria feito e nem saberia dizer qual teria sido a direção”.

Em relação à “cidade onde concluiu o curso e onde está residindo atualmente”, 89,15% dos respondentes reside na na mesma cidade onde concluiu o curso, como atesta a Figura 35.

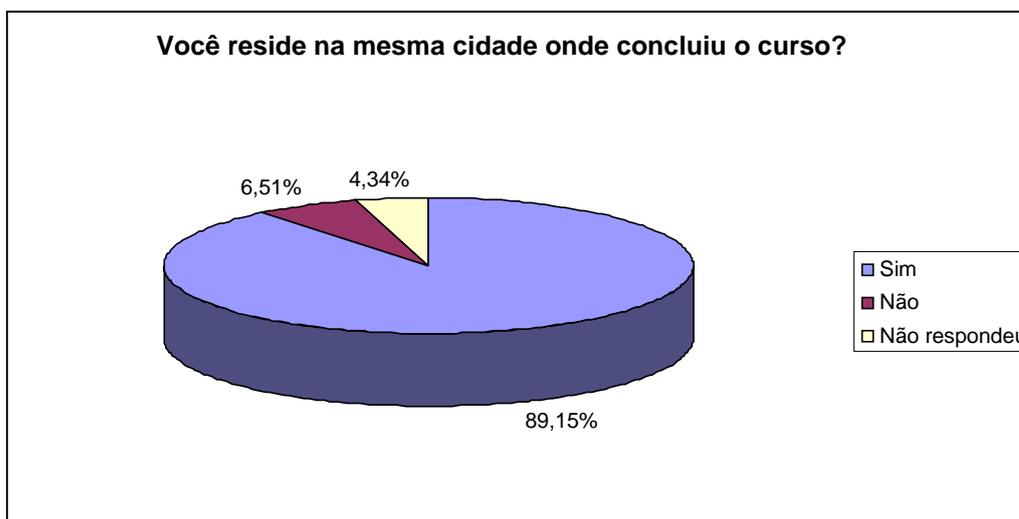


Figura 35 - Você reside no mesmo Estado/ local onde concluiu o curso?

Dos respondentes, 6,51% estão trabalhando em cidades/estado diferente da localidade onde cursou sua graduação, como os estados vizinhos de Mato Grosso, São Paulo e Paraguai.



Figura 36 - Local em que está trabalhando atualmente

Este estudo tomou uma quantidade de egressos como amostra da totalidade dos alunos da UEMS, uma vez que a investigação não tinha especificamente como objetivo a sua localização residencial atual, mas esses dados nos levam a crer que os alunos da UEMS,

principalmente das cidades do interior, em sua maioria, estão residindo na mesma cidade onde se formaram, ou no estado de Mato Grosso do Sul, levando a crer que, ao contrário do que acontecia quando tinham que estudar nos grandes centros, a maior parte dos egressos do Estado continuam a residir junto a seus familiares e a contribuir para o crescimento de Mato Grosso do Sul, conforme a figura 36.

Diante dos dados analisados, buscamos no próximo capítulo firmar nossas considerações sobre a pesquisa desenvolvida, nossa conclusão e as sugestões para futuros trabalhos, procurando visualizar outros caminhos que possam ser seguidos a partir do que foi apresentado.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Quando a gente acha que tem todas as respostas,
vem a vida e muda todas as perguntas.”*

Luis Fernando Verissimo

Mais do que a escritura de uma tese, este trabalho levou-nos, como participante da pesquisa, a construir um conhecimento maior sobre a contribuição do ensino ofertado por uma instituição de Ensino Superior para o desenvolvimento econômico da região onde se insere.

Foi um conhecimento que se construiu nas diferentes etapas da elaboração deste estudo. O primeiro caminho foi o de investigar se houve mudança no cenário econômico e social nos municípios a partir da implantação da UEMS tomando-se como base a evolução do PIB municipal, PIB *per capita* e IDH no estado e município, evolução dos empregos com carteira assinada, escolaridade e Faixa de rendimento médio no MS e municípios onde a UEMS está instalada.

Uma nova etapa se nos colocava: buscar novas respostas agora com agentes ligados diretamente às Unidades Universitárias: a distribuição e aplicação de questionários para os prefeitos municipais, secretários municipais de educação e egressos dos municípios que fizeram parte da pesquisa. A distribuição e o recolhimento dos questionários só foram possíveis com a contribuição dos gerentes das Unidades Universitárias, coordenadores de cursos e técnicos administrativos que se dispuseram em contribuir para a realização da pesquisa, uma vez que a distancia entre as Unidades Universitárias chega até a 750 km e a resposta aos questionários teve tempo variado entre os respondentes. Outro desafio imposto foi a demora nas respostas dos questionários encaminhados aos egressos, que na sua maioria foram enviados por meio de endereço eletrônico constante da ficha cadastral. Essa dificuldade nos facultou inferir algumas justificativas: endereço eletrônico desatualizado em face da facilidade em substituir um endereço eletrônico; falta de hábito das pessoas em responder pesquisas e tempo disponível que as pessoas não possuem para atender a este tipo de solicitação.

Outra etapa de fundamental importância foi aquela dedicada à fundamentação teórica desta tese, abrangendo três grandes temas: capital humano e desenvolvimento regional, surgimento e evolução do Ensino Superior e criação e história da UEMS.

Porém, foi durante a etapa dedicada à análise dos dados que sentimos o prazer da realização de um trabalho de pesquisa e encontrar respostas, ainda que provisórias, para as

perguntas que desde o início do trabalho nos inquietavam. Inicialmente, deparamo-nos com algumas dificuldades, pois não basta coletar os dados e dispô-los em tabelas ou gráficos; é preciso discuti-los, o que exige reflexão e principalmente, considerar o contexto no qual estão inseridos. Por vezes, tínhamos a impressão de estar discutindo o óbvio.

Os resultados desta pesquisa apontam para dois fatores relevantes que confirmam a importância de uma IES no município: o aumento de pessoas com formação superior e a contribuição para o desenvolvimento econômico da região.

Há pouco mais de uma década e meia da época de sua criação, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul já deu passos decisivos para alcançar o objetivo inicial que, conforme sua missão, era de suprir uma deficiência de mão-de-obra especializada para atuar no ensino da Educação Básica.

Vale ressaltar que em seu curto tempo de existência, a UEMS estendeu-se para o Ensino da pós-graduação e atualmente oferece oito cursos de Pós-graduação *lato sensu* (Especialização) e seis cursos de pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado), contribuindo sobremaneira para a melhoria da qualidade da educação brasileira e regional.

Com os dados levantados por intermédio da pesquisa, constatou-se que todos os municípios tiveram aumento no PIB Municipal e no PIB *Per capita* nos períodos estudados. Destaca-se um crescimento de 28% no PIB per capita para o Estado e 23% para os municípios estudados. Com relação ao PIB, verifica-se que o Estado teve um crescimento de 50% no período e nos municípios, de 45%. Destaca-se, portanto, que apesar de não ser possível quantificar a contribuição da UEMS no acréscimo desses índices, esse estudo possibilitou inferir que a existência da UEMS nesses municípios foi significativa para que tais índices tivessem aumento no período estudado nos municípios que fizeram parte da pesquisa, dada a semelhante equiparação dos índices para o Estado e para os municípios em questão.

Analisados os componentes apontados pelo Índice Firjan nos municípios em estudo, constata-se que alguns tiveram variação negativa no emprego e renda e outros na saúde, e no entanto, todos tiveram variação positiva na educação.

No que se refere à taxa do crescimento da escolaridade no emprego formal, constatou-se na variação diferencial que todos os municípios apresentaram taxa de crescimento maior que 100% com pessoas com Ensino Superior no mercado de trabalho, demonstrando que, quanto ao ritmo de crescimento do emprego nos municípios em análise, a maioria apresentou vantagem locacional para as pessoas com Ensino Superior.

Analisada a escolaridade por municípios, todos apresentaram especialização para o Ensino Médio completo e Superior, sendo que o Ensino Médio se destaca com maior número

de pessoas empregadas, demonstrando que o nível de escolaridade mais dinâmico neste período foi o Ensino Médio. Destaca-se ainda que a variação estrutural para as pessoas com nível de escolaridade inferior ao Ensino Médio foi negativa para todos os municípios, demonstrando que a oferta de emprego é maior para as pessoas com Ensino Médio completo, uma vez que o setor industrial emprega mais pessoas em nível de conhecimento técnico, até mesmo por sua característica de elaboração de produtos e serviços.

Em relação ao total de emprego formal, demonstrou-se que as pessoas com menos que Ensino Médio se encaixam na faixa de rendimento médio de até 2 salários mínimos e as pessoas com Ensino Médio completo, com uma faixa de rendimento médio de até 10 salários mínimos.

Destaque-se aqui que, quanto às pessoas com Ensino Superior completo, houve evolução em todas as faixas de rendimento médio, o que atesta que trabalhadores mais escolarizados têm mais chances de obter um emprego em relação às pessoas com menos escolaridade e, conseqüentemente, uma melhor faixa de rendimento. Essa constatação atesta mais uma vez a necessidade de investimentos em Ensino Superior como forma de facultar às pessoas a busca por uma vaga no mercado de trabalho, que requer, cada vez mais, um trabalhador mais preparado e qualificado.

Esta exigência por Ensino Superior se caracteriza também nos cargos exercidos, pois constata-se que no Estado de Mato Grosso do Sul os cargos de maior complexidade estão sendo ocupados por pessoas com esse grau de escolaridade: professores do Ensino Superior; membros superiores do poder legislativo, executivo e judiciário; profissionais da medicina, saúde e afins. Constata-se que em todos os municípios estudados, um dos maiores cargos ocupados pelas pessoas nesses municípios é de professor com Ensino Superior, atuando na Educação Básica e Ensino Médio.

No que concerne à evolução da qualificação do corpo docente, verifica-se crescente aumento no período em estudo no Estado de Mato Grosso do Sul. Das pessoas que atuavam no Ensino Fundamental em 2007, apenas 4,98% não tinha licenciatura e dos que atuavam no Ensino Médio, somente 5,02%. Quando realizada análise segundo a disciplina que lecionam, destaca-se que Química, Biologia, Língua-Literatura/Estrangeira, e Estudos Sociais/Sociologia, 100% dos professores tinham formação superior completa.

Outra conclusão que consideramos de fundamental importância foram os dados levantados a partir da participação pelos prefeitos, secretários municipais de educação e egressos da UEMS que responderam aos questionários, onde se constatou que a UEMS tem desempenhado papel ativo no processo de desenvolvimento dos municípios com ações

voltadas para a formação de profissionais para atuar no mercado de trabalho. No entanto, a fala dos prefeitos denota que existem demandas a serem supridas e isso fica evidente na solicitação de novos cursos e cursos de pós-graduação.

Outro dado de fundamental relevância para o desenvolvimento da região é o fato da permanência do egresso na região onde concluiu o curso. Constatou-se que a maioria dos egressos permanece nos municípios onde concluíram sua formação e que, dos respondentes, apenas 7,2% estão trabalhando fora do estado de Mato Grosso do Sul.

As IES são elementos fundamentais no contexto do desenvolvimento científico e tecnológico dos estados brasileiros. Cada vez mais, o Estado Brasileiro tem visto suas Instituições de Ensino Superior como instrumentos de geração, reprodução e acumulação do conhecimento científico e tecnológico e por sua vez, do desenvolvimento socioeconômico. No caso do Mato Grosso do Sul não tem sido diferente. É através das IES e, principalmente, das Universidades, que se dá a difusão desse conhecimento, por meio da pesquisa e da extensão. Uma das preocupações constantes e um grande desafio ainda, no entanto, é saber como aproximar esse conhecimento disponível daqueles que são os seus usuários finais, ou seja, a população em geral, que necessita ser beneficiada com a troca de ações e conhecimentos.

No entanto, em todo o mundo, as universidades encontram como maior problema a difusão adequada desse conhecimento, particularmente aquele que se destina aos segmentos produtivos com menor inserção tecnológica.

A formulação e execução da política de desenvolvimento científico e tecnológico, bem como da política industrial dos Estados, cada dia mais, têm apontado as universidades como elemento estratégico na consecução de seus objetivos. Por essa razão, tentamos levantar nesse estudo o impacto da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul no desenvolvimento econômico sul-mato-grossense e nas cidades onde suas Unidades Universitárias estão inseridas.

Com base na pesquisa elaborada e nos dados levantados, fica notório que quando uma política firme é adotada no sentido de ofertar um Ensino Superior público para uma determinada região, pode-se esperar que os impactos social e econômico venham naturalmente. É o que se pode concluir desta investigação em relação ao impacto que a UEMS impôs naturalmente a partir de sua implantação em 15 cidades do Estado.

É necessário reconhecer que, para alcançar patamares altos no desenvolvimento de uma região, o capital humano ali residente necessita de uma educação formal como um fator de suma importância, pois os conhecimentos adquiridos possibilita contribuir para o desenvolvimento de uma nação, país ou região mais justa e igualitária. No contexto dos dias

atuais, é preciso que se reconheça que o Ensino Superior constitui um segmento bastante específico no conjunto das variáveis necessárias para o desenvolvimento econômico e social, sendo uma condicionante fundamental na compreensão de que os conhecimentos existentes na região são considerados recursos importantes que podem dar origem a processos de desenvolvimento local.

É reconhecido que no Brasil a história do Ensino Superior é marcada por reduzido número de instituições de Ensino Superior de grande porte e por um grande número de instituições de pequeno porte. O Estado de Mato Grosso do Sul não foge dessa realidade. Atualmente existem no Estado cinco Instituições de Ensino Superior classificadas como Universidades. Destas, apenas três são públicas. Concluímos, portanto, que é preciso que os órgãos governamentais, a exemplo dos países desenvolvidos que, através de investimentos no capital humano, alcançaram altos níveis de desenvolvimento econômico e social, invistam em políticas públicas que propiciem o aumento da oferta de Ensino Superior, bem como o acesso e permanência dos alunos nestas Instituições.

Deste estudo também se pode inferir que não se pode pensar em desenvolvimento econômico sem que se leve em conta todos os tipos de recursos disponíveis e necessários, ou seja, recursos econômicos, institucionais, culturais e humanos.

Apesar de ficar demonstrado nos dados levantados que a UEMS tem participação no desenvolvimento econômico dos municípios onde atua e, conseqüentemente, do Estado de Mato Grosso do Sul, com a oferta de formação e mão-de-obra qualificada, não podemos mensurar em quanto é essa participação, uma vez que é sabido que outros fatores são necessários para que uma região se desenvolva e proporcione o bem-estar e melhoria das condições de vida da população. No entanto, esses fatores se somam, e é na sua convergência que o tão almejado desenvolvimento econômico vem a ocorrer.

Todo trabalho de pesquisa parece não chegar a um fim, a não ser aquele estabelecido pelas restrições de tempo e de espaço impostas pelas limitações de ordem prática que regem o trabalho científico. Durante a realização das leituras e o período em que nos debruçamos sobre os dados coletados, muitas outras inquietações vieram à tona, mas nos vimos obrigados a desconsiderá-las e postergá-las para outra oportunidade. A título de citação, mencionamos algumas dessas inquietações, que podem gerar trabalhos futuros:

- Qual tem sido a contribuição da UEMS para o desenvolvimento socioeconômico regional do Estado, no que tange à pesquisa e a extensão?
- É possível verificar se nas localidades onde há outras Instituições de Ensino e que não tenham Unidades da UEMS ocorre o mesmo desenvolvimento detectado

nesse estudo? A oferta de Ensino Superior faz com que mais pessoas venham para as cidades onde este é ofertado, o que gera uma demanda maior no mercado imobiliário local. Em que proporção esta demanda cresceu localmente em relação à oferta de novas vagas na UEMS em determinado período?

- Em que proporção a rede de transportes e de restaurantes cresceu localmente em relação à oferta de novas vagas na UEMS em determinado período?

Não há dúvidas de que as possibilidades de futuros trabalhos não se esgotam nestas sugestões. Outros pesquisadores que se dedicam a estudos relacionados com Ensino Superior e desenvolvimento regional poderão acrescentar a elas questionamentos que certamente despertarão novos olhares sobre o tema tratado nesta tese.

Esperamos que este trabalho contribua para aqueles que tiverem interesse em estudar a contribuição de uma IES tanto para o desenvolvimento da região em que se encontra instalada e conseqüentemente para o Estado mas, principalmente, para que os nossos governantes reconheçam as Instituições de Ensino Superior como um dos caminhos para a evolução e o desenvolvimento socioeconômico das regiões brasileiras, auxiliando-as cada vez mais nesse trajeto e em seus objetivos comuns de crescimento e melhoria da qualidade de vida da comunidade na qual está inserida.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. **Informação e Conhecimento na Inovação e no Desenvolvimento Local**. Ciência da Informação, Brasília, v. 33, n. 3, p. 9-16, 2004. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewFile/587/533>>. Acesso em: 15 jan 2009.
- ALVES, Jorge Amaro Bastos. Capital humano como um fator para o desenvolvimento regional: uma análise na era da Economia do Conhecimento. Março 2009. In: **Berkeley Electronic Press**. Disponível em: http://works.bepress.com/cgi/viewcontent.cgi?article=1001&context=jorgeab_alves. Acesso em 25 mar 2010.
- AMARAL, Maria Odete. **A universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: a criação, a implantação e a aventura do início da caminhada: 1979-1998**. 2002. 156 f. Dissertação - Mestrado em Educação – UFSCAR, São Carlos, 2002.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2ª. Ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- BARQUERO (2001) BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Editora UFRGS. 2002.
- BARROS, César Mangolin de. **Ensino Superior e sociedade brasileira: análise histórica e sociológica dos determinantes da expansão do Ensino Superior no Brasil (décadas de 1960/70)**. 117 f. Dissertação de Mestrado em Educação – Faculdade de Educação e Letras da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2007. Disponível em: http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1198. Acesso em 16 jul 2010.
- BARROS, Ricardo Paes; MENDONÇA, Rosane. **Investimento em Educação e Desenvolvimento Econômico**. Texto para discussão nº 525 (1997). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0525.pdf>. Acesso em 08 fev 2008.
- BRANDÃO, Carlos. **Territórios com Classes Sociais, Conflitos, Decisão e Poder**. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA F., N. A. (organizadores) (2007). Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária. Campinas, Editora Alínea, 2007. (ISBN 85-75161920). Disponível em <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper37.pdf>. Acesso em 26 jun 2010.
- BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul: do Estado sonhado ao Estado construído. 1822 – 1997 – 1997**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 1997.
- BITTAR, Marisa. **Estado, Educação e Transição Democrática em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 1998.
- BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul e a construção de um estado: Regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, nº 248, de 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. Capital Humano. In: **Glossário da Educação Profissional em Saúde**. Revista RET-SUS, nº34 - jan/fev 2008. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. FIOCRUZ – Fundação Osvaldo Cruz. Disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/capital_humano_01.pdf. Acesso em 10 mar 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Características do Emprego Formal segundo a Relação Anual de Informações Sociais – 2007** - RAIS 2007. Disponível em: http://www.mte.gov.br/rais/resultado_2007.pdf. Acesso em 30 abr 2009.

BRITO, Adriana Fernandes de; BONELLI, Regis (1997). **Políticas industriais descentralizadas: as experiências europeias e as iniciativas subnacionais no Brasil** Texto para discussão, n. 492, Brasília: IPEA, jun. 1997.

BRITO, Rosa Mendonça de. **Da escola universitária livre de Manaus à Universidade Federal do Amazonas: 95 anos construindo conhecimentos**. Manaus: EDUA, 2004.

CAVALIERE, Adriane; T. Diana L.V.A. de Macedo Soares; Michel Thiollent. **Avaliando o Desempenho da Universidade**. Ed. PUC Rio. São Paulo. Loyola, 2004.

CHURCHILL Jr., PETER, J. Paul. **Marketing: Criando valor para os clientes**. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2000,

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR: tendências da educação superior para o século XXI. Trad. Maria Beatriz Ribeiro de Oliveira Gonçalves. Brasília: UNESCO/CRUB, 1999.

CORDEIRO. Maria José de Jesus Alves. **Negros e indígenas cotistas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: desempenho acadêmico do ingresso à conclusão de curso**. Editora PUC. São Paulo, 2008. Tese de Doutorado.

CUNHA, Luis Antonio. **Educação e Desenvolvimento Social no Brasil**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

DIAS, Suzana. Do império à atualidade: marcas de continuidade na história das universidades. Editorial. In: **Revista Eletrônica Com Ciência**. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/universidades/uni03.shtml>. Acesso em 14 jul 2010.

FIGUEIREDO. Erika Suruagy A. de. Reforma do Ensino Superior no Brasil: um olhar a partir da história. In: **Revista da UFG - Tema Ensino Superior**. Órgão de divulgação da Universidade Federal de Goiás - Ano VII, No. 2, dezembro de 2005. Disponível em: http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/45anos/C-reforma.html. Acesso em 30 set 2010.

FRANÇA, Gilson Nardo, et all. **Relação entre escolaridade e Renda No Brasil na década de 90**. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Brasília. 2005. Disponível em www.ucb.br/textos/2/515/TesesEDissertacoes2005. Acesso em 25 de abril de 2010.

GIEDION, Siegfried. *La mecanización toma el mando*. Trad. Esteve Riambau i Sauri. Barcelona: Gustavo Gili, 1978.

GRESSLER, Lori Alice; VASCONCELOS, Luiza Mello; SOUZA, Zélia Peres de. **História e Geografia do Mato Grosso do Sul**. São Paulo: FTD, 2005.

GUTIERREZ, G. L. **Gestão comunicativa**: maximizando criatividade e racionalidade: uma política de recursos humanos a partir da teoria de Habermas. Editora Qualitymark. Rio de Janeiro, 1999.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tabelagrandes_regioes211.shtm. Acesso em: 25 abr 2011.

IBGE. **Síntese de indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2008. Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica. Edição número 23. Rio de Janeiro. 2008. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoedevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2008/indic_sociais2008.pdf. Acesso em 17 jul 2010a.

IBGE. **Contagem da população 2007**. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm. Acesso em: 10 out 2010b.

INEP. MEC. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Educação Superior Brasileira 1991 – 2004**. Mato Grosso do Sul. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília. 2006a.

INEP/MEC. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Plano Nacional de Formação de Professores**. Apresentação. Censo do Professor. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13596&Itemid=975. Acesso em: 20 out 2010a.

INEP/MEC. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo nacional da educação superior 2006**: resumo técnico. Brasília - DF, Ministério da Educação, 2006. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/resultados.asp>. Acesso em 24 jan 2010b.

INEP/MEC. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo nacional da educação superior 2008**: resumo técnico. Brasília - DF, Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <http://censosuperior.inep.gov.br/resumos-tecnicos>. Acesso em 30 jan 2010c.

IPEA. **O estado de uma nação**: mercado de trabalho, emprego e informalidade. 2006. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/Destaques/brasil2/Resumo_MercadodeTrabalho.pdf. Acesso em 15 jan 2010.

JACCOUD, Luciana (2001). **Experiências internacionais em política regional**: o caso da França. Texto para discussão, N. 815. Brasília, IPEA. Ago.

LIMA, Ana Carolina da Cruz. SIMÕES, Rodrigo Ferreira. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. Disponível em <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20358.pdf>. Acesso em 25 de abril de 2010.

LUCKESI, Cipriano. *Fazer Universidade: uma proposta metodológica*. Editora Cortez. São Paulo. 1985.

MAFRA, Guilherme. **Capital Humano e Desenvolvimento Econômico**. Instituto de Ciências Humanas. Universidade de Brasília. Monografia para o Congresso do PET-ECO, s/d. Disponível em: http://vsites.unb.br/face/eco/peteco/dload/monos_012003/Guilherme.PDF. Acesso em 30 abr 2010.

MARTINS, Carlos Benito. O Ensino Superior Brasileiro nos Anos 90. In: **Revista São Paulo em Perspectiva**. vol.14 no.1. São Paulo Jan/Mar 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000100006. Acesso em 20 jul 2010.

MATO GROSSO DO SUL. **Lei nº 2.230, de 2 de maio de 2001**. Dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras da Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. 2001. Disponível em: <<http://www.uems.br/drh/legislacoes.html>>. Acesso em: 11 ago 2010.

MELO, Ricardo Oliveira Lacerda de; HANSEN, Dean Lee. **Desenvolvimento regional e local: novas e velhas questões**. (Org). São Cristóvão, Editora UFS, 2007.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. *et al.* (2006). Pragmatismo e desenvolvimentismo no pensamento educacional brasileiro dos anos de 1950/1960. In: **Revista Brasileira de Educação**. v. 11, n. 31, jan./abr. Disponível em www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n31/a08v11n31.pdf. Acesso em 24 mar 2010.

MENEZES Filho, Naercio. **A corrida sem fim entre tecnologia e educação**. Disponível em: <http://www.protec.org.br/noticias.asp?cod=1831> Acesso em 11 mai 2009.

MOROSINI, Marília (Org). **A universidade no Brasil: concepções e modelos**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

OCDE (2007) **Panorama sobre a Educação 2007: Indicadores da OCDE**. ISBN 92-64-032886. OECD 2007. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/25/7/39316322.pdf>. Acesso em 20 out 210.

OEA. Organização dos Estados Iberoamericanos. **Censo Escolar 2009**. Sinopse Professor. Disponível em: www.oei.es/pdf2/Sinopse_Professor_Final_11mai09.xls. Acesso em 15 mar 2010.

PEDROSSIAN, Pedro. **Pedro Pedrossian – O Pescador de Sonhos**. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. Campo Grande. 2008.

PERROUX, François. **A Economia do século XX**. Porto: Herder, 1967.

PNUD Brasil 2003. Atlas do Desenvolvimento Humano. **Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal, 1991 e 2000**. Disponível em:
<http://www.pnud.org.br/atlas/tabelas/index.php>. Acesso em 13 abr 2010.

RICARDO, Eleonora Jorge; BONILAURI, Ana Rosa Chopard. Educação corporativa e educação a distância: dimensões e perspectivas da educação do trabalhador. p. 125-134. In **ABRAED**. Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância. Coord.: Fabio Sanchez. 3.ed. Instituto Monitor. São Paulo, 2007.

ROSA, João Pereira da. **As duas histórias da Universidade: 1966 – 1978**. Campo Grande: UFMS, 1993.

SACHS, Jeffrey D. *The end of poverty: how we can make it happen in our lifetime*. **O fim da pobreza**: como acabar com a miséria mundial nos próximos 20 anos. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SAUL, Renato P. As raízes renegadas da teoria do capital humano. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 6, nº 12, jul/dez 2004, p. 230-273.

SCHUCH JUNIOR, Vitor Francisco. **Educação e universidade**: raízes históricas e situação brasileira. Santa Maria, RS. 1998.

SCHULTZ, Theodore W. **O capital humano**. Investimentos em educação e pesquisa. Trad. Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.

SCHULTZ, Theodore William. *Investment in Human Capital*. The American Economic Review, v. 51, n. 1, p. 1-17, mar. 1967.

SEMAC. MATO GROSSO DO SUL. 2008. **Dados Estatísticos de MS**. Disponível em:
<http://portal.cnm.org.br/sites/8900/8995/DadosEstatisticosdeMS2008.pdf>. Acesso em: 14 abr 2010a.

SEMAC. MATO GROSSO DO SUL. 2008. **População e localização geográfica de Mato Grosso do Sul**. Disponível em:
<http://portal.cnm.org.br/sites/8900/8995/DadosEstatisticosdeMS2008.pdf>. Acesso em 23 ago 2010b.

SEMAC. MATO GROSSO DO SUL. 2009. **Produto Interno Bruto – PIB/MS 2002-2008 – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia – SEMAC**. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Disponível em:
<http://www.semac.ms.gov.br/control/ShowFile.php?id=72637>. Acesso em: 20 jun 2010c.

SEN, Amartya Kumar. Desenvolvimento como liberdade. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SISTEMA FIRJAN. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal. Disponível em:
<http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CE9229431C90122A3B25FA534A2.htm>. Acesso em: 18 set 2010.

SLEUTJES, Maria Helena. **Origens e papel da universidades**. In: Recanto das Letras. 2006. Disponível em:
<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/169550>. Acesso em: 20 set 2010.

SOUZA, Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 1999.

SPITHOVEN, A.H.G.M. Human capital inflation and Unemployment. In: *International Journal of Social Economics*. Volume 22, Number 5, 1995, p. 4-14. Disponível em:
<http://www.emeraldinsight.com/Insight/viewPDF.jsp>. Acesso em 05 abr 2010.

STEINER, João E; MALNIC, Gerhard. (Orgs). Ensino Superior: **Conceito e Dinâmica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

TAVARES, Priscilla de Albuquerque. **O capital humano na desigualdade de salários no Brasil no período de 1981 a 2006**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2007. São Paulo, 2007.

TOBIAS, José Antonio. Universidade. Editora Unioeste. Presidente Prudente, 1988.

TRAMONTIN, Raulino. **Modelo proclamado e funcionamento real das universidades emergentes reconhecidas no Brasil na década de oitenta**. Canoas, Ed. ULBRA, 1998. 614 p. Tese de doutorado. CD-rom. Acervo da Biblioteca da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Dourados.

UEMS. **Estatuto da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul**. 1999. Disponível em:
www.uems.br/internet/soc/estatuto%20uems.pdf. Acesso em 10 jun 2010a.

UEMS. **Plano de Desenvolvimento Institucional UEMS 2009-2013**. Disponível em:
http://www.uems.br/internet/soc/PDI-UEMS_2009-2013_versao_finals.pdf. Acesso em 30 mai 2010b.

UEMS. **Projeto Pedagógico do Curso de Direito**. Resolução CEPE/UEMS nº 1.060, de 07 de dezembro de 2010c.

UEMS. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática**. Resolução CEPE/UEMS nº 928, de 22 de fevereiro de 2010d.

UEMS. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Enfermagem**. Resolução CEPE/UEMS nº 410, de 25 de março de 2004 e 711, de 24 de abril de 2007.

UEMS. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Comissão Própria de Avaliação. CPA. **Relatório do 1º Ciclo de Avaliação Institucional Interna**. 2005. Dourados – MS. CDD(20.ed.) – 378.8171. Agosto de 2006.

UEMS. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Direito UEMS Naviraí**. Disponível em
www.uems.br/portal/cursos/repositorio/48_2010-10-30_10-09-04.doc. Acesso em 24 abr 2010e.

UEMS. **Relatório de Atividades UEMS anual. 2008.** Disponível em:
<http://www.uems.br/internet/soc/relatorio-atividades-uems-anual-jan-dez-2008.pdf>. Acesso em 24 jul 2010g.

UEMS. **Resolução COUNI-UEMS N° 329, de 1° de outubro de 2007**, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Disponível em: www.uems.br/proe/nulen/legislacao/...couni/res_couni_329.doc. Acesso em 20 jul 2009.

UEMS. **UEMS encerra curso Normal Superior com 2 mil professores formados.** 2011. Disponível em: <http://www.uems.br/portal/noticia.php?idnot=5310>. Acesso em 10 fev 2011.

UNAES. Associação de Educação Sul-Matogossense. **Histórico Institucional.** Disponível em <http://www.unianhanguera.edu.br/instituicao/apresentacao/apresentacao.php>. Acesso em 24 fev 2010.

VERHINE, Robert Evan. DANTAS, Lys Maria Vinhaes. SOARES, José Francisco. **Do Provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no Ensino Superior Brasileiro.** In: Revista Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.52, p. 291-310, jul./set. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n52/a02v1452.pdf>. Acesso em 27 abr 2010.

ZABOT, João Batista M; SILVA, L. C. Mello da. **Gestão do conhecimento: aprendizagem e tecnologia construindo a inteligência coletiva.** São Paulo: Atlas, 2002.

ANEXOS

Anexo 1. Tabelas - Taxa Total de crescimento do PIB per capita dos Municípios 1996 e 2007

Cálculo do *Shift-share* (Variação Diferencial e Estrutural)

Variação Estrutural (E)

Taxa total de crescimento do PIB per capita dos municípios	1,2276	1,4526	1,1832
Taxa estadual de cresc. do setor i (rit)	1,2760	1,4972	1,1733
taxa de cresc. do setor i da região j (rij)	PIB PER CAPITA	PIB	POPULAÇÃO
Amambai	120,84%	144,59%	119,66%
Aquidauana	142,28%	158,23%	111,20%
Campo Grande	107,60%	129,92%	120,74%
Cassilandia	159,32%	170,28%	106,88%
Coxim	156,59%	172,47%	110,14%
Dourados	155,17%	184,22%	118,72%
Gloria de Dourados	163,09%	148,30%	90,93%
Ivinhema	127,85%	120,67%	94,38%
Jardim	154,44%	175,24%	113,47%
Maracaju	171,88%	215,79%	125,55%
Mundo Novo	209,76%	203,68%	97,10%
Navirai	123,13%	154,10%	125,15%
Nova Andradina	145,81%	185,35%	127,12%
Paranaíba	135,52%	140,48%	103,66%
Ponta Porã	127,60%	157,49%	123,42%
	122,76%	145,26%	118,32%

Variação diferencial (D)	PIB PER CAPITA	PIB	POPULAÇÃO
Amambai	-292,51	-6196,06	648,90
Aquidauana	496,28	11613,53	-2475,67
Campo Grande	-1313,46	-780351,48	20442,38
Cassilandia	1237,19	15693,35	-2046,15
Coxim	1048,10	23753,78	-2079,28
Dourados	1321,97	253427,81	2124,73
Gloria de Dourados	966,40	-411,76	-2800,38
Ivinhema	8,88	-22529,33	-5002,30
Jardim	746,93	14611,92	-794,49
Maracaju	3142,78	115477,91	2023,33
Mundo Novo	1966,17	21234,48	-3327,48
Navirai	-255,14	8660,35	2711,50
Nova Andradina	941,98	63083,00	3348,19
Paranaíba	343,34	-15060,04	-5141,33
Ponta Porã	-0,09	17723,82	3561,07
	-269,93	-279268,72	11192,99

Anexo 2. Tabelas - Índice Firjan Municipal – 2000 – 2007

Cálculo do *Shift-share* (Variação Diferencial e Estrutural)

Variação Estrutural (E)

Taxa total de crescimento do emprego total (rtt)				
Taxa estadual de cresc. do setor i (rit)	1,1448	1,2200	1,1804	1,0727
Taxa de cresc. Do setor i da região j (rij)	IFDM	Emprego & Renda	Educação	Saúde
Amambai	105,92%	86,27%	121,45%	104,49%
Aquidauana	112,67%	117,56%	124,86%	102,29%
Campo Grande	115,31%	140,69%	115,66%	98,50%
Cassilandia	105,81%	94,15%	116,83%	102,03%
Coxim	101,77%	75,39%	123,64%	103,44%
Dourados	118,40%	139,82%	107,51%	115,27%
Gloria de Dourados	114,62%	113,17%	109,22%	120,55%
Ivinhema	112,36%	96,84%	109,72%	126,62%
Jardim	110,31%	83,66%	109,46%	128,84%
Maracaju	112,46%	88,75%	114,99%	124,45%
Mundo Novo	123,00%	129,60%	113,93%	128,16%
Navirai	132,20%	179,15%	114,38%	124,83%
Nova Andradina	109,95%	107,62%	112,87%	109,11%
Paranaíba	110,61%	78,48%	120,12%	120,76%
Ponta Porã	119,73%	126,65%	124,44%	111,76%
	114,48%	122,00%	118,04%	107,27%
Variação diferencial (D)	IFDM	Emprego & Renda	Educação	Saúde
Amambai	-0,05	-0,15	0,02	-0,02
Aquidauana	-0,01	-0,01	0,04	-0,04
Campo Grande	0,01	0,11	-0,02	-0,08
Cassilandia	-0,06	-0,11	-0,01	-0,04
Coxim	-0,08	-0,23	0,03	-0,03
Dourados	0,02	0,08	-0,07	0,06
Gloria de Dourados	0,00	-0,03	-0,06	0,09
Ivinhema	-0,01	-0,11	-0,06	0,12
Jardim	-0,02	-0,17	-0,05	0,15
Maracaju	-0,01	-0,14	-0,02	0,12
Mundo Novo	0,04	0,03	-0,02	0,13
Navirai	0,10	0,20	-0,02	0,12
Nova Andradina	-0,03	-0,07	-0,03	0,01
Paranaíba	-0,02	-0,18	0,01	0,09
Ponta Porã	0,03	0,02	0,04	0,03
	0,00	0,00	0,00	0,00

Anexo 3. Tabelas - Faixa de Rendimento Médio – 1996 e 2007 – Estado de MS e Municípios

Cálculo do *Shift-share* (Variação Diferencial e Estrutural) Escolaridade: Menos que ensino médio

Variação Estrutural

Taxa total de crescimento do salário total (rtt)	1,1015						
taxa estadual de cresc. Por faixa salarial i (rit)	2,3518	1,1565	0,5200	0,3494	0,1547	0,0744	1,3124
taxa de cresc. do setor i da região j (rij)	ATE 0,5 0 - 1.5	1.51- 3.00	3.01- 5.00	5.01- 10.00	10.01- 20.00	MAIS DE 20.00	TOTAL
Amambai	2,27	0,91	0,42	0,40	0,50	0,00	1,26
Aquidauana	1,54	1,18	0,98	0,46	0,29	0,11	1,33
Campo Grande	2,05	0,89	0,42	0,36	0,10	0,08	0,95
Cassilandia	1,47	1,24	0,64	0,34	1,67	1,00	1,28
Coxim	1,77	1,28	0,85	0,42	0,13	1,00	1,40
Dourados	2,38	0,97	0,55	0,36	0,21	0,06	1,23
Gloria de Dourados	1,26	1,30	1,86	0,00	0,00	0,00	1,26
Ivinhema	2,43	0,95	0,35	0,26	0,00	0,00	1,37
Jardim	2,36	1,07	0,46	0,00	0,22	0,00	1,59
Maracaju	2,76	1,69	1,41	0,66	0,48	0,07	1,96
Mundo Novo	1,62	1,06	1,25	0,71	0,50	0,00	1,34
Navirai	3,34	2,66	1,23	0,26	0,39	0,30	2,38
Nova Andradina	1,87	1,62	1,31	0,75	0,57	0,00	1,62
Paranaíba	1,58	1,20	0,75	0,45	0,08	0,00	1,32
Ponta Porã	1,72	0,57	0,41	0,29	0,15	0,11	0,88
	2,08	0,99	0,50	0,36	0,12	0,08	1,10

Variação diferencial (D)	ATE 0,5 0 - 1.5	1.51- 3.00	3.01- 5.00	5.01- 10.00	10.01- 20.00	MAIS DE 20.00	TOTAL
Amambai	-53,81	-303,81	-18,29	2,48	1,38	-0,07	-103,70
Aquidauana	-954,62	16,58	57,04	7,59	2,37	0,33	41,62
Campo Grande	-5399,36	-8990,54	-1566,05	62,50	-162,97	5,63	-28598,73
Cassilandia	-524,03	47,66	12,80	-0,23	9,07	1,85	-46,66
Coxim	-435,04	89,99	54,67	4,04	-0,71	0,93	152,20
Dourados	100,08	-1496,40	60,04	9,59	12,28	-0,50	-1179,76
Gloria de Dourados	-233,29	14,57	9,36	-1,40	-0,15	-0,07	-16,71
Ivinhema	30,94	-113,75	-24,33	-4,47	-0,62	-0,07	71,01
Jardim	1,94	-25,82	-2,24	-4,54	0,61	-0,07	189,95
Maracaju	360,16	456,11	232,27	50,70	8,82	-0,12	1435,07
Mundo Novo	-285,86	-31,61	44,28	6,06	0,69	-0,15	18,84
Navirai	1011,04	2157,45	379,74	-28,15	7,90	2,26	3587,76
Nova Andradina	-483,35	644,27	333,50	49,03	5,83	-0,15	892,28
Paranaíba	-1018,63	46,80	44,99	7,75	-1,01	0,00	22,57
Ponta Porã	-834,23	-1263,44	-62,94	-13,47	-0,04	0,33	-1878,06
	-8718,06	-8751,94	-445,15	147,49	-116,55	10,11	-25412,33

Anexo 4. Tabelas - Faixa de Rendimento Médio – 1996 e 2007 – Estado de MS e Municípios

Cálculo do *Shift-share* (Variação Diferencial e Estrutural) Escolaridade: Ensino médio

Variação Estrutural (E)

taxa total de crescimento do salário total (rtt)	2,8635						
taxa estadual de cresc. Por faixa salarial i (rit)	10,3997	3,5477	2,2308	1,4087	0,5282	0,2151	3,3254
taxa de cresc. do setor i da região j (rij)	Até 0,50 - 1.5	1.51- 3.00	3.01- 5.00	5.01- 10.00	10.01- 20.00	MAIS DE 20.00	TOTAL
Amambai	9,38	3,54	1,65	1,74	0,36	0,00	4,48
Aquidauana	5,79	2,17	2,11	1,02	1,05	0,15	2,82
Campo Grande	9,74	2,65	1,88	1,23	0,45	0,23	2,49
Cassilandia	14,18	6,06	1,90	1,40	0,83	0,17	6,81
Coxim	4,25	2,54	1,83	1,13	1,08	0,00	2,73
Dourados	22,77	5,88	2,32	1,65	0,51	0,06	5,53
Gloria de Dourados	2,15	2,78	2,14	2,00	0,50	0,00	2,13
Ivinhema	6,00	3,88	1,67	1,46	0,33	0,00	3,73
Jardim	12,64	3,93	0,93	1,22	0,64	0,11	3,75
Maracaju	9,04	7,84	5,38	2,41	0,48	0,19	5,93
Mundo Novo	7,42	4,20	4,22	2,90	0,10	0,00	4,88
Navirai	7,95	6,66	4,37	1,65	1,70	0,64	5,81
Nova Andradina	8,01	9,43	5,60	3,77	1,17	0,47	7,08
Paranaíba	9,06	4,92	2,10	2,06	0,65	0,00	5,42
Ponta Porã	14,24	3,91	1,62	1,05	0,47	0,13	4,12
	10,03	3,03	1,96	1,27	0,47	0,21	2,86

Variação diferencial (D)	Até 0,50 - 1.5	1.51- 3.00	3.01- 5.00	5.01- 10.00	10.01- 20.00	MAIS DE 20.00	TOTAL
Amambai	-70,58	-0,74	-23,23	8,96	-1,81	-1,08	277,57
Aquidauana	-465,37	-242,39	-5,39	-17,80	10,91	-0,80	-203,82
Campo Grande	-1971,19	-10504,83	-2436,90	-1196,34	-299,98	15,10	-28305,80
Cassilandia	147,41	90,28	-6,85	-0,13	1,83	-0,29	428,97
Coxim	-774,37	-146,96	-28,62	-10,94	6,66	-1,29	-237,50
Dourados	2943,86	1826,63	39,60	79,12	-3,56	-15,08	4685,13
Gloria de Dourados	-437,19	-17,60	-0,62	2,96	-0,06	-1,29	-115,24
Ivinhema	-228,79	13,55	-8,46	0,69	-2,34	-1,29	56,76
Jardim	80,61	37,78	-77,85	-5,04	2,38	-0,94	106,66
Maracaju	-92,18	300,66	91,31	29,15	-1,20	-0,44	616,87
Mundo Novo	-143,19	32,16	17,92	14,91	-4,28	-0,65	201,02
Navirai	-366,96	489,02	149,84	12,75	23,44	4,63	1142,30
Nova Andradina	-493,74	718,18	195,61	70,74	18,68	4,91	1744,67
Paranaíba	-169,37	129,97	-5,23	20,92	2,44	-3,01	683,58
Ponta Porã	395,83	86,20	-77,31	-40,60	-3,11	-2,45	529,61
	-1645,21	-7188,07	-2176,18	-1030,66	-249,99	-3,96	-18389,21

Anexo 5. Tabelas - Faixa de Rendimento Médio – 1996 e 2007 – Estado de MS e Municípios

Cálculo do *Shift-share* (Variação Diferencial e Estrutural) Escolaridade: Superior Completo

Variação Estrutural

Taxa total de crescimento do salário total (rtt)	2,3389						
Taxa estadual de cresc. Por faixa salarial i (rit)	6,0678	3,8906	3,0627	2,1253	1,7782	1,2752	2,6016
taxa de cresc. do setor i da região j (rij)	ATE 0,50 - 1.5	1.51- 3.00	3.01- 5.00	5.01- 10.00	10.01- 20.00	MAIS DE 20.00	TOTAL
Amambai	75,50	26,36	4,43	3,74	4,33	0,67	9,16
Aquidauana	2,21	12,00	2,26	2,11	0,93	0,25	2,99
Campo Grande	5,95	2,67	2,50	1,76	1,56	1,30	2,05
Cassilandia	7,53	9,60	4,88	5,78	3,75	1,50	6,86
Coxim	19,50	3,76	3,52	1,73	4,25	0,50	3,33
Dourados	5,68	9,91	7,86	6,13	4,48	0,99	5,76
Gloria de Dourados	3,75	6,88	12,00	12,00	2,00	0,33	5,77
Ivinhema	13,60	12,44	25,50	12,33	2,00	0,29	9,52
Jardim	6,14	10,06	28,00	8,40	18,00	0,50	10,22
Maracaju	18,55	4,61	6,56	4,50	2,76	3,60	6,01
Mundo Novo	2,07	8,50	25,67	54,00	2,33	0,00	8,28
Navirai	4,16	7,08	9,72	5,29	3,55	3,06	5,92
Nova Andradina	11,44	11,45	8,13	13,46	9,43	1,57	9,93
Paranaíba	6,41	8,76	2,70	3,06	1,84	2,83	4,48
Ponta Porã	9,92	4,17	2,80	3,08	1,46	0,84	3,55
	6,35	3,29	2,78	1,93	1,68	1,29	2,34

Variação diferencial (D)	Até 0,50 - 1.5	1.51- 3.00	3.01- 5.00	5.01- 10.00	10.01- 20.00	MAIS DE 20.00	TOTAL
Amambai	138,86	314,53	47,80	50,12	7,67	-1,83	577,06
Aquidauana	-107,90	137,86	-62,89	-0,64	-12,67	-4,10	69,32
Campo Grande	-64,68	-4970,47	-2855,38	-2976,56	-939,77	74,81	-13730,66
Cassilandia	24,85	114,19	30,93	32,87	7,89	0,45	293,49
Coxim	53,73	-5,51	10,56	-20,52	19,77	-3,10	95,59
Dourados	-31,42	824,99	705,78	724,32	345,39	-46,59	2637,69
Gloria de Dourados	-18,54	23,88	26,81	19,75	0,44	-2,83	82,36
Ivinhema	37,66	76,98	44,87	30,62	0,67	-6,93	200,55
Jardim	0,53	98,75	99,75	31,37	16,22	-3,10	281,74
Maracaju	137,25	25,94	62,87	47,49	16,77	11,62	364,63
Mundo Novo	-55,95	18,44	67,81	51,87	1,67	0,00	141,96
Navirai	-47,69	162,58	166,43	88,49	35,44	28,60	546,74
Nova Andradina	48,39	219,17	116,56	147,37	53,55	2,07	645,06
Paranaíba	5,85	180,05	-16,95	31,74	1,21	9,35	299,75
Ponta Porã	100,24	26,50	-21,14	62,73	-12,35	-8,23	310,68
	221,17	-2752,13	-1576,18	-1678,97	-458,11	56,20	-7184,03

Anexo 6. Questionário para Prefeito

Município _____

1. Como você avalia o impacto da presença da UEMS neste município e o que mudou no município após a instalação da UEMS?

2. Que papel a UEMS desempenha no município que você considera mais relevante?

3. Existe algum anseio da comunidade local que você considera possível ser atendido pela UEMS, a curto, médio ou longo prazo?

Anexo 7. Questionário para Secretário de Educação

Município: _____

1. Como você avalia o impacto da presença da UEMS neste município? O que ela representa para a sua comunidade?

2. Como você considera a evolução do quadro de qualificação profissional dos professores do município desde a instalação da UEMS?

3. Atualmente, há no quadro do município professor SEM Ensino Superior ministrando aulas na Educação Básica? () Sim () Não
Caso haja, é possível mensurar esse percentual em relação ao total de professores?

4. É possível afirmar que a atuação dos egressos dos cursos de licenciatura provocou uma melhoria na qualidade do ensino ministrado na cidade?
() Sim () Não

5. Você conhece algum egresso da UEMS que está ocupando cargo de gerenciamento ou direção neste município ou em outra localidade?
() Sim () Não
Se sim, qual o cargo _____

Anexo 8. Questionário para egresso

1. Qual a sua formação?

2. Em que ano você terminou o Ensino Superior?

3. Que atividade você desempenha atualmente?

4. Está trabalhando na área de sua formação?

() Sim () Não

5. Você acredita que o curso que frequentou na UEMS contribuiu para sua formação profissional?

() Sim () Não

Se sim, de que maneira:

() Muito () suficiente () regular () insuficiente () pouco

6. Você faria outro curso na UEMS? Qual?

7. Como você faria uma avaliação da sua vida profissional destacando “antes e após ter frequentado um curso da UEMS”?

8. Você acha que teria feito um Curso Superior se não houvesse a UEMS em sua cidade?

Sim () Não ()

Por quê?

9. Em qual município você concluiu seu curso?

10. Em qual cidade/Estado você está trabalhando atualmente?
